

CELSO MOREIRA DE MATTOS

**Imprensa e Câmara:
um estudo sobre o agendamento**

**BAURU/SP
Fevereiro/2005**

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Imprensa e Câmara:
um estudo sobre o agendamento

Dissertação de Mestrado apresentada por **Celso Moreira de Mattos** ao Programa de Pós-Graduação em **Comunicação** – Área de Concentração: Comunicação Midiática, Linha de Pesquisa em Gestão da Informação e Comunicação Midiática, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Paulista “Júlio Mesquita Filho” – *Campus* de Bauru, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Comunicação, desenvolvida sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos de Jesus.

BAURU/SP
Fevereiro/2005

Ficha Catalográfica
DIVISÃO TÉCNICA DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO
UNESP-BAURU

Mattos, Celso Moreira de

Imprensa e Câmara: um estudo sobre o agendamento

Bauru: [s.n.], 2004

195f.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos de Jesus

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista,
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2005

1. Imprensa. 2. Política. 3. Comunicação. 4. Agenda-Setting. I –
Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e
Comunicação. II – Título.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

A Dissertação **Imprensa e Câmara: um estudo sobre o agendamento**, desenvolvida por **CELSO MOREIRA DE MATTOS**, foi submetida à Banca Examinadora como exigência para obtenção do Título de Mestre em Comunicação, junto ao **Programa de Pós-Graduação em Comunicação**, na Área de Concentração em Comunicação Midiática, Linha de Pesquisa Gestão da Informação e Comunicação Midiática, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – Universidade Estadual Paulista, Campus de Bauru – São Paulo.

Banca Examinadora

Presidente: Prof. Dr. Antonio Carlos de Jesus
Instituição: FAAC/UNESP-Bauru-SP

Titular: Prof. Dr. Cláudio Bertolli Filho
Instituição: FAAC/UNESP-Bauru-SP

Titular: Prof^a. Dr^a. Luzia Mitsue Yamashita Deliberador
Instituição: UEL/Londrina-PR

Bauru, 28 fevereiro de 2005

AGRADECIMENTOS

- **Ao** meu orientador professor Dr. Antonio Carlos de Jesus por ter acreditado no meu potencial e pela forma profissional com que conduziu a orientação deste trabalho.
- **Ao** corpo docente e ao quadro técnico-administrativo da UNESP-Bauru que com profissionalismo e dedicação contribuíram muito para esta Dissertação.
- **À** UEL-Londrina que investiu na minha titulação, concedendo licença integral o que facilitou meu trabalho de pesquisa.
- **Aos** meus colegas de trabalho da Assessoria de Comunicação Social da UEL que durante minha licença assumiram com muito companheirismo minhas funções.
- **À** Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal de Londrina que contribuiu muito para a realização desta pesquisa.
- **À** Banca Examinadora de Qualificação pelas críticas construtivas e sugestões pertinentes.
- **Aos** membros da Banca de Defesa que aceitaram o convite para avaliar esta Dissertação.
- **Aos** meus professores, em especial aqueles que sempre me incentivaram a continuar estudando.
- **Aos** amigos do curso de Mestrado em Comunicação que sempre estiveram ao meu lado dando força e carinho.
- **Aos** funcionários da secretaria de Pós-Graduação da UNESP-Bauru, Sílvio e Helder que com profissionalismo e dedicação tornaram esta jornada menos árdua.
- **Ao** Nadir Chaiben e Moacir Ferri da Assessoria de Comunicação da UEL que me ajudaram na elaboração das grades, gráficos e fotos que compõem esta Dissertação.
- **Ao** amigo José de Artimathéia Cordeiro Custódio que sempre esteve do meu lado durante esta jornada me dando força para continuar aprendendo.
- **Aos** meus alunos que durante esse período compreenderam meu nível de estresse e sempre estiveram do meu lado.
- **A** todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que eu concluísse esta pesquisa. A eles, meu muito obrigado.

SUMÁRIO

RESUMO, 001
ABSTRACT, 002
INTRODUÇÃO, 003

CAPÍTULO I

COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 009

- | |
|---|
| 1. Um breve resgate histórico, 010 |
| 1.1. Transformações na Comunicação e na Política, 018 |
| 1.2. Imprensa e elites do poder, 023 |
| 1.3. Visibilidade e poder, 026 |
| 1.4. A mídia e o controle sobre a agenda, 030 |

CAPÍTULO II

A HIPÓTESE DO AGENDA SETTING, 033

- | |
|---|
| 2. Pressupostos sobre a hipótese do agendamento, 034 |
| 2.1. Estudos pré e pós-McCombs e Shaw, 037 |
| 2.2. Evolução do conceito do <i>agenda-setting</i> , 043 |
| 2.3. Heterogeneidades no processo do agendamento, 045 |
| 2.4. Conceitos de determinação da hipótese do <i>agenda-setting</i> , 047 |
| 2.5. Produção científica e perspectiva de pesquisa, 049 |

CAPÍTULO III

O CENÁRIO DA PESQUISA, 054

- | |
|---|
| 3. A Cidade, a Câmara e os Meios de Comunicação, 055 |
| 3.1. Londrina: História e Política, 055 |
| 3.2. Câmara Municipal de Londrina, 059 |
| 3.3. A composição 2000-2004, 062 |
| 3.4. Funcionamento interno da Câmara Municipal, 065 |
| 3.5. Estrutura midiática de Londrina: um pouco de História, 068 |
| 3.6. Os jornais Folha de Londrina (FL) e Jornal de Londrina (JL), 073 |

CAPÍTULO IV

IMPrensa E CÂMARA, 076

4. Um estudo sobre o agendamento, 077

4.1. A agenda dos jornais e a agenda da Câmara, **079**

4.2. A imprensa pauta a Câmara, a Câmara pauta a imprensa, **099**

4.3. Considerações preliminares sobre o processo de agendamento, **106**

CAPÍTULO V

A PESQUISA NA CÂMARA, 113

5. Análise do processo de agendamento, 114

5.1. A cobertura jornalística na Câmara e os critérios de seleção, **145**

5.2. O agendamento e suas prováveis consequências, **154**

5.3. A opinião dos vereadores e jornalistas, **157**

5.4. Análise qualitativa das entrevistas, **159**

5.5. Análise dos elementos das matrizes de opiniões (I), **160**

5.6. Análise dos elementos das matrizes de opiniões (II), **169**

5.7. Análise dos elementos das matrizes de opiniões (III), **174**

5.8. Análise dos elementos das matrizes de opiniões (IV), **177**

GRADES DOS ENTREVISTADOS, 181

CONSIDERAÇÕES FINAIS, 182

BIBLIOGRAFIA, 191

MATTOS, Celso Moreira de. **Imprensa e Câmara: um estudo sobre o agendamento**. 2005. 195f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, UNESP, Bauru, fevereiro, 2005.

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto analisar o processo de agendamento na relação entre a imprensa e a Câmara Municipal de Londrina-Paraná. Esse processo será apresentado em dois níveis: como a imprensa agenda a Câmara Municipal e como esta agenda a imprensa. Como base nessa via de mão dupla, analisamos a relação entre o campo midiático e o campo político e suas possíveis consequências. É um estudo que se baseia no fato de que a presença da mídia na sociedade contemporânea é cada vez maior, o que facilita sua interferência na ação política.

Para nossa análise, utilizamos o modelo do *agenda-setting* proposto inicialmente por Maxwell McCombs e Donald Shaw e, posteriormente, aprofundado por Mauro Wolf, Nelson Traquina, Clóvis de Barros Filho e Antonio Hohlfeldt. Nossa pesquisa terá como suporte teórico os estudos desses autores, mas também a contribuição de outros estudiosos da área de Comunicação e Política.

Este estudo mostra as relações entre Comunicação e Política, os fundamentos do modelo do *agenda-setting*, uma breve apresentação do cenário de nossa pesquisa e o processo de agendamento entre imprensa e Câmara/Câmara e imprensa. Para isso, utilizamos pesquisa de campo, análise de informações jornalísticas e entrevistas com vereadores e jornalistas.

Palavras-chave: comunicação, política, *agenda-setting*, Câmara Municipal e imprensa

MATTOS, Celso Moreria de. **Press and City Council: a study on agenda-setting**. 2005. 195f. Dissertation (Master's Program in Communication). Post-graduate Program in Communication. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, UNESP, Bauru, February, 2005.

ABSTRACT

This dissertation is meant to analyse the process of agenda-setting in the context relation of the press and the City Council of Londrina – Paraná. This process will be presented in two levels: how the press sets the City Council in their agenda and how the City Council sets the press in its agenda. Based on this two-way via, we analyze the relation between the media field and the political field and its possible consequences. It is a study based on the fact that the media is increasingly present in contemporary society, which allows for its interference in the political action.

For our analysis, the model of agenda-setting, as originally proposed by Maxwell McCombs and Donald Shaw, and further complemented by Mauro Wolf, Nelson Traquina, Clóvis de Barros Filho and Antonio Hohlfeldt, was used. Our research will have a theoretical support from the studies held by these authors as well as from the contribution of other scholars in the field of Communication and Politics.

This study shows the relations between Communication and Politics, the fundamentals of the agenda-setting model, a brief presentation of the scenario where our research takes place and the process of setting an agenda between the press and the City Council and the City Council and the press. For this purpose, we carried out a field research, the analysis of data from press information and interviews with city counselors and journalists.

Key words: communication; politics; agenda-setting; City Council and press

INTRODUÇÃO

Os meios de comunicação ocupam, atualmente, um lugar de destaque na sociedade contemporânea. Presentes em todos os campos de atuação, inclusive no político, os *mass media* estão fazendo com que os políticos se relacionem cada vez menos com os acontecimentos genuínos e cada vez mais com os acontecimentos midiáticos, o que acaba gerando uma disfunção na forma do fazer político.

Esse é o contexto desta Dissertação que propõe analisar a relação entre a imprensa e a Câmara Municipal de Londrina-Paraná, mas precisamente como a imprensa agenda a Câmara e como esta agenda a imprensa. Essa relação pode gerar distorções em ambos os campos: de um lado temos os políticos que anseiam estar na mídia e, por outro, a imprensa que precisa de “estórias” para alimentar sua pauta jornalística. Nesse sentido colocamos como hipótese de estudo que a imprensa agenda a pauta das Sessões Ordinárias da Câmara e as ações políticas dos vereadores ao mesmo tempo em que a Câmara também agenda a imprensa, ocorrendo um movimento de circularidade da informação.

Para analisar essa relação de proximidade entre os dois campos usaremos a hipótese do *agenda-setting* proposta por Maxwell McCombs e Donald Shaw e, posteriormente, ampliada e difundida por Mauro Wolf, cuja teoria será o fio condutor desta

pesquisa, contando também com as contribuições de Nelson Traquina, Clóvis de Barros Filho e Antônio Hohlfeldt, que fazem uma leitura contemporânea do *agenda-setting*.

Com o processo de redemocratização brasileiro e a presença cada vez maior da mídia na sociedade, a relação entre imprensa e política vem sendo amplamente estudada, mas o que propomos nesta Dissertação é a aplicação dos fundamentos teóricos do *agenda-setting* – ainda pouco explorada no Brasil – dentro de um cenário vital de decisões que afetam diretamente a população: a atuação da Câmara municipal. A partir do agendamento da Câmara pela imprensa e da imprensa pela Câmara vamos fazer nossa reflexão sobre as possíveis consequências desse processo.

É importante ressaltar que o modelo do *agenda-setting* foi desenvolvido por McCombs e Shaw para estudar como a mídia agenda a sociedade em uma pesquisa de opinião pública, o que será melhor descrito no **Capítulo II**, mas nesta Dissertação vamos aplicá-lo em um contexto específico: o Poder Legislativo. Acreditamos que desde seu surgimento no início da década de 70 até os dias de hoje, esse modelo teórico passou por um processo de evolução que permite estudá-lo em diferentes campos e públicos, o que não deixa de ser um desafio. Para essa pesquisa, optamos pelo Poder Legislativo por considerá-lo um cenário vital de conflitos, ações e decisões que afetam mais diretamente o futuro social, econômico e político da cidade. É um poder autônomo e ativo num processo político democrático, com um papel importante no atendimento às demandas sociais por meio de políticas governamentais e fiscalização das ações do Executivo no trato com o bem público. Além disso, as decisões e ações do Poder Legislativo de Londrina servem de referência para as câmaras municipais de outras cidades da região.

Objetivando cobrir esse contexto, estruturamos esta Dissertação em cinco capítulos. No **Capítulo I – COMUNICAÇÃO E POLÍTICA** faremos um breve histórico das relações entre Comunicação e Política, desde a Independência do Brasil até o momento

atual, destacando as transformações ocorridas nesses dois campos nas últimas décadas do século XX. No **Capítulo II – A HIPÓTESE DO AGENDA-SETTING** apresentaremos um histórico desse modelo que norteará o estudo do agendamento na Câmara Municipal de Londrina. Em princípio, vamos resgatar as pesquisas pioneiras de McCombs e Shaw, comparando-as com estudos mais recentes e sua aplicação no campo da Comunicação e da Política.

No **Capítulo III – O CENÁRIO DA PESQUISA** faremos uma breve apresentação da cidade de Londrina-Paraná e sua História; a Câmara Municipal, seu funcionamento e sua composição durante a pesquisa, além de um perfil dos meios de comunicação da cidade, especialmente dos jornais **Folha de Londrina** e **Jornal de Londrina**, *corpus* desta pesquisa.

Apresentaremos no **Capítulo IV – IMPRENSA E CÂMARA** um primeiro estudo quantitativo sobre o agendamento na Câmara realizado no segundo semestre de 2003, abrangendo um período de quatro meses e meio, e no **Capítulo V – A PESQUISA NA CÂMARA**, analisaremos o contexto do agendamento, partindo de uma observação sistemática realizada na Câmara no período de 16 de fevereiro a 23 de março de 2004, que terá também como suporte de análise entrevistas realizadas com vereadores e jornalistas.

Esperando que este trabalho seja útil aos pesquisadores da área de Comunicação e Política, aos profissionais da imprensa e aos políticos, acreditamos contribuir para aprimorar a atuação da imprensa e dos parlamentares, pois a presença maciça dos meios de comunicação na sociedade já está comprovada pelo próprio cotidiano. Agora é preciso analisá-la para que sejam destacadas suas potencialidades para que possíveis erros possam ser sanados ou corrigidos posteriormente. Esperamos também que esta Dissertação venha ampliar a literatura existente na área do *agenda-setting*, contribuindo assim para futuras pesquisas nesse campo ainda pouco explorado.

O objeto desta pesquisa é o agendamento, pela imprensa escrita, dos temas colocados prioritariamente em discussão e/ou votação na Câmara Municipal de Londrina-Paraná e, conseqüentemente, o agendamento da imprensa pela ação dos vereadores. Isso significa estudar como a imprensa escrita interfere no processo de decisões da Câmara e como esta pauta o jornalismo diário, num movimento circular no qual a pauta da imprensa e a pauta da Câmara se influenciam mutuamente, formando uma retroalimentação.

Para este estudo foram escolhidas formas combinadas de observação e análise que pudessem, ao mesmo tempo, fornecer resultados quantitativos e qualitativos, o que vem contribuir para o enriquecimento da pesquisa. Porém, antes de expor nossa metodologia, faremos três ressalvas em relação ao *corpus* de nossa pesquisa: 1º) optamos pela mídia impressa porque segundo Wolf (2002), a fixação de agenda é mais acentuada nesse segmento informativo e também por uma questão de praticidade, uma vez que o tempo para a pesquisa é relativamente curto; 2º) observamos o processo de agendamento apenas nas Sessões Ordinárias da Câmara porque a pauta desta Sessão é mais abrangente e as datas e horários são predefinidos; e 3º) selecionamos as editorias de **Política e Cidade** dos dois únicos jornais diários de Londrina-Paraná porque são os cadernos que trazem um número maior de temas de interesse municipal.

Para a primeira análise do processo de agendamento utilizamos como metodologia uma pesquisa diária nas editorias de **Política e Cidade** dos jornais Folha de Londrina e Jornal de Londrina no período de 1º de agosto a 15 de dezembro de 2003. A finalidade desse acompanhamento foi verificar quais temas abordados nessas editorias tinham agendamento na Câmara. Para essa verificação, ao final de cada mês, ouvimos as gravações em áudio das Sessões Ordinárias (SO) e, posteriormente, fazíamos a leitura das Atas. A pesquisa teve como objetivo verificar de que forma ocorria o agendamento imprensa-Câmara/Câmara-imprensa durante um semestre completo de trabalho legislativo.

A segunda parte da pesquisa foi realizada no início do primeiro semestre de 2004, de 16 de fevereiro a 23 de março. Nesse período também fizemos um acompanhamento diário nas mesmas editorias dos jornais e uma observação sistemática não participante nas Sessões Ordinárias da Câmara que acontecem às terças e quintas-feiras à tarde. Nesse período observamos como a imprensa agendava a Câmara, a relação dos repórteres que fazem a cobertura jornalística com os vereadores, com a Assessoria da Câmara e entre si mesmos. Além disso, realizamos entrevista com os 11 vereadores que são líderes partidários na Câmara, com jornalistas dos dois jornais e com a assessora de imprensa da Câmara.

Essas duas análises construídas em períodos diferentes permitiram fazer uma série de combinações e cruzamentos que trazem à tona uma realidade até então desconhecida na cidade de Londrina-Paraná: a complexidade da relação imprensa/Câmara e Câmara/imprensa que, de certa forma, representa em plano micro o que acontece ou pode acontecer em plano macro.

Para analisar os aspectos qualitativos das entrevistas utilizamos como técnica o método desenvolvido por Erin Research Inc. para estudos sobre meios de comunicação de massa. Esse modelo baseia-se em matrizes e opiniões semelhantes às utilizadas pela professora Dr^a. Nely de Camargo, presidente do Centro de Estudos Transdisciplinares da Comunicação (CETCO), em São Paulo e, inicialmente, desenvolvido pelo Mediawatch National Office, em Toronto, Canadá.

CAPÍTULO I

COMUNICAÇÃO E POLÍTICA

1. Um breve resgate histórico

O século XX se caracterizou pelo desenvolvimento acelerado dos meios de comunicação e sua influência cada vez maior no campo político. O grande desafio dos políticos desde então foi a onipotência da argumentação política para a informação das multidões, mas também para a sua manipulação. A intensidade dos fenômenos ligados à comunicação política que se verificou na primeira metade do século XX foi o mote para muitas pesquisas na área da Comunicação, cujo objetivo era compreender os efeitos desse campo sobre aqueles a ele submetidos.

Vários fatores convergiram para explicar essa união entre Comunicação e Política. Breton e Proulx (2002, p.211-212) enumeram três: 1º) a evolução das sociedades democráticas que, ao conferir a cada cidadão uma parcela de decisão política, transformou-o em um alvo da argumentação política que visava convencê-lo a aderir a esta ou àquela causa; 2º) o uso dos meios de comunicação, principalmente o rádio, durante a Segunda Guerra Mundial; e 3º) o surgimento da televisão.

A invasão da televisão, depois do rádio, anunciou o fim da importância dos grandes *meetings*, dos jornais próprios dos partidos políticos e das redes de militantes. Os políticos ficaram, em grande parte, despossuídos de circuitos próprios de difusão e, assim sua dependência em relação às mídias de massa aumentou consideravelmente. Por isso, segundo os autores, os políticos vivem, atualmente, uma dupla legitimidade: aquela que a eleição lhes confere e aquela que a mídia lhes atribui. No final do século XX e início do século XXI, a influência da mídia tornou-se um dos fatores determinantes no campo político e social.

Para Lima (2001, p.175), uma das características mais marcantes da sociedade contemporânea é a presença maciça dos meios de comunicação de massa na construção da realidade, do imaginário social e da própria sociabilidade. Essa centralidade da mídia na vida humana se deve, principalmente, à convergência tecnológica entre telecomunicações, *mass media* e informática ocorrida na última década do século XX. Esse desenvolvimento prodigioso dos meios de comunicação teve um significativo impacto sobre o ambiente social e político.

Felipe Miguel (2002, p.155) observa que a onipresença da mídia na sociedade contemporânea teve uma forte influência na relação entre os líderes políticos e sua base e entre os cidadãos e a política. Mas, como defende o autor, essa mudança faz parte de toda uma evolução tecnológica da mídia ocorrida ao longo do século passado que teve início com a invenção e desenvolvimento do cinema e do rádio nas primeiras décadas do século XX. Logo esses meios se tornaram importantes instrumentos de propaganda política, sendo muito bem utilizados por Franklin Roosevelt, nos Estados Unidos, e Adolf Hitler, na Alemanha.

Mas a grande mudança ocorreu em meados do século passado com o surgimento da televisão. Esse novo e poderoso veículo revolucionou a percepção de mundo, em

especial do mundo social e, dentro dele, da atividade política, criando o que Sartori chama de *videopolítica*:

A expressão *videopolítica* [grifo do autor] refere-se apenas aspectos do vídeo: a sua incidência nos processos políticos, e através dela, uma transformação radical da forma de “ser político” e de “gerir a política”. (SARTORI, 2000, p.56)

O desenvolvimento dos meios de comunicação e sua centralidade na vida humana fizeram com que os políticos se relacionassem cada vez menos com os acontecimentos genuínos e cada vez mais com os acontecimentos midiáticos, o que acabou gerando uma disfunção na forma do fazer político. Traquina compartilha da mesma opinião ao argumentar que:

A política ficou cada vez mais orientada para a personalidade e não para os assuntos, para a imagem sobre a substância. [...] Vivemos numa midiocracia, a relação entre mídia e a sociedade é circular. Essa relação circular alimenta uma espiral que penetra cada vez mais na esfera privada e torna mais nebulosa qualquer fronteira, não apenas na política, mas em todos os aspectos da vida social. (TRAQUINA, 2001, p.195)

A centralidade da mídia na vida política contemporânea é um fato reconhecido e inegável, mas também é plausível e necessário lembrar que essa influência sempre existiu, porém de forma menos intensa. Para isso basta um rápido olhar para os fatos que marcaram a história política do Brasil. A começar pelo mais importante: a Independência. Não há como negar que a imprensa, mesmo ainda incipiente, teve uma participação importante no processo de Independência do Brasil. Como observa Lustosa (2003, p.52), podemos dizer que para os brasileiros imprensa se escreve com “i” de independência, pois foi em grande parte graças à imprensa que se fez a Independência do país. Processo semelhante aconteceu com a Proclamação da República, com a Revolução de 30 e com a Era Vargas. Inclusive, para comunicar a decretação do Estado Novo, em 1937, Getúlio Vargas usou o rádio pela primeira vez em rede nacional, criando a partir de então, “A Hora do Brasil”, que em 1939 passou a se chamar “A Voz do Brasil”. Ao criar a “A Voz

do Brasil”, programa veiculado diariamente – até hoje - em todas as emissoras brasileiras, Vargas reconhecia o rádio como um meio importante de integração nacional. Foi também durante o governo de Getúlio Vargas que foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em dezembro de 1939, com o objetivo de difundir a ideologia do Estado Novo juntos às camadas populares. O DIP possuía os setores de divulgação, radiodifusão, teatro, cinema, turismo e imprensa. Cabia-lhe coordenar, orientar e centralizar a propaganda interna e externa e organizar manifestações cívicas, festas patrióticas, exposições, concertos, conferências e dirigir o programa de radiodifusão do governo.

Foi também a partir do segundo governo Vargas (1950-1954), quando iniciou o processo de industrialização do país, acentuado no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), que começaram os investimentos em propaganda e surgiram as primeiras agências de publicidade (ABREU, 2002, p. 9). Foi igualmente nessa época que nasceram os jornais que foram precursores da modernização da imprensa brasileira e a reforma de outros que atuavam desde o início da República.

A imprensa de maior prestígio e circulação no Brasil foi também um dos suportes estratégicos do movimento que derrubou o regime constitucional em 64. A maioria dos proprietários de jornal encampava as idéias do liberalismo econômico e se identificava com o ideário da União Democrática Nacional (UDN), partido que, junto com os militares, conspirou para a deposição do presidente João Goulart. Udenistas eram a família Mesquita, proprietária de **O Estado de S. Paulo**, assim como Roberto Marinho, dono de **O Globo**. Hebert Levy, proprietário da **Gazeta Mercantil**, jornal que ganharia importância nos anos 70, tinha sido um dos fundadores da UDN em 1945 e foi um dos articuladores do movimento golpista de 1964 (ABREU, 2002, p.13). Houve, nesse período, uma modernização dos meios de comunicação. Para os militares, essa era parte de uma

estratégia política ligada à ideologia da segurança nacional. Como observa Abreu (2003), a implantação de um sistema de informação capaz de unir o país fazia parte de um projeto em que o Estado era visto como um centro irradiador de todas as atividades fundamentais no campo político:

Para a concretização desse projeto, os militares estimularam a formação de grandes redes, o que exigiu grandes investimentos. Foi nesse período que surgiram os oligopólios da informação, formados com recursos obtidos junto ao governo. Não se deve esquecer que, nesses anos de regime militar, a imprensa, o rádio e a televisão já dependiam fundamentalmente da publicidade para sobreviver e que os maiores anunciantes eram as empresas estatais e instituições governamentais. (ABREU, 2003, p. 23)

Em 31 de março de 1964, quando o movimento militar pôs fim à ordem política democrática instalada desde 1946, cerca de 10% das residências contavam com aparelhos de televisão. Duas décadas depois, em aproximadamente 75% dos domicílios os familiares brasileiros podiam se reunir em frente à televisão para acompanhar o movimento das Diretas Já e, logo depois, a posse do primeiro presidente civil da República desde a deposição de João Goulart. Como expõe Lattman-Weltman (2003, p. 140), nessa época o Brasil não apenas deixou de ser um país predominantemente rural para assumir feições urbanistas e industriais, como também se tornou uma das maiores democracias midiaticizadas do mundo. A primeira eleição direta para governadores de Estado, realizada em 1982, foi marcada por uma forte interferência da mídia, em especial no Rio de Janeiro.

Lima (2001, p.146) analisando as eleições de 1982 para governador do Rio de Janeiro, mostra como a Rede Globo tentou derrotar Leonel Brizola (PDT), adversário de Moreira Franco (PDS). No início da apuração dos votos, Brizola denunciou uma tentativa de fraude, envolvendo a Rede Globo e a Proconsult, empresa de computação contratada pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio para fazer a contagem dos votos. Servindo-se de boletins obtidos pelo jornal **O Globo**, a emissora de Roberto Marinho divulgava dados que apontavam a vantagem de Moreira Franco. Esse esquema consistia em iniciar as

apurações pelo interior do Estado, onde era majoritário Moreira Franco, criando a ilusão de uma derrota do líder pedetista recém-chegado do exílio. O esquema não funcionou e Brizola foi eleito, mas durante os quatro anos de seu governo teve a Rede Globo como uma forte e contínua adversária e acabou não elegendo seu sucessor, em 1986.

Apesar de a centralidade da mídia no campo político se intensificar durante a campanha das Diretas Já em 1984, para Rubim e Azevedo (1998), é o processo eleitoral de 1989, realizado depois de 29 anos sem eleições diretas para presidente, que aparece como acontecimento detonador de um *boom* imediato e posterior de reflexões sobre o enlace mídia e política.

Pode-se afirmar que este acontecimento eleitoral, ao fazer emergir em toda a sua potência estas novas conexões entre mídia e política, começa verdadeiramente a conformar um campo de estudos sobre comunicação e política no país, perpassado por olhares sintonizados com esta nova circunstância de sociabilidade acentuadamente midiaticizada. (RUBIM, e AZEVEDO, 1998, p. 192)

O processo eleitoral de 1989 foi um exemplo da construção de realidade e do imaginário social pela mídia. Lima (2001, p.214) observa que na campanha presidencial de 1989, o ex-presidente Fernando Collor soube como usar midiaticamente o cenário político da época – que não poderia deixar de estar relacionado ao imaginário social da sociedade – e, por isso, teria vencido o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. Para Lima, Collor aproveitou a idéia de virilidade, jovialidade e caça aos corruptos presentes no imaginário da sociedade, aplicando-as na sua campanha com sucesso. E a mídia, em especial a Rede Globo de Televisão contribuiu, em parte, para a construção do imaginário social não só através de seu Jornalismo, mas também no campo da dramaturgia.

Telenovelas como “O Salvador da Pátria” e “Que Rei Sou Eu?” foram estrategicamente agendadas para serem exibidas nos períodos de 9/1/ a 12/8/89 e 13/2 a 16/9/89, pois seus enredos favoreciam o candidato Fernando Collor. Esse é um exemplo de como o agendamento pode ter vários ângulos, podendo ser feito por um político, como no

caso de Collor, por telenovelas, ou ainda, jornais (impressos e eletrônicos). Da mesma forma como a mídia ajudou a colocar Collor no poder, ela ajudou a tirá-lo em 1992. Sobre isso, Fausto Neto (2003, p.122) argumenta que Collor é cassado na mídia antes mesmo que outros fóruns tenham se pronunciado sobre o processo.

Nas eleições presidenciais de 1994 a mídia também contribuiu para a construção de significados colocando o candidato Fernando Henrique Cardoso como príncipe e Luiz Inácio Lula da Silva como “sapo barbudo”. Como recorda Kucinski (1998, p.121), o jornal **Folha de S. Paulo**, por exemplo, publicou matéria de página inteira dizendo que “Lula declarou admirar Hitler e Khomeini”. A frase havia sido extraída de uma entrevista concedida por Lula à revista *Playboy* anos atrás, publicada fora de contexto e produzindo um outro sentido. Na edição de 1º de maio de 94, o mesmo jornal dedicou uma página inteira com a manchete: “Petista é político profissional há 13 anos”, na tentativa de desqualificar o adversário de Fernando Henrique Cardoso.

Quando FHC se candidatou à reeleição em 1998, tendo novamente como adversário Luiz Inácio Lula da Silva, o comportamento da mídia não foi diferente: a mídia e os institutos de opinião pública haviam decretado a reeleição de Fernando Henrique e a derrota de Lula antes mesmo do início da campanha eleitoral. A mídia se alinhou com o candidato oficial não de modo voluntarista ou acidental, mas como um todo (KUCINSKI, 1998, p.132-134). O sistema midiático fechou com o poder para assegurar a continuidade da relação de dependência entre o Brasil e os interesses internacionais, tranquilizando os investidores estrangeiros.

Entretanto, foi nas eleições presidenciais de 2002 que o Brasil esteve mergulhado em campanha eleitoral que se deu sob o efeito da mídia, principalmente no diz respeito à Rede Globo. Em estudo comparativo entre as eleições presidenciais de 1998 e 2002, Felipe Miguel revela em números como isso aconteceu: em 1998, nas 12 semanas da

final da Copa do Mundo até a data da votação – **o Jornal Nacional** dedicou ao todo 1 hora e 34 segundos à cobertura das eleições, ou 4,6% de seu tempo total. No entanto:

Em 2002, foram 14 semanas entre o final da Copa e o primeiro turno; as eleições presidenciais receberam 12 horas, 55 minutos e 50 segundos do noticiário, isso é, 29% do tempo total. As eleições nos estados ocuparam mais 46 minutos e 11 segundos; ao todo, portanto, o processo eleitoral ficou com 31,2% do tempo do noticiário. (FELIPE MIGUEL, 2004, p.94-95).

Sobre o processo eleitoral de 2002, é preciso ressaltar também a mudança de postura da Rede Globo em relação ao candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva. Ao perceber que as pesquisas eleitorais estavam apontando o candidato como favorito, a Globo começou abrir espaço para Lula na tentativa de conquistar a credibilidade comprometida nos pleitos eleitorais de 1989, 1994 e 1998, o que confere à emissora a sua tendência governista. Como observa Chaia (2004, p. 46) a Rede Globo, na cobertura do processo eleitoral e, sobretudo após a vitória de Lula, ressaltou em suas reportagens mais as características pessoais deste líder, como pôde ser observado no Jornal Nacional de 28/10/02 e no Globo Repórter de 1º/11/02. No Jornal Nacional, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva foi o convidado especial e foi conduzido ao assento pelo jornalista Willian Bonner. Todo o programa se restringiu ao processo eleitoral e à vitória de Lula, destacando as características individuais do presidente eleito. No entanto, as referências partidárias e sua luta como líder sindical foram ignoradas. Essa lua-de-mel da Rede Globo com Lula que começou quando ele despontou como favorito nas pesquisas eleitorais continua até hoje, dois anos após sua posse.

Como podemos observar nesse breve histórico, as mídias têm se constituído no Brasil em atores estratégicos na privatização e na midiaticização da política. A exemplo dos processos eleitorais anteriores, o de 2002 não foi diferente no que diz respeito ao papel da imprensa. Como expõe Felipe Miguel, foi um processo que se deu sob o signo da mídia e

que merece estudos à parte¹. A relação entre política e mídia aparece, hoje, como um dos mais significativos para a compreensão das novas configurações assumidas pela política na contemporaneidade, inclusive brasileira, definida por Rubim como Idade Mídia. Para ele, em tempos de Idade Mídia os atores políticos precisam ganhar na esfera midiática, a existência pública:

Isto é, cabe reconhecer que em uma sociedade complexa, estruturada em rede ambientais pela comunicação, principalmente, midiática, não basta ter existência física e presencial em espaços geográficos e contíguos, mas se torna indispensável que o ator político ganhe existência em dimensão pública essencial da contemporaneidade: a rede de espaços midiáticos. (RUBIM, 2004, p. 19).

O objetivo aqui foi apenas resgatar de forma pontual a centralidade da mídia no campo político brasileiro, o que será importante para a compreensão dessa pesquisa. O que veremos a seguir são as transformações pelas quais a Comunicação e a Política passaram com o desenvolvimento das novas tecnologias da informação.

1.1. Transformações na Comunicação e na Política

Com o desenvolvimento das novas tecnologias da informação na última década do século XX, a centralidade da mídia na organização da vida social e política se mostrou ainda mais intensa. Para Rubim (1992, p.3) essa nova caracterização do cenário dos meios de comunicação permitiu reinventar vivências, alterar percepções, sensibilidades e processos cognitivos, modificando espacial e temporalmente toda a sociabilidade. A evolução nas tecnologias da informação modificou a vivência social, permitindo que o indivíduo viva coisas que não pertencem à sua realidade próxima – o que se denomina “tele-viver” e que substitui a vivência tradicional sedimentada com o tempo – passando a ter como sua a experiência alheia. A maior parte das experiências não é vivida em contato

¹ Para mais detalhes sobre a relação entre mídia e política no processo eleitoral de 2002, ler: RUBIM, A.C (Org.) **Eleições presidências em 2002 no Brasil**: ensaios sobre mídia, cultura e política. São Paulo: Hacker editores, 2004.

direto e a realidade passa a ser construída, então, pela mídia. É o que Thompson chama de **simultaneidade desespacializada**:

Os meios eletrônicos possibilitaram a transmissão da informação e do conteúdo simbólico a grandes distâncias e com pouca ou nenhuma demora. Por conseguinte, os meios eletrônicos criaram um tipo de publicidade que se caracteriza, ao menos em princípio, pelo que poderíamos chamar de *simultaneidade desespacializada*: [grifo do autor] pessoas distantes podem ser visíveis virtualmente ao mesmo tempo, ser ouvidas, ser ouvidas no mesmo momento em que falam, ou serem vistas no mesmo momento em que agem, mesmo que elas não compartilhem o mesmo local espacial dos indivíduos que as vêem. (2002, p. 67-68).

Para Thompson, uma das conseqüências do surgimento dessa sociedade de auto-revelação foi que os líderes políticos podem e, provavelmente, são sempre mais avaliados por suas qualidades pessoais e não por seus desempenhos na vida pública. Dessa forma, o desenvolvimento dos meios de comunicação criou novas formas de ação e interação e novos tipos de relacionamentos sociais. Surgiu uma complexa reorganização de padrões de interação humana através do tempo e do espaço.

Neste sentido, podemos dizer que a Comunicação não tem apenas o papel de tornar as coisas públicas e proporcionar o compartilhamento social comum como no passado. Ela se apropriou mais fortemente dos atos sociais de publicizar e de construir a dimensão pública da sociedade (RUBIM, 1990 p. 62). A comunicação passou de mero aparato tecnológico de transmissão para ter o próprio espaço de construção e acontecimentos da realidade. A dimensão pública passou a se identificar com o que a mídia publiciza e o que não é selecionado por ela praticamente não acontece. Para Thompson (2002, p.63), o desenvolvimento dos meios de comunicação levou a uma complexa reordenação das características espaciais e temporais da vida social. Novas formas de intercâmbio social foram criadas que não partilham das características espaço-tempo da interação face a face. Sobre isso, Sennett (1995) acrescenta que a mídia elevou infinitamente o conhecimento que as pessoas têm daquilo que transpira na sociedade e, por

outro lado, inibiu infinitamente a capacidade delas de converterem esse conhecimento em ação política.

Os meios de comunicação de massa intensificam os padrões de silêncio da multidão que começaram a tomar forma nos teatros e salas de concerto do século XIX, intensificando a idéia do espectador destituído de corpo, uma testemunha passiva. A pessoa vê mais, mas interage menos. (SENNETT, 1995, p. 246)

Mas como observa Rodrigues (2002, p.105), não foi apenas a Comunicação que passou por grandes transformações nos últimos anos, a Política também. Como as democracias diretas já não são mais viáveis, foi preciso criar dispositivos para lidar com as maiorias, os quais tornaram a política mais abrangente e permitiram a redefinição do Estado, a constituição da sociedade civil, o crescimento da participação dos mais diferentes segmentos e classe sociais e a descentralização do poder. Além disso, a complexidade da sociedade – que se deve ao crescimento demográfico, tecnológico, científico e da comunicação, entre outros – obrigaram o exercício da política como atividade pública mediatizada.

Para tanto, surgiu nos últimos anos a figura do marqueteiro político que tem a função de orientar o político durante o processo de campanha eleitoral e também durante seu mandato político, trabalhando sistematicamente para que o seu cliente tenha sempre uma boa imagem na mídia. Muitas agências de publicidade e de assessoria de imprensa se especializaram em campanhas e *marketing* político, tornando a política dependente da sedução coletiva. Com isso, os políticos ganharam *status* de celebridades muito semelhantes à vida dos atores. Um exemplo disso, foi a revista *George* criada pelo falecido John John Kennedy, cuja linha editorial baseava-se na idéia de que parlamentares e governantes devem ser encarados como atores, cantores, apresentadores de programas de auditórios e outras estrelas do setor de divertimento (FELIPE MIGUEL, 2002, p.157).

Esse conceito da política como espetáculo também é defendido por Schwartzemberg (1978, p. 7), em que o autor classifica os políticos de “vedetes políticas”. Ele sustenta que a política foi buscar no teatro e no cinema a prática do *star system*, assim como hoje os astros são mais importantes que o próprio filme, as “vedetes políticas” são mais importantes que o partido. Da mesma forma que o cinema tem os figurantes, o político tem os militantes que ficam em segundo plano para que o *superstar* político possa reinar absoluto. Assim a Política se faz no singular; é a Política do *eu* ou como chama Schwartzemberg é a “egopolítica”. Nesse sentido, o autor lembra como a Política encampou o vocabulário do teatro e do cinema, usando termos como: representar, cenário, encarnar e figurar, como por exemplo: “Ele figura no cenário político há muitos anos”. Segundo Schwartzemberg, o homem político vem procurando cada vez mais impor uma imagem que capte e fixe a atenção do público. Ainda sobre a mudança no cenário político, Champagne (1998, p.247) afirma que a exemplo da indústria do espetáculo, o político, atualmente, precisa saber como promover suas idéias ou causas que defende para estar na mídia.

Para Champagne (1998, p.139), o aparecimento e desenvolvimento dos novos meios de comunicação se tornaram pontos de passagem obrigatórios para a carreira política, causando um deslocamento progressivo do centro de gravidade do espaço político, que passou das assembléias parlamentares para a mídia. Para Matos (2002, p.229), se antes os fóruns municipais, as praças e os parlamentos eram suficientes para tornar públicas as ações políticas e também promover o consenso e hoje esse espaço está sendo ocupado pela mídia. Os meios de comunicação foram assegurando a possibilidade de atingir simultaneamente públicos cada vez maiores através de um só emissor. Os novos circuitos e meios técnicos foram amplificando as funções performáticas dos temas e fatos difundidos e, conseqüentemente, os imaginários sociais por eles veiculados. A própria cultura de

massa associou intimamente informação e imaginação e, na instância seguinte, conhecimento e entretenimento .

Aliado a isso, houve um enfraquecimento das instituições, desde partidos políticos a associações e sindicatos. Atualmente, existe um distanciamento entre a elite e os cidadãos (LASCH, 1995, p.316). Se as elites falam sozinhas não há debate público e é nesse vácuo que insere a ação da mídia, uma vez que os meios de comunicação passaram a ocupar um espaço de consenso entre os que têm acesso à imprensa, a própria imprensa e o público.

Como argumenta Lasch (1995, p.139), esse poder faz da imprensa e dos profissionais que nela atuam uma elite. Portanto, pensar a imprensa como um fiel representante da sociedade civil é um equívoco. É preciso pensar os meios de comunicação inseridos em uma estrutura industrial não só de propriedade, mas também de produção de notícias. No entanto, não podemos concordar totalmente com a visão dos pensadores frankfurtianos, segundo a qual a mídia reforça os valores das classes dominantes simplesmente por serem propriedades capitalistas. Não se pode ignorar que setores da opinião pública estão aprendendo, eles próprios, a agendar a mídia. Entretanto, como coloca Kucinski (1998, p.17), no Brasil a mídia desempenha papel mais ideológico que informativo, mais voltado à disseminação de um consenso previamente acordado entre as elites em espaços reservados e, em menor escala, à difusão de proposições de grupos de pressão empresariais. Para o autor, essa função de controle é facilitada pelo monopólio da propriedade pelas elites e por uma cultura jornalística autoritária e acrítica.

Além de transmitir os valores das categorias dominantes, a mídia também possui seu lado independente, em que revela seu poder de elite. Para Hall *et al* (1993, p.321), ela tem, por exemplo, o critério de seletividade, por meio do qual os meios de comunicação impõem seus próprios critérios às matérias-primas estruturadas, apropriando-

se ativamente delas e as transformando. São eles que selecionam o que é importante no que dizem as fontes, mesmo institucionais, e também definem qual fato se tornará notícia.

Podemos dizer, conforme Rodrigues (2002, p.106), que a nova situação de sociabilidade, de construção da realidade, de presença maciça dos meios de comunicação nas sociedades e de uma nova maneira de fazer política está intimamente ligada à posição de elite da imprensa.

1.2. Imprensa e elites do poder

Na sociedade contemporânea a imprensa se apresenta como uma elite do poder porque, hoje, a informação se constitui em um princípio de hierarquização social tão importante como a propriedade. Os jornalistas e suas fontes contribuem conjuntamente para articular e definir os contornos da sociedade da informação, reproduzindo as estruturas do poder e do saber (TUCHMAN, 1978 apud SERRANO, 1999:1). Através de processos de seleção e de enquadramentos, a mídia contribui para orientar a opinião pública e estabelecer a agenda dos consumidores de informação. O público fala dos assuntos de que falam os meios de comunicação.

Se por um lado o poder precisa da imprensa para dar visibilidade e credibilidade às suas ações, a imprensa precisa do poder não só para se garantir financeiramente (sabe-se que grande parte dos anúncios que sustenta as empresas jornalísticas vem da esfera pública), mas também para legitimar sua produção jornalística. Estudos realizados por Signal (1973 apud Serrano (1999:1) revelaram que a maioria das notícias de primeira página do *New York Times* e do *Washington Post* era fortemente inspirada por fontes governamentais, sendo que muitas delas tinham origem em canais de rotina, como coletivas de imprensa, *releases* e outras fontes oficiais. Essa ligação entre jornalistas e

instituições do poder leva a mídia a apresentar uma imagem muito restrita da sociedade e de suas instituições.

Sobre isso, Adghirni (2002, p. 455) acrescenta que em pesquisa realizada nos Estados Unidos entre 1949 e 1969, revelou que 78% das notícias publicadas no *New York Times* e no *Washington Post* tinham como origem fontes oficiais. Como podemos observar, essa dependência não é uma característica do jornalismo contemporâneo. Para a autora, se estudo semelhante fosse realizado no Brasil na área de Política e Economia, certamente teríamos resultados semelhantes. No Brasil, essa tendência foi bastante reforçada durante os 21 anos de regime militar, quando a centralização do poder e a censura direta ou indireta na imprensa não deixavam alternativa aos jornalistas.

Essa mediação da vida política tem levado os políticos a tornarem suas ações tão espetaculares quanto possíveis para chamar a atenção da mídia. Como isso, os políticos dedicam mais tempo a dar visibilidade às suas ações do que refletir sobre seu papel na sociedade e na vida política. Os políticos tornaram-se criadores de eventos, “pseudo-eventos” como classifica Sartori (2000), ou “meta-acontecimentos” na definição Rodrigues (1993). Cientes de que a imprensa é bastante suscetível a acontecimentos de ordem meramente discursivas, os políticos aproveitam essa característica jornalística para criar eventos e ganhar espaço na mídia.

Com base nas definições de Sartori e Rodrigues, podemos dizer que a produção de eventos se constitui em um dos principais instrumentos da ação política. O que caracteriza um “pseudo-evento” ou um “meta-acontecimento” é o fato de eles não serem espontâneos, mas surgirem porque foram planejados; são criados para serem cobertos pela mídia; o seu sucesso se mede pela amplitude da sua cobertura midiática; geralmente, funcionam como uma auto-promoção.

No entanto, sem a ajuda da imprensa, os políticos não poderiam criar os eventos que lhe conferem poder e visibilidade. Podemos dizer que a imprensa, em parte, é aliada dos políticos. Os jornalistas insistem junto aos assessores de imprensa dos políticos e das instituições políticas a fim de obter novos ângulos e novas abordagens que lhes permitam apresentar notícias que podem colaborar para a criação de pseudo-eventos. Dessa forma, fica cada vez mais difícil para o cidadão perceber o que é de fato a realidade quando os próprios protagonistas também não o sabem.

Uma das consequências dessa relação é uma possível produção de consenso nas coberturas jornalísticas. Kucinski (1998, p.21) observa uma ausência de pluralismo nas coberturas pela mídia brasileira nos assuntos considerados estratégicos pelas elites dominantes.

Há um alto grau de promiscuidade entre os jornalistas e o *establishment*, incluindo as fontes oficiais, os *lobbies* dos grupos de pressão, que hoje caracterizam a cena brasileira, e as assessorias de imprensa ou de relações públicas das grandes empresas. (KUCINSKI, 1998, p.23).

Para o autor, a elite dominante é ao mesmo tempo a fonte, a protagonista e a leitora das notícias, formando um circularidade que exclui a massa da população da dimensão escrita do espaço público definido pelos meios de comunicação de massa. Essa posição é compartilhada por Serrano (1999, p.8), para quem o acesso às elites do poder é essencial para o repórter que cobre política. As notícias políticas resultam de um processo de negociação entre fontes e jornalistas baseado em relações de confiança e, muitas vezes, de cumplicidades. A maioria das notícias sobre Política baseia-se em conversas informais ou entrevistas; ao contrário, por exemplo, das notícias sobre Economia, Justiça e Saúde, baseadas, sobretudo, em documentos.

As fontes institucionais organizadas e profissionalizadas são as que mais têm acesso aos meios de comunicação, constituindo um importante sustentáculo das relações de

poder instituídas. Com base nisso, podemos questionar até que ponto a mídia não é um agente legitimador da ordem existente. Estudos realizados no exterior e no Brasil apontam cada vez mais para essa vertente. No Brasil, temos a pesquisa de Rodrigues (1997), que em sua dissertação de mestrado, defendida na Universidade Nacional de Brasília, estudou a influência da mídia no Congresso Nacional. Esse, entre outros estudos, tem apontado para uma forte interdependência entre os campos da mídia e da política. Sobre essa interdependência, temos ainda Champagne, que observa como a imprensa impõe ao campo político uma hierarquia dos temas que este último reconhece como importante, assim como também colabora para sua produção, mas ressalva:

O poder da imprensa só age, como todo poder, dentro de certos limites na medida em que os jornalistas são os primeiros a saber que são manipuladores manipulados. Atualmente, os campos político e jornalístico mantêm relações de interdependência muito mais complexos do que antes. Os jornalistas especializados em política não renunciaram a ser diante dos políticos, um verdadeiro “tribunal da opinião pública” (CAMPAGNE, 1998, p.234).

Sobre isso podemos dizer que a Comunicação tornou-se uma parte integrante da atividade Política. A midiaticização da vida política leva os políticos a tornar suas ações tão espetaculares quanto possíveis para ocupar um espaço e visibilidade nos meios de comunicação.

1.3. Visibilidade e poder

Felipe Miguel (2002, p.169) argumenta que a visibilidade na mídia é, cada vez mais, componente essencial da produção do campo político. A presença de políticos em noticiários e *Talk Shows* é determinante para o sucesso ou fracasso de um mandato parlamentar ou executivo. Isso fica evidenciado na grande quantidade de profissionais da

mídia que acabam ingressando na vida política. O exemplo mais recente é o ator Arnold Schwarzenegger que em outubro de 2003, tornou-se governador do Estado da Califórnia, nos Estados Unidos. Ronald Reagan é outro exemplo de ator que se tornou presidente dos Estados Unidos e, no Brasil, a situação não é diferente. Radialistas, cantores, repórteres de televisão e apresentadores de programa de variedades acabaram entrando para a política. Os exemplos são vários: Antônio Britto, Celso Russomano, Aguinaldo Timóteo, entre outros.

Dessa forma, ser uma celebridade midiática tornou-se o ponto de partida mais seguro para quem deseja se lançar na vida política. Além disso, muitos partidos políticos disputam a filiação de celebridades porque pessoas famosas podem representar mais votos para o partido. É caso, por exemplo, dos medalhistas olímpicos Aurélio Miguel, do judô, que se filiou ao PSDB; o jogador de vôlei André Felipe Ferreira (Pampa), que entrou no PT; o jogador de basquete Oscar Schmidt, filiado ao PTB; e o apresentador de televisão Milton Neves, filiado ao PL². Como coloca Marques de Melo (2003, p. 94), está cada vez mais difícil distinguir com clareza quem são os atores políticos que transitam entre o mundo da política e da mídia. Para o autor, vivemos neste início de século um lusco-fusco, um ir-e-vir, uma androginia político-midiática.

É lógico que, a exemplo de outros países, no Brasil existe a permanência de uma massa de políticos que desenvolveu suas carreiras às margens do sistema midiático. No entanto, são em sua maioria parlamentares ancorados em redes clientelistas ou representantes de interesses corporativos. Portanto, não é incorreto afirmar que a mídia adquiriu um forte peso na formação do capital político e mesmo que, em alguns casos, condiciona as trajetórias políticas – já que a ausência de visibilidade nos meios de comunicação parece ser um empecilho sério para quem deseja os cargos eletivos.

² “Famosos sonham com cargos públicos”, matéria publicada no jornal **Folha de Londrina**, do dia 12 de outubro de 2003, editoria de Política, página 5.

Pesquisa realizada em Londrina-Paraná por Costa (2002)³ revelou que no período de 1968 a 2000 foram eleitos vereadores municipais 15 (quinze) radialistas, contra 4 (quatro) médicos, 3 (três) microempresários, 2 (dois) economistas, 3 (três) funcionários públicos estaduais, 4 (quatro) professores universitários, 5 (cinco) funcionários públicos municipais e 5 (cinco) outros profissionais. As únicas categorias que ganharam dos radialistas foram os advogados, com 18 eleitos, e os comerciantes com 16 eleitos vereadores neste período.

Se a mídia é importante para quem almeja um cargo político, é igualmente importante para quem já o possui. Em uma sociedade midiaticizada, estar na mídia significa notoriedade e visibilidade, duas condições fundamentais para os políticos. Como observa Régis Debray (1994, p.48), governar é a arte de fazer crer e os meios de comunicação são as tecnologias da crença coletiva. O político tem que ocupar terreno, dia após dia, ou desaparece. O Estado tem que produzir, atualmente, uma quantidade crescente de imagens e sons. É o espetáculo que faz o Estado, como o monumento faz a memória. Um Estado que não possua nada para dar, ver e ouvir, sem rituais, monumentos e documentos, é “um nada”. Discursos, textos e imagens devem circular para tornar operacionais a história descritiva e estática dos sinais do poder. A história dos historiadores estará incompleta sem o estudo dos meios de transmissão destes signos, isto é, sem a ação dos midiólogos .

Cientes da importância da visibilidade na sociedade contemporânea, os políticos - diretamente ou através de seus assessores - vão direcionar suas atuações de modo que elas possam de alguma forma pautar a mídia. Em contrapartida, a mídia, devido seu poder de influência no campo político, acaba por agendar as atuações dos políticos, sejam elas no Legislativo ou no Executivo. É uma retroalimentação, pois de um lado temos

³ COSTA, O. **Rádio e política em Londrina** – um estudo sobre as eleições de radialista no período de 1968-2000. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, defendida em 2002 na Universidade Estadual de Londrina.

os políticos que anseiam estar na mídia e, por outro, a imprensa que precisa de “estórias” para alimentar sua pauta jornalística.

Nesse sentido, como defende Rubim (2002, p.47), um dos desafios mais essenciais para pensar a Comunicação na atualidade, sem dúvida, diz respeito à rigorosa compreensão do lugar ocupado por ela, especialmente em sua versão midiática, na sociedade contemporânea. O imprescindível tema da incidência da Comunicação na sociabilidade e das modalidades de sua conexão com a contemporaneidade tem mobilizado um plural e dissonante núcleo de pensadores da atualidade. Apesar da diversidade de concepções teóricas e ideológicas, um dado comum aparece como fundamental dos estudos: a compreensão da atualidade como uma sociedade transbordante de comunicação e de informação. Essa relação entre mídia e política abre caminho para a fixação de agenda que está se tornando cada vez mais acentuada entre esses dois campos.

Rubim e Azevedo (1998, p.201-202) propõem sete áreas para estudo sobre mídia e política no Brasil: 1º) comportamento eleitoral e mídias; 2º) discursos políticos midiáticos; 3º) estudos produtivos da mídia; 4º) ética, política e mídia; 5º) mídia e reconfiguração do espaço público (formação da agenda, da opinião pública e do imaginário social, cenários de representações, etc.); 6º) sociabilidade contemporânea, mídia e política; e 7º) políticas públicas de Comunicação.

Podemos dizer que esta pesquisa se enquadra, em parte, no item 5º, no qual - segundo os autores - estão agrupados os vários aspectos ligados à gênese, estruturação, funcionamento e a lógica operativa da mídia, que abrange investigações baseadas na hipótese do *agenda-setting* e do *newsmaking* das diversas mídias, incluindo as impressas, eletrônicas e digitais. Para os autores, no Brasil os estudos nessa área, apesar de permearem várias pesquisas sobre mídia e política, ainda são poucos se comparados aos realizados nos Estados Unidos. Essa constatação vem reforçar a necessidade de ampliar o

leque de pesquisas sobre a influência da mídia no estabelecimento da agenda política e em que medida a política tem o poder de agendar a imprensa.

1.4. A mídia e o controle sobre a agenda

Felipe Miguel afirma que a influência da mídia é especialmente crucial na definição da agenda. A pauta de questões relevantes postas para a deliberação pública é em grande parte condicionada pela visibilidade de cada questão nos meios de comunicação.

Ou seja, a mídia possui a capacidade de formular as preocupações públicas:

O impacto da definição de agenda pelos meios é perceptível não apenas no cidadão comum, que tende a entender como mais importantes as questões destacadas pelos meios de comunicação, mas também no comportamento dos líderes políticos e de funcionários públicos, que se vêem na obrigação de dar respostas àquelas questões. (FELIPE MIGUEL, 2002, p.171).

Nesse sentido é importante observar que a mídia não se restringe apenas à definição de agenda, no sentido de apresentação imparcial de um elenco de temas, como por vezes aparece nos trabalhos pioneiros sobre a hipótese do *agenda-setting* formulada por McCombs e Donald Shaw, como veremos à frente. Dessa forma, a idéia de definição de agenda será complementada pela noção de enquadramento (*framing*). A mídia fornece os esquemas narrativos que permitem interpretar os acontecimentos. Na verdade, privilegia alguns desses esquemas em detrimento de outros. Há, porém, uma dificuldade para operacionalizar o conceito: como trabalhar com o que não está posto, isto é, com os enquadramentos alternativos? Como ver aquilo a que não se deu visibilidade? Como perceber o que a mídia não mostrou, se é a mídia que nos mostra o mundo?

O controle sobre a agenda e sobre a visibilidade dos diversos enquadramentos reforça a centralidade dos meios de comunicação no processo político contemporâneo (FELIPE MIGUEL, 2002, p.171). Esse fato não passa despercebido dos agentes políticos

que, atualmente, em grande parte, conduzem suas ações para o impacto presumível na mídia. São os meta-acontecimentos, como chamou Rodrigues (1993).

Esses meta-acontecimentos se tornaram tão corriqueiros que nem percebemos mais sua artificialidade. O exemplo mais comum é a entrevista (na medida em que é uma conversação que só ocorre com vistas a sua produção na mídia), mas o mesmo vale para grande parte das manifestações de massa, passeatas, encontros de líderes políticos, eleições e convenções partidárias. A preocupação de Rodrigues (1993) é que a imprensa teria se desviado de sua função inicial de registrar os fatos, passando a produzi-los, construindo uma realidade social.

Para Kucinski (1998, p.23) a definição de agenda pode levar à construção de consenso no sistema midiático. Na visão do autor, é mediante a inclusão ou exclusão de itens na agenda que se inicia a construção do consenso nos meios de comunicação. Uma simples folheada nos principais jornais brasileiros pode confirmar esta constatação: as manchetes são freqüentemente idênticas ou semelhantes, levando a uma mesmice jornalística, lembrando em muito o conceito de “factibilidade”, criado por Gaye Tuchman. Na verdade, existe um consenso entre os pesquisadores do *agenda-setting*, começando por McCombs e Shaw, pioneiros da hipótese de que ela é um instrumento eficiente para o estudo entre a esfera mídia e a esfera política. Sobre isso, Barros Filho (2001, p. 184) observa que o *agenda-setting* é uma excelente ferramenta de estudo das relações da mídia com o poder, pois visa analisar como o profissional da Política, por intermédio do meios, impõe uma agenda temática que lhe seja politicamente interessante. Entretanto, a maioria das pesquisas sobre o *agenda-setting* existentes no Brasil e no exterior foi realizada em época de campanhas eleitorais. Nesse sentido, nossa pesquisa inova ao propor a aplicação dessa hipótese em um contexto político diferente: como a imprensa agenda as sessões da Câmara Municipal de Londrina-Paraná e como ocorre a relação entre esses dois campos.

Sobre isso, Barros Filho (2001, p.190) argumenta que já se estudou muito as relações entre os campos político, econômico e midiático. No entanto, essa influência externa vai muito além, merecendo pesquisas constantes. De acordo com o autor, a necessidade de agendar a mídia se tornou tão importante que a profissão de assessor de imprensa surgiu, em parte, para atender a essa demanda. Essa afirmação do autor será objeto de estudo nesta pesquisa, que mostrará como a Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal de Londrina tem um papel importante no processo de agendamento.

Para uma melhor compreensão deste processo faremos no **Capítulo II** um resgate sobre a hipótese do *agenda-setting* uma entre várias formas de estudar a incidência da mídia sobre o público. É a hipótese segundo a qual os meios de comunicação, pela seleção, disposição, centralidade e relevância de suas notícias, vêm determinar os temas sobre os quais o público falará, discutirá ou opinará.

CAPÍTULO II

A HIPÓTESE DO *AGENDA-SETTING*

2. Pressupostos sobre a hipótese do agendamento

Como citado anteriormente no **Capítulo I** desta pesquisa, o desenvolvimento dos meios de comunicação no século XX causou grandes transformações na sociedade contemporânea, abrindo espaço para estudos ligados às mais diversas correntes que se ocupam dos processos comunicacionais. A partir dos anos 20 até a década de 70, surgiu um considerável número de teorias que se empenharam em compreender a influência dos meios de comunicação sobre os indivíduos. De forma genérica, essas teorias podem ser elencadas, como sugere Wolf (2002), em vários blocos: Teoria Hipodérmica, Teoria Funcionalista, Teoria Estruturalista, Teoria Crítica (Escola de Frankfurt) e Teorias Culturológicas, o *Cultural Studies* e as Teorias Comunicativas, incluindo nesta última o modelo semiótico textual.

O principal problema encontrado pela maioria dos estudiosos das Teorias da Comunicação foi, justamente, a divergência metodológica e de pensamento que separava esse conjunto de teorias em relação às suas fontes. Enquanto os estudos norte-americanos

se concentravam em pesquisas quantitativas e descritivas, os teóricos europeus canalizavam suas pesquisas seguindo paradigmas essencialmente sociológicos e ideológicos. Na tentativa de sistematizar melhor os estudos dos meios de comunicação, surgiu no final da década de 60 o *mass communication research*, nos Estados Unidos, que reunia pensadores norte-americanos e europeus que tinham como proposta trabalhar em equipe e cruzar as diferentes teorias para melhor entender o processo comunicacional.

Além de buscar uma melhor sistematização nos estudos da Comunicação, o *communication research* canalizava suas pesquisas no que Wolf (2002) chama de Novas Tendências de Pesquisa em Comunicação e Construção da Realidade, dentro da qual estão incluídos a hipótese do *agenda-setting*, o Espiral do Silêncio e o *Newsmaking*. Na visão de Noelle Neumann, as principais diferenças entre o velho e o novo paradigma de pesquisa sobre os efeitos da mídia são os seguintes:

a) deixam de estudar casos singulares [...] para se passar à cobertura global de todo o sistema dos *mass media*, centrada sobre determinadas áreas temáticas; b) deixam de se extrair dados, essencialmente, de entrevistas feitas ao público, para se passar a metodologias integradas e complexas; c) deixam de se observar e avaliar as mudanças de atitudes e opiniões, para passar à reconstrução do processo pelo qual o indivíduo modifica a sua própria representação da realidade social. (NEUMANN, 1983 apud WOLF, 2002, p.140)

Essas mudanças direcionam os estudos da Comunicação a partir dos anos 70 e apontam novas tendências de pesquisa sobre os *mass media*. Como já mencionado acima, entre elas está a hipótese do *agenda-setting*, que no Brasil tem encontrado maior repercussão e sobre a qual vamos discorrer neste trabalho. Entretanto, antes é preciso esclarecer por que optamos pelo termo “hipótese” e não “teoria”. Entendemos teoria como um paradigma fechado, concreto e acabado, o que não é o caso do *agenda-setting*. Como bem define Hohlfeldt (2001), ao contrário de “teoria”, a “hipótese” se caracteriza por um

conceito aberto, inacabado, um caminho a ser percorrido e comprovado. No entanto, existem autores como Sousa (2002) que consideram o *agenda-setting* uma teoria:

É uma teoria que procura explicar um certo tipo de efeitos cumulativos a curto prazo que resultam da abordagem de assuntos concretos por parte da comunicação social. O aparecimento da teoria do *agenda-setting*, representa uma ruptura com paradigma funcionalista sobre os efeitos dos meios de comunicação. Até então, e sobretudo nos EUA, prevalecia a idéia de que a comunicação social não operava diretamente sobre a sociedade, já que a influência pessoal relativizaria, limitaria e mediatizaria esses efeitos. (SOUSA, 2002, p. 158-159).

Mas, como suporte, teórico vamos nos guiar pelos estudos propostos, inicialmente, por McCombs e Shaw e que, posteriormente, foram aprofundados por Mauro Wolf, Nelson Traquina, Clóvis de Barros Filho e Antônio Hohlfeldt, sem descartar, é claro, a contribuição de outros autores que estudaram o modelo do *agenda-setting*. Entendemos que em se tratando de um tema ainda pouco explorado, toda contribuição científica é bem-vinda.

O pressuposto básico da hipótese do agendamento é a capacidade que a mídia tem de determinar a agenda do público por meio do que destaca como prioridade. Para uma melhor definição é importante recorrer àqueles que formularam a hipótese em questão, os pesquisadores norte-americanos Maxwell E. McCombs e Donald L. Shaw. Para eles, o *agenda-setting* é capacidade da mídia de influenciar a projeção dos acontecimentos na opinião pública, o que realça o seu papel na configuração da nossa realidade social. Ou seja, as pessoas criam um pseudo-ambiente a partir daquilo que é veiculado pelos meios de comunicação de massa.

A hipótese do *agenda-setting* não defende que os *mass media* pretendam persuadir [...]. Os *mass media*, descrevendo e precisando a realidade exterior, apresentam ao público uma lista daquilo sobre o que é necessário ter opinião e discutir. O pressuposto fundamental do *agenda-setting* é que a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida, por empréstimo, pelos *mass media*. (McCOMBS e SHAW, 2000, p. 48).

Conforme observa Breton e Proulx (2002, p.200), o modelo do agendamento situa-se na tradição norte-americana dos estudos sobre os efeitos da mídia, mas ao mesmo tempo tenta oferecer uma leitura alternativa à problemática de Paul Lazarsfeld e de seus colaboradores. McCombs e Donald Shaw fazem parte da geração ascendente de pesquisadores em comunicação dos anos 70 nos Estados Unidos que acumulam uma experiência profissional na mídia e uma formação universitária em Ciências Sociais. Para uma melhor compreensão dessa hipótese e de seus desdobramentos ao longo dos anos, faz-se necessário um breve resgate histórico dos primeiros estudos desenvolvidos por McCombs e Shaw.

2.1. Estudos pré e pós-McCombs e Shaw

A idéia de que a mídia tem o poder de influenciar os indivíduos, estabelecendo uma hierarquização temática do que ela considera como mais importante, surgiu em 1922 com a publicação do livro *Public Opinion*, de Walter Lippmann. Sem mencionar o termo *agenda-setting*, Lippamann já preconizava que os meios de comunicação de massa são a principal ligação entre os acontecimentos no mundo e as imagens desses acontecimentos em nossa mente. Lippamann aborda o tema no primeiro capítulo do livro que tem o sugestivo título *The world outside and the pictures in our heads*. Como lembra Clóvis de Barros Filho (2001), o conceito central da hipótese do agendamento também é antecipado por Robert Ezra Park, em sua obra *The City* (1925), na qual afirma a prerrogativa de que os meios de comunicação dispõem para definir uma certa ordem de preferências temáticas a ser discutida pelo público.

Entretanto, foi em 1958, em um artigo escrito por Norton Long, que a hipótese do *agenda-setting* foi pela primeira vez claramente preconizada:

De certa forma, o jornal é o primeiro motor de fixação da agenda territorial. Ele tem grande participação na definição do que a maioria das pessoas conversa, o que as pessoas pensarão que são os fatos e como se deve lidar com os problemas. (LONG, 1958 apud BARROS FILHO, 2001, p.175)

Ainda antes de McCombs, a hipótese do agendamento ganhou um novo impulso com os estudos de Bernard Cohen, em 1963. Cohen observava que a imprensa “pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas como pensar; tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre que temas devem pensar qualquer coisa” (COHEN apud WOLF, 2002, p.145).

Nessa perspectiva histórica do *agenda-setting* pré-McCombs e Shaw vale ressaltar os estudos de Gladys Lang e Kurt Lang que em 1966 preconizavam a prerrogativa de hierarquização temática dos meios de comunicação. Porém, nenhum dos pesquisadores até aqui citados utilizou o termo *agenda-setting*, que só viria a surgir em 1972, a partir de uma pesquisa realizada, em 1968, por McCombs e Shaw.

Foi em 1972 que os dois professores publicaram o primeiro artigo tentando comprovar o que os seus antecessores haviam escrito. A pesquisa foi realizada no outono de 1968, na pequena cidade de Chapell Hill, na Carolina do Norte, nos Estados Unidos, durante as eleições presidenciais disputadas por Richard Nixon, Wallace e Humphrey. Os procedimentos metodológicos da pesquisa foram os seguintes:

Entre 18 de setembro a 6 de outubro 100 entrevistas foram realizadas. Para seleção destas, 100 respostas com uma questão filtro foram usadas para identificar aqueles que não tinham até aqui decidido de forma definitiva como votar – presumivelmente aqueles mais abertos ou sensíveis às informações de campanha, aos indecisos. [...] Tomando emprestado a estratégia de Trenaman e McQuail, este estudo indagou a cada entrevistado para contornar os temas chaves como eles os viam, displicentemente do que os candidatos podiam estar dizendo naquele momento. (McCOMBS e SHAW, 2000, p. 49)

Para complementar a pesquisa, foram analisados cinco jornais diários, dois canais de televisão e duas revistas semanais que noticiavam a campanha presidencial. A seleção de matérias a serem analisadas obedeceu a um critério padrão comparativo entre os três tipos de mídia, classificando-se as matérias de maior e menor destaque. O resultado da pesquisa mostrou que, realmente, a mídia havia causado uma forte influência sobre o eleitor. A pesquisa revelou ainda que além de influenciar o receptor que estava sendo pesquisado, a mídia teve um impacto sobre os candidatos, fazendo com que muitos deles incluíssem em suas agendas temas que, inicialmente, não constavam nas suas propostas de campanha.

Apesar desse resultado, a pesquisa recebeu críticas de conceituados estudiosos dos *mass media*, como Melvin DeFleur e Sandra Ball-Rokeach. As dúvidas sobre a eficácia dos resultados desse primeiro estudo levaram McCombs e Shaw a aprofundá-lo em uma segunda pesquisa. Como observa Hohlfeldt (1997), o objetivo era “refinar” as hipóteses levantadas e, para isso, optaram por cinco questões pontuais: a) definição do conceito; b) fontes de informação para a agenda pessoal; c) desenvolvimento temporal como variável maior; d) características pessoais do eleitor; e) política e agendamento. Essa segunda pesquisa foi realizada em 1972, durante a campanha presidencial na qual Richard Nixon disputava a reeleição pelo partido Republicano, tendo como adversário o democrata George McGovern.

Para realizar esse segundo estudo, escolheram a localidade de Charlotte Ville, na Carolina do Norte, uma cidade com características bem diferente de Chapell Hill, que além de pequena era conservadora e isolada em si mesma, enquanto Charlotte, com 354 mil habitantes, vivia um momento de expansão demográfica. Os moradores, em sua maioria, eram migrantes originários de outras regiões dos Estados Unidos. Esse dado, segundo Hohlfeldt (1997), tornou-se um problema para o desenvolvimento da pesquisa

porque a partir dos 150 mil eleitores, selecionaram uma amostra de 380 deles para a pesquisa. O prazo de acompanhamento também foi ampliado, iniciando-se em junho e terminando em outubro, totalizando quase cinco meses. Nesse período, dos 380 entrevistados, 150 se mudaram da cidade no decorrer dos meses. Para equilibrar o número de eleitores negros que haviam ficado em desvantagem em relação ao conjunto inicial da pesquisa, McCombs e Shaw tiveram que acrescentar 41 novos entrevistados. Desse total, 24 foram posteriormente considerados, fechando-se o resultado com um total de 227 questionários convalidados. O critério de seleção dos entrevistados foi o mesmo da primeira pesquisa, ou seja, foram escolhidos apenas aqueles eleitores que ainda estavam indecisos sobre em qual dos dois candidatos – Richard Nixon ou George McGovern – iriam votar.

Quanto à definição de conceitos, o estudo detectou que conforme a campanha avançava, a atenção dos eleitores se ampliava. E que os eleitores, através da mídia, passavam a constituir um quadro de informações mais ou menos comuns entre esta audiência. O segundo ponto, denominado pelos pesquisadores como **fontes da informação nas agendas pessoais**, mostrou que as discussões interpessoais também se constituem fontes de agendamento pessoal. A principal era o noticiário da campanha transmitido pelas redes de televisão e por alguns jornais.

Sobre essa questão vale destacar a posição defendida por Wolf (2002). Segundo o autor, o procedimento deste tipo de pesquisa estabelece de forma comparativa a agenda dos *mass media* com a agenda do público, fazendo de forma analítica uma avaliação conjunta dos meios de comunicação e dos destinatários. Wolf destaca a citação de McCombs, publicada originalmente em 1981:

A hipótese do *agenda-setting* desenvolve-se a partir de um interesse geral pelo modo como as pessoas organizam e estruturam a realidade circundante. A metáfora do *agenda-setting* é uma macrodescrição deste processo [...]. Essa metáfora paira sobre certos pressupostos e interrogações específicos acerca do tipo de

estratégias que os sujeitos utilizam ao estruturaram o seu próprio mundo. Por exemplo, a típica avaliação da agenda dos *mass media* – que articula os temas segundo as frequências com que são mencionados – baseia-se no pressuposto de que a frequência com que um tema ou um assunto aparece, é uma indicação importante utilizada pelos destinatários para avaliarem a sua importância. (McCOMBS, 1981 apud WOLF, 2002, p.165).

O terceiro ponto, estabelecido pelos pesquisadores como **desenvolvimento temporal com variável maior**, remete ao seguinte questionamento: a mídia agenda a audiência ou a audiência agenda a mídia? Para responder a essa questão com maior propriedade os pesquisadores valorizaram o fator tempo, chegando ao seguinte resultado: no início da pesquisa havia menor coincidência entre a agenda da mídia e a agenda pessoal da audiência do que no final da campanha. Conforme premissa de Wolf (2002), os jornais parecem ter um papel mais definido na constituição de agendas. Como exemplo, o autor relata a pesquisa de Mclure e Patterson que na mesma campanha presidencial de 1972 – publicada no mesmo ano – comprovou que o público absorveu com menos intensidade as mensagens televisivas em comparação aos meios de comunicação impressos e os *spots* publicitários.

Analisando com mais profundidade, Wolf (2002) destaca que os dois meios de comunicação – televisivo e impresso - são dotados de um poder de influência diferente. As notícias televisivas têm como característica serem breves, rápidas e heterogêneas, além de estarem acumuladas numa dimensão temporal limitada, não sendo, portanto, tão apropriadas para o estudo do *agenda-setting*. Em contrapartida, as notícias publicadas na imprensa escrita possuem uma eficácia mais duradoura devido à capacidade de maior absorção por parte dos receptores. Sem se referir especificamente ao agendamento, Thompson (1998, p. 26) também defende que as mensagens veiculadas pelos meios impressos possuem um poder maior de fixação por parte dos receptores, em comparação às transmitidas pelos meios eletrônicos. Sobre isso, Barros Filho observa:

Não são muitos os estudos que procuram estabelecer as diferenças de *agenda-setting* de mensagens veiculadas por diferentes veículos. O que existem, no entanto, chegam a uma conclusão comum: há mais *agenda-setting* em mensagens impressas que televisivas. (BARROS FILHO, 2001, p. 192).

Quanto ao quarto é último ponto - **política e agendamento**, verificou-se que o político é extremamente sensível a tal processo, principalmente, em sociedades como a norte-americana, em que a política é bastante valorizada. Nesses casos, a mídia alcança uma dimensão mais elevada na constituição das relações políticas. O estudo de McCombs e Shaw revelou que os eleitores aumentavam a busca por informações à medida que a campanha eleitoral se desenvolvia e aproximava a data da eleição. Sobre esse processo, Hohlfeldt (1997) observa que a influência do agendamento por parte da mídia depende, efetivamente, do grau de exposição a que o receptor esteja exposto. A isso soma-se o tipo de mídia, o grau de relevância e interesse que o receptor vem a emprestar ao tema, a saliência que ele lhe reconhece, sua necessidade de orientação ou sua falta de informação.

Por ser uma hipótese de trabalho e não uma teoria fechada, diferentes experiências, extremamente ricas, têm-se desenvolvido neste campo sempre aberto a especulações. A partir do livro que McCombs e Shaw publicaram, multiplicaram-se os estudos, quer por outros pesquisadores, quer pelos próprios pioneiros, como o evidencia um texto mais recente de Maxwell McCombs em que ele aprofunda questões como a exploração da informação, seus relatos, as imagens provocadas pela mídia e, enfim, a criação da opinião pública. (HOHLFELDT, 1997, p. 49)

A observação de Hohlfeldt sobre a relevância da hipótese do *agenda-setting* vem sendo confirmada através de vários estudos que estão sendo realizados tanto no exterior quanto no Brasil. As teses contemporâneas sobre a hipótese do agendamento serão o tema a ser abordado no tópico seguinte deste trabalho.

2.2. Evolução do conceito do *agenda-setting*

É oportuno observar que quando o conceito de *agenda-setting* foi apresentado pela primeira vez por McCombs e Shaw, os estudos dos efeitos limitados, em grande parte, impulsionados por Lazarsfeld, dominavam o campo das pesquisas em Comunicação. Entretanto, ainda hoje, alguns pesquisadores discutem se o *agenda-setting* se contrapõe aos efeitos limitados ou se os reforça. Traquina (2001), por exemplo, argumenta que a hipótese do agendamento se contrapõe à teoria dos efeitos limitados. O autor defende que a comprovação das hipóteses do agendamento retoma o poder do Jornalismo e atesta um poder midiático muito superior ao inicialmente preconizado por McCombs e Shaw. Para reforçar sua posição, o pesquisador faz referência a um artigo escrito e publicado em 1993 pelos autores desta hipótese. Para McCombs e Shaw:

O agendamento é consideravelmente mais que a clássica asserção que as notícias nos dizem sobre o que pensar. As notícias também nos dizem como pensar nisso. Tanto a seleção de objetos que despertam a atenção como a seleção de enquadramentos para pensar esses objetos são poderosos papéis para o agendamento. (McCOMBS e SHAW, 1993 apud TRAQUINA, 2001, p.33)

É preciso ressaltar que Traquina não é o único que defende essa tese. Um artigo publicado por Colling (2001, p.90) faz referência ao estudo de Dorine Bregman de 1998, no qual este defende que a função da agenda surge de uma preocupação em superar a teoria dos efeitos limitados em pelo menos dois aspectos: no campo da sociologia eleitoral – a importância e o aumento do eleitorado flutuante obrigam a investigação das causas desta evolução e os meios de comunicação parecem ocupar um lugar de destaque nesse processo – e no fato de que a comunicação midiática passa a ser uma preocupação dos jovens pesquisadores em Comunicação, pois até então essa área era dominada por psicólogos sociais (Levin e Hovland), estudiosos das ciências políticas (Laswell) e sociólogos (Lazarsfeld). Bregman defende que por terem experiência em Jornalismo impresso e

televisivo, esses novos pesquisadores da Comunicação sabem que a mídia gera efeitos poderosos. Entretanto, o próprio McCombs, em artigo publicado em 1996, enfatiza que suas pesquisas atestam que os efeitos dos *mass media* são limitados.

Para reforçar sua posição, McCombs cita o que considera o melhor dos trabalhos de campo sobre a teoria do agendamento nos meios de comunicação, referindo-se à pesquisa de Brosius e Kepplinger, realizada na Alemanha em 1990. Durante um ano, os dois fizeram um estudo comparativo da análise de conteúdo dos programas de notícias mais influentes da televisão da Alemanha Ocidental, com pesquisas semanais de opinião pública, sobre assuntos que os alemães consideravam mais importantes. Em cinco aspectos, encontraram fortes efeitos do estabelecimento de agenda, nos seguintes temas: energia, relações com a Alemanha Oriental, defesa, meio ambiente e política da Comunidade Européia. Em outros assuntos, a opinião pública prevalecia sobre a cobertura das notícias ou simplesmente não existia correlação entre as partes. “Esta configuração de resultados estabelece que os meios informativos não são o monolítico ‘big brother’ que rege totalmente a atenção pública”. (McCOMBS, 1996 apud COLLING, 2001, p.91)

As discordâncias aqui apresentadas mostram que a hipótese do agendamento ainda é um campo a ser explorado exaustivamente pelos pesquisadores da Comunicação. Como observa Colling, os estudos sobre *agenda-setting* ganham cada vez mais importância justamente porque os meios e comunicação de massa assumem um papel fundamental na disseminação das informações no mundo contemporâneo. Ainda que a comunicação interpessoal tenha o seu papel, atualmente, é difícil que um grande número de pessoas fique sabendo de um acontecimento somente através das conversas com seus familiares, amigos ou colegas de trabalho. (COLLING, 2001, p.93)

Essa postura de Colling sobre a recepção dos meios também encontra resistência entre alguns estudiosos. Barros Filho, por exemplo, defende que a influência da

comunicação interpessoal e dos líderes de opinião é ainda bastante forte, mesmo em uma época em que os meios de comunicação ganham cada vez mais espaço:

... é possível estar a par desta ou daquela informação sem que se tenha consumido produtos midiáticos. As pessoas se informam entre si. O receptor direto de um jornal televisivo comentará sobre o conteúdo das mensagens recebidas em suas relações. A recepção, vista por esse prisma sociológico dos efeitos, deixa de ser simplesmente uma relação entre o codificador e o decodificador e passa a ser um processo de várias etapas, onde cada intermediário da mensagem opera uma reconstrução determinada por todos os mecanismos de seletividade. (BARROS FILHO, 2001, p.198)

Barros Filho reforça aqui a importância dos líderes de opinião que foi um dos tópicos estudados por McCombs e Shaw na segunda pesquisa realizada em Charlotte Ville, na qual foi comprovada que a comunicação interpessoal também é uma fonte de agendamento. Ou seja, aqueles que têm mais acesso aos meios de comunicação acabam influenciando o que têm menos acesso à informação.

2.3. Heterogeneidades no processo de agendamento

Quanto a questões passíveis de sofrer agendamento, existem pesquisas que revelam uma certa heterogeneidade nesse processo. Ou seja, existem temas que influenciam mais o receptor que outros. O principal estudo sobre essa premissa foi realizado por Zucker, em 1978, citado por Wolf (2002). O estudo estabelece que quanto menor o conhecimento que as pessoas têm de um determinado assunto, mais elas dependerão dos meios de comunicação para obter informações e interpretações. Por exemplo, no Brasil, o tema *violência* está sempre em evidência no repertório temático contemporâneo. Em contrapartida, uma notícia sobre clonagem de órgãos para transplantes não é um tema que está presente na vida diária do brasileiro comum.

Em seus estudos, Zucker denomina os temas que presentes no cotidiano dos receptores de *obtrusive* e os temas menos presentes de *non-obtrusive*. Para o autor, a droga e a poluição são temas *non-obtrusive* – que fogem à experiência diária – enquanto o desemprego, o custo de vida e a criminalidade são temas *obtrusive*. “As pessoas percebem o aumento do custo de vida sem nenhuma ajuda da mídia” (ZUCKER, 1978 apud BARROS FILHO, 2001:196). Ao comparar a incidência desses temas nas discussões interpessoais, o autor se dá conta de que os temas *non-obtrusive* provocam um maior nível de agendamento, ao passo que os temas *obtrusive* sofrem menos esse processo.

Como bem observa Barros Filho (2001), é preciso destacar dois pontos conflitantes no estudo de Zucker: primeiro, o conhecimento e interesse do receptor sobre um determinado tema variam em função do universo social considerado e do contexto histórico em que a incidência social do tema é avaliada. Os exemplos citados pelo autor em 1978 como temas *non-obtrusive* (pouco conhecimento direto do receptor), como droga e a poluição, hoje podem ser considerados *obtrusive* porque o contexto histórico e social mudou nos últimos 20 anos, colocando esses temas mais presentes na vida do cidadão. Seguindo esse raciocínio podemos classificar, atualmente, como *non-obtrusive* temas relativos à clonagem, pesquisas com células-troncos e nanotecnologia que daqui alguns anos podem entrar na categoria *obtrusive*, caso se tornem no futuro mais presentes na vida do cidadão.

Um segundo ponto a ser questionado no estudo realizado por Zucker se deve a um grande número de temas cuja oscilação na agenda do público é tal que sua categorização em *obtrusive* e *non-obtrusive* fica difícil. Temas como pena de morte e homossexualismo se enquadrariam em que categoria? Como se pode observar, a hipótese do *agenda-setting*, é na realidade, muito mais complexa que sua formulação inicial preconizava.

2.4. Conceitos de determinação da hipótese do *agenda-setting*

Para uma melhor compreensão dessa hipótese é importante destacar alguns conceitos básicos que norteiam o *agenda-setting*. São eles: acumulação, consonância, onipresença, relevância, *frame* temporal, *time-lag*, centralidade, tematização, saliência e focalização. Para definir cada um desses conceitos abordados por Wolf (2002), vamos recorrer à sistematização formulada por Hohlfeldt (2001, p. 201-202), por considerá-la mais adaptada à realidade da mídia brasileira:

- **Acumulação:** capacidade que a mídia tem de dar relevância a um determinado tema, destacando-o do imenso conjunto de acontecimentos diários;
- **Consonância:** apesar de suas diferenças e especificidades, a mídia possui traços em comum e semelhanças na maneira pela qual atua na transformação do relato de um acontecimento que se torna notícia;
- **Onipresença:** um acontecimento que, transformado em notícia, ultrapassa os espaços tradicionalmente ocupados a ele. O acontecimento de polícia, por exemplo, pode ser abordado em outras editorias dos meios de comunicação;
- **Relevância:** quando um determinado acontecimento é noticiado por todas as diferentes mídias, independentemente do enfoque que lhe seja atribuído;
- **Frame temporal:** período de levantamento de dados das duas ou mais agendas (isto é, a agenda da mídia e a agenda pública);

- **Time-lag:** intervalo decorrente entre o período de levantamento da agenda da mídia e agenda do público, ou seja, como se pressupõe a existência e um efeito a mídia sobre o público;
- **Centralidade:** capacidade que a mídia tem de colocar como importante determinado assunto, dando-lhe não apenas relevância, mas hierarquia e significado. Há muitos assuntos noticiados constantemente, mas não são conscientizados como centrais, enquanto que outros assim se tornam;
- **Tematização:** procedimento implicitamente ligado à centralidade, na medida em que se trata da capacidade de dar o destaque necessário, de modo a chamar a atenção. Um dos desdobramentos da tematização é a chamada *suíte* de uma matéria. Ou seja, os múltiplos desdobramentos que a informação vai recebendo, de maneira a manter a atenção do receptor sobre aquele assunto;
- **Saliência:** valorização individual dada pelo receptor a um determinado assunto noticiado, que se traduz pela percepção que ele venha a emprestar à opinião pública; e
- **Focalização:** maneira pela qual os meios de comunicação abordam um determinado assunto, apoiando-o, contextualizando, assumindo determinada linguagem, tomando cuidados especiais para a sua editoração, inclusive mediante a utilização e chamadas especiais, chapéus e enquetes.

A abordagem e definição de cada um destes conceitos mostram que o *agendamento* é um campo que visa um estudo aprofundado das Teorias da Comunicação. Entretanto, embora essa hipótese tenha nascido no âmbito da comunicação jornalística,

pode também ser empregada como instrumento de estudo em outros campos da Comunicação Social, como a Publicidade, a Relações Públicas e o entretenimento ficcional, como o cinema e a telenovela. Há artigos como, por exemplo, de Barros Filho (1996) que mostram a aplicação do *agenda-setting* na educação, revelando como os temas abordados pela mídia são utilizados como material pedagógico⁴.

2.5. Produção científica e perspectivas de pesquisa

Desde a publicação, em 1972, do artigo de McCombs e Shaw, os pesquisadores Rogers, Dearing e Bregman (1993) identificaram mais de 200 artigos sobre agendamento na literatura das Ciências Sociais. Não há sinais de diminuição ou declínio. Muito pelo contrário: os anos de 1987 e 1991 partilharam o recorde de publicações de estudos sobre o *agenda-setting*. Sobre isso, McCombs e Shaw observam que a fecundidade do conceito de agendamento e a natureza liberal do mercado da pesquisa sobre Comunicação produziram uma expansão rápida e continuada desta perspectiva teórica. A vigorosa evolução da pesquisa sobre agendamento no mercado das idéias durante os passados 25 anos antecipa um futuro auspicioso nas áreas da publicação acadêmica, da integração teórica e da inovação conceptual (McCOMBS e SHAW, 2000, p.127 e 135).

Os autores dessa hipótese não são os únicos a defenderem essa idéia. Traquina (2001) aponta que o conceito de agendamento alimenta uma multiplicidade de linhas de investigação científica que se estendem em direções cada vez mais distantes da pesquisa inicial. Segundo o autor, a trajetória dessa hipótese entrecruzou-se com o campo fértil e extenso da Sociologia do Jornalismo.

⁴ BARROS FILHO, C. **Agenda-setting e educação**. In: Revista Comunicação e Educação, ano II, nº 5, jan/abril, 1996, págs. 27 a 33.

Traquina (2001, p. 43) observa que, no início do século XXI, uma conclusão parece óbvia: um número crescente de estudos levados a cabo dentro deste filão de investigação aponta para a necessidade de conhecer melhor o funcionamento do campo jornalístico. Para ele, esse desafio não deve incentivar apenas os acadêmicos, independentemente da perspectiva seguida, mas também suscitar o apoio das políticas científicas e educacionais. O autor justifica sua posição destacando a ausência de uma teoria elaborada e completa da notícia; a incompleta compreensão da complexa dinâmica existente entre as fontes e os profissionais da informação e da inexistência de uma clara conceituação e identificação dos fatores que intervêm nas influências mútuas entre as diversas agendas.

No entanto, é crucial sublinhar aqui que uma das principais conclusões de inúmeros estudos sobre o conceito de agendamento vem destacar a redescoberta do poder midiático sobre o receptor. Nesse sentido, esta hipótese é um importante instrumento para o estudo entre Comunicação e Política, considerando que os políticos são altamente influenciados pela imprensa. Theodore White (1972) já prenunciava esta influência:

O poder da imprensa é primordial; ela estabelece a ordem do dia da discussão pública [...] nenhum ato importante do Congresso americano, nenhuma ação no estrangeiro, nenhum ato de diplomacia, nenhuma reforma social pode ser bem-sucedida, nos Estados Unidos, se a imprensa não preparar a opinião pública. E quando a imprensa escolhe um assunto para não inseri-lo na ordem do dia, é ela que provoca a passagem aos atos... (WHITE, 1972 apud BARROS FILHO, 2001, p. 171)

Há que se considerar que se esse tipo de dependência representa um problema para o campo político de países que possuem um sistema democrático sedimentado, é ainda mais preocupante em países que passaram por longos anos de ditadura, e vivem em uma recente democracia, como é o caso do Brasil.

Como podemos observar, desde seu surgimento a hipótese do *agenda-setting* vem sendo aplicada em estudos de Comunicação e Política, mais precisamente nos processos eleitorais. Nesta pesquisa, também vamos aplicá-la nesse contexto, mas buscando mostrar a interdependência entre os campos midiático e político, abordando basicamente três pontos que consideramos relevantes: 1º) a imprensa agenda temas para os vereadores da Câmara Municipal de Londrina-Paraná, visto que a mídia tem uma forte influência sobre os parlamentares; 2º) a imprensa possui uma relação de proximidade com os políticos, o que favorece uma influência mútua entre as agendas política e midiática; e 3º) a Câmara agenda temas para a imprensa escrita.

As conseqüências dessa interdependência entre essas duas esferas acabam gerando desvios de atuações nos dois campos como veremos no decorrer desta pesquisa e, quem sai perdendo com isso é a sociedade civil. Ao enxergar a imprensa como representante da sociedade civil, os parlamentares acreditam que os temas por ela agendados merecem atenção do poder legislativo. No entanto, como colocado no **Capítulo I**, a imprensa não é meramente uma representante da sociedade civil, pois ao mesmo tempo em que ela convive com a idéia de publicar o que é de interesse social, a imprensa também tem seus próprios interesses de elite.

Em contrapartida, a imprensa - ao se preocupar em dar mais visibilidade às negociatas e às intrigas dos bastidores da política, praticando um Jornalismo meramente denunciatório - mostra que sua referência não é o interesse do cidadão, mas aquilo que pode vender mais jornais na manhã seguinte: ou seja, o interesse econômico é que fala mais alto. Sendo assim, a imprensa está muito distante do seu papel de guardião da democracia representativa. Por outro, conscientes de que precisam de publicidade, os parlamentares acabam adequando suas ações às regras do campo midiático.

Nesse sentido, podemos observar que o *agenda-setting* é uma hipótese relevante aos estudos da Comunicação. Embora não seja a única linha de pesquisa que estude as relações entre mídia e sociedade, é relevante e pertinente o aprofundamento de suas características. No rol das investigações na relação mídia-sociedade temos, atualmente, os Estudos de Recepção, que possuem como marca registrada a pesquisa etnográfica, que tem como representantes contemporâneos os pesquisadores Jesus Martín-Barbero e Guillermo Orozco. Nos Estudos de Recepção, parte-se do princípio que o receptor é ativo e que interage com a mensagem transmitida pelos meios de comunicação.

Com esse princípio bem definido, a partir dos anos 80, grupos de investigadores Latino-Americanos resolveram fazer uma abordagem que superasse o modelo tradicional da Comunicação. Ou seja, superar a teoria dos efeitos diretores e imediatos sobre o receptor. Entretanto, como observa Gomes (1999) no que tange aos efeitos dos meios de comunicação, os estudos, de forma geral, têm pretendido desmontar a idéia de um emissor ativo e um receptor passivo. Mas mesmo as propostas avançadas no campo sócio-antropológico dos Estudos da Recepção ainda sofrem influência que, segundo a autora, viriam de uma herança da Teoria Hipodérmica⁵:

Mesmo nos estudos mais recentes, permanecem a visão assimétrica do processo comunicativo e a dependência de uma certa intencionalidade do emissor para que os objetivos a comunicação sejam alcançados. (GOMES, 1999 apud COLLING, 2004, p. 62-63).

Partindo dessa visão é que nos propomos estudar os efeitos da Comunicação tendo como sustentação a hipótese do *agenda-setting*. Entendemos que o *agenda-setting* é mais uma forma de observar as relações entre mídia e sociedade. Conforme a sociedade e os meios de comunicação se modificam, surgem novas perspectivas para o entendimento

⁵ O trabalho de Itânia Gomes, **Estudos de recepção e a herança da teoria hipodérmica**, foi apresentado no 8º Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação, realizado de 2 a 4 de junho de 1999, em Belo Horizonte (MG).

dessa relação. Além disso, a hipótese aqui estudada deixa evidenciado que a mídia não intervém diretamente no comportamento do receptor, mas tende a influenciar o modo como este organiza sua imagem do ambiente. Assim, consideramos que o estudo da hipótese do *agenda-setting* pode colaborar com os Estudos da Recepção, como também pode acontecer o inverso.

Nesse sentido, entendemos que essas duas formas de estudar os meios de comunicação são complementares e não excludentes, devendo ocorrer o mesmo com as demais linhas de estudos dos meios de comunicação de massa como, por exemplo, a Escola de Frankfurt e os Estudos Culturais. Nesta dissertação optamos pelos estudos norte-americanos de Comunicação, dentro do qual está inserido o *agenda-setting*, mas entendemos que é possível aplicar esse modelo tendo como perspectiva de pesquisa as outras escolas de Comunicação.

Entretanto, para situar melhor nosso estudo, no **Capítulo III** deste trabalho, faremos uma descrição do cenário de nossa pesquisa: a cidade de Londrina-Paraná e a Câmara Municipal.

CAPÍTULO III

O CENÁRIO DA PESQUISA

3. A Cidade, a Câmara e os Meios de Comunicação

3.1. Londrina: História e Política

No final da década de 20, do século passado, o norte do Paraná ainda era quase que totalmente ocupado por uma imensa floresta subtropical, onde viviam poucos posseiros paulistas e mineiros, além de indígenas das nações Kaingáng, Coroados e Xetá-guarani. A História oficial registra que o primeiro grupo de técnicos e empresários ingleses interessados em comprar terras com os objetivos de comercializá-las a agricultores dispostos à ocupação, chegou à região em 1924, com o apoio do então presidente da República, Arthur Bernardes (JOFFILY, 1985, p.42).

Uma agressiva e bem organizada campanha publicitária na imprensa paulista e mineira foi a arma da empresa Companhia de Terras Norte do Paraná para conseguir vender suas terras em Londrina e região, sempre com base no discurso ufanista do “Novo Eldorado”, da “Terra Prometida” e da riqueza natural do solo. No entanto, como observa Silveira (2004), por trás do discurso do “Eldorado” escondia-se uma prática marcada pela

violência e segregação racial, partindo da burguesia agrária que nasceu em volta da Companhia de Terras do Norte do Paraná, empresa responsável pela venda dos lotes de terras na região a partir da década de 30. Um dos alvos da violência foram as classes populares. Apesar do desenvolvimento da região baseado na cafeicultura ter resultado no enriquecimento de alguns, não se pode negar que ele também levou à pobreza uma boa parcela dos primeiros habitantes de Londrina.

A imagem maravilhosa construída em torno de Londrina não correspondia totalmente à verdade. Os conflitos sociais não eram tratados de forma tranqüila e “civilizada” [do autor] como fazia crer a propaganda existente em torno do empreendimento da Companhia de Terras do Norte do Paraná, e as possibilidades para as classes populares se organizassem social e politicamente eram rechaçadas com violência. (SILVEIRA, 2004, p. 173)

Para Costa (2002, p.67) foi durante a primeira fase do Estado Varguista que surgiu o município de Londrina, no dia 3 de dezembro de 1934, através do decreto estadual do interventor Manoel Ribas, homem de confiança de Vargas no Paraná. A instalação oficial se deu uma semana depois, no dia 10. Em virtude do regime político em vigor, não houve eleição e o primeiro prefeito, Joaquim de Castro, foi nomeado e empossado por Ribas. Em 1940, Londrina apareceu pela primeira vez no Censo do IBGE, com uma população de 75.296 habitantes; dos quais somente 19.100 viviam na cidade e 56.196 moravam na zona rural do município. A partir de 1944, a Companhia de Terras do Norte do Paraná passou a ter sua diretoria integrada e dirigida exclusivamente por empresários brasileiros. Os primeiros 20 anos de Londrina foram marcados pelo desmatamento, estruturação das propriedades rurais, abertura das estradas de terra para ligação com Curitiba (capital do Estado) e São Paulo, construção das primeiras etapas de ferro São Paulo-Maringá, instalação na infra-estrutura urbana inicial e crescimento populacional. A primeira eleição para prefeito e vereadores aconteceu em 1935 e, na época, o município contava com 283 eleitores. No pleito foi eleito o prefeito Willie da Fonseca

Davids, candidato único, do Partido Social Democrático (PSD). Engenheiro formado na Inglaterra, Davids era diretor-técnico da Companhia de Terras Norte do Paraná e recebeu 178 votos. Juntamente com ele foram eleitos seis vereadores.

No período do Estado Novo, Davids foi nomeado para continuar no cargo de prefeito pelo interventor de Vargas no Paraná, Manoel Ribas. Dessa maneira, Davids permaneceu na prefeitura até maio de 1940, quando foi exonerado do cargo devido a um processo que apurou o desvio de dinheiro do cofre público. Na investigação do caso, ficou comprovado que o prefeito estava isento de culpa no crime que havia sido cometido por um funcionário. A segunda eleição só ocorreu em 1947, após o fim do Estado Novo e com a redemocratização nacional. Na terceira eleição em Londrina, em 1951, foi eleito prefeito o advogado Milton Menezes (UDN). A partir desse pleito, o município passou a eleger 21 vereadores, número que permaneceu até as eleições municipais de outubro de 2004.

Nas duas eleições seguintes, nos anos de 1955 e 1959, foram eleitos prefeitos o técnico em comércio Antônio Fernandes Sobrinho (PSD) e o advogado Milton Menezes, da coligação (UDN-PTB). Em 1960, a população de Londrina era de 134.821 habitantes e, pela primeira vez o número de moradores na zona urbana (77.382) foi maior que o da zona rural (57.439). Essa urbanização de Londrina se intensificou na década de 70, principalmente após a chamada “geada negra” de 1975, que inviabilizou a cafeicultura no Norte do Paraná, expulsando da área rural da região milhares de pessoas. Sobre isso, Silveira comenta:

Na década de 70, quando se intensifica o êxodo rural e a maioria da população londrinense se torna urbana, persiste no processo de urbanização uma política segregação social. A construção de conjuntos habitacionais para a população de baixa renda em áreas distantes do Centro é uma marca dessa segregação. (SILVEIRA, 2004, p. 175).

Nas eleições seguintes foram eleitos prefeitos o advogado José Hosken de Novaes (UDN), em 1963; o médico-cirurgião Dalton Paranaguá (MDB), em 1968 – a primeira eleição depois do golpe militar -; o cirurgião-dentista José Richa (MDB), 1972, que depois foi governador do Estado de 1983 a 86. Na eleição de 1976, as pessoas aptas a votar já eram de 120.992 em Londrina. O radialista Antônio Belinati (MDB), foi eleito prefeito pela primeira vez. Ele voltou à prefeitura da cidade por mais duas vezes, em 1988 e 1996. Na décima eleição, em 1982, foi eleito o empresário e engenheiro civil Wilson Moreira. Nessa época, Londrina contava com 301.711 habitantes, sendo que 266.940 moravam na cidade e apenas 34.771 na zona rural. A crise da cafeicultura e o respectivo êxodo rural haviam sido marcantes na década anterior, ampliando o perfil urbano da população de Londrina que nas favelas da periferia começa a conviver com sérios problemas sociais.

Na eleição municipal de 1988, o radialista Antônio Belinati, agora no PDT, foi eleito pela segunda vez prefeito. Na 12ª eleição – a primeira com dois turnos – o médico Luiz Eduardo Cheida, do Partido dos Trabalhadores (PT) venceu o candidato Wilson Moreira (PSDB). No pleito de 1996, o eleitorado londrinense já somava 266.104 pessoas. O radialista Antônio Belinati (PDT) foi eleito prefeito pela terceira vez, vencendo no segundo turno Luiz Carlos Hauly (PSDB). Em 15 de maio de 2000, Belinati foi afastado do cargo pela Justiça sob acusação de improbidade administrativa. Em 22 de junho do mesmo ano, teve o mandato cassado pela Câmara Municipal pelo mesmo motivo⁶. Os últimos seis meses da gestão foram completados pelo então presidente da Câmara, Jorge Scaff (PSB), pois o vice-prefeito de Belinati, Alex Canziani, havia renunciado para assumir o mandato de deputado federal pelo PFL.

⁶ Para mais dados sobre esse tema consultar o livro **Imprensa e Política: o caso Belinati**, de Fábio Silveira, Londrina:Humanidades, 2004.



Londrina/PR - 1934



Londrina/PR - 2004

Em 2000, no 14º pleito municipal, Londrina contava com 299.309 eleitores. O bancário formado em Ciências Sociais e Filosofia, Nedson Micheleti (PT) foi eleito prefeito, derrotando no segundo turno o radialista e jornalista Homero Barbosa Neto, do PDT. Londrina chegou ao século XXI como a terceira cidade do sul do Brasil, com 446.882 habitantes, sendo 433.242 residentes na cidade e 13.580 na zona rural⁷.

Mas ainda existem na cidade as marcas do discurso do “Eldorado” que sempre teve como meta ocultar as contradições da sociedade, como se a cidade fosse um bloco único – um discurso próprio da burguesia local – agrária nas primeiras décadas de sua criação, agro-industrial e comercial na atualidade.

3.2. A Câmara Municipal de Londrina

Em 1935 foram realizadas em todo o Estado do Paraná eleições para prefeitos e vereadores depois de cinco anos de regime de exceção decorrente da Revolução de 1930. Nesse pleito foram eleitos seis vereadores em Londrina, todos do Partido Social Democrático, que teve 178 votos para sua legenda, enquanto o Partido Integralista teve 23 votos e não elegeu nenhum vereador. Mas, em 1938, a Câmara foi dissolvida e Londrina, assim como todo o país, ficou 10 anos sem o Poder Legislativo, que só voltou com o fim do Estado Novo e a redemocratização do Brasil com a Constituição Federal de 1946.

Nas eleições municipais de 1947 foram eleitos para a Câmara Municipal de Londrina 21 vereadores, número que permaneceu até as eleições municipais de outubro de 2004⁸. Desde sua primeira legislatura, a Câmara contou com apenas nove vereadoras. A primeira mulher foi eleita em 1958, depois a Câmara só voltou a ter uma representante

⁷ Os dados sobre habitantes, eleições e eleitores foram pesquisados no IBGE e no Tribunal Regional Eleitoral (TRT) do Paraná.

⁸ De acordo com a Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nº 21.702 de 2/4/04, o número de vereadores na Câmara Municipal de Londrina foi reduzido de 21 para 18.

feminina em 1978⁹. Como aponta Costa (2002, p.114) o único operário vereador na história de Londrina foi o metalúrgico Genecy de Souza Guimarães, que depois de ter militado no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ter sido perseguido pela ditadura militar de 1964, foi eleito suplente pelo MDB, em 1972, com 896 votos. Ele foi efetivado em dezembro de 74, quando o vereador José Antônio Del Ciel renunciou ao cargo para assumir uma vaga na Assembléia Legislativa do Paraná.

A Câmara Municipal de Londrina teve um papel importante na gestão 1996-2000, época em que ocorreu a cassação do então prefeito Antônio Belinati que estava em seu 3º mandato e cuja esposa era Emília Belinati, vice-governadora do Estado. As investigações que deram origem à cassação do prefeito começaram em fevereiro de 1999 com uma denúncia da então vereadora Elza Correia (PMDB), que desconfiou do superfaturamento em um contrato de roçagem de mato feito pela AMA (Autarquia Municipal do Meio Ambiente). A vereadora levou a denúncia ao Ministério Público que começou a investigar o caso. A partir de então, novos casos de desvios de verbas públicas foram surgindo. Como expõe Silveira (2004, p. 23), em setembro de 1999 começou uma mobilização da sociedade civil para acompanhar as investigações do Ministério Público e pedir a abertura de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) pela Câmara.

A mobilização da sociedade civil - composta de forma bem heterogênea com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Comercial de Londrina (Acil), Sociedade Rural do Paraná, Maçonaria, Igreja Católica e Associações e Sindicatos - deu origem ao Movimento da Moralidade que começou a pressionar a Câmara e também a imprensa de Londrina que até então se mantinha em silêncio.

Como resgata Silveira (2004, p. 24) essas mobilizações resultaram em atritos com a presidência da Câmara, que na época era ocupada pelo vereador Renato Araújo (PP), que

⁹ Os dados sobre a Câmara Municipal, acima citados, foram obtidos no Departamento de História da Câmara Municipal de Londrina-PR.

no ano anterior tinha sido líder do prefeito na Câmara. A Câmara, que até então contava com a maioria governista – maioria esta que foi sendo corroída pela pressão popular – resistia em criar a CEI para investigar as denúncias de irregularidades. Mas a pressão tanto dos vereadores de oposição quanto da sociedade civil levou a Câmara a abrir uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) em 26 de outubro de 1999, ou seja, oito meses depois da primeira denúncia feita pela vereadora Elza Correia. No dia 22 de junho de 2000, a Câmara Municipal de Londrina, pela primeira vez na História da cidade, cassou o mandato de um prefeito. Antônio Belinati foi cassado na Câmara por 14 votos favoráveis e 6 votos contra, considerando que o presidente da Casa só vota em caso de empate. O papel da Câmara nesse processo, apesar da resistência na apuração das irregularidades, resultou em uma maior credibilidade do poder Legislativo junto a sociedade.

Por outro lado, essa mesma legislatura foi alvo de denúncias. No dia 20 de maio de 1997, o Jornal de Londrina (JL) publicou na página 3A reportagem sobre uma suposta “caixinha” para pagar jornalistas das emissoras de rádio que cobriam a Câmara para falarem bem dos vereadores. O valor pedido para a suposta “caixinha” ficaria em torno de R\$ 150 a R\$ 200 por notícia veiculada. Segundo Silveira (2004), o conteúdo da matéria intitulada “Caixinha: Bonilha nega ter denunciado repórteres”, era o seguinte:

Bonilha negou que tenha sido assediado por jornalistas ou repórteres de rádio para fazer parte de uma suposta “caixinha” que seria destinada a profissionais da imprensa que divulgam o trabalho da Câmara de Londrina. Mas reafirmou que foi procurado no dia 20 de fevereiro deste ano [1997] por um “indivíduo” que não sabe identificar, para fazer daquilo que seria um esquema de corrupção. Em reportagem divulgada pela rádio CBN no último sábado – ouvida na sessão de ontem por todos os presentes – Bonilha afirma que existem repórteres recebendo dinheiro para falar bem dos vereadores que fizessem o pagamento. O valor pedido para a suposta “caixinha” ficaria entre R\$ 150 e R\$ 200. (SILVEIRA, 2004, p. 112-113)

Na época, o vereador Orlando Bonilha estava cumprindo seu primeiro mandato. Na atual gestão – durante o período desta pesquisa – ele ocupava o cargo de presidente da Câmara Municipal de Londrina.

3.3. A composição 2000-2004

Da legislatura anterior (1996-2000) dos 21 vereadores, 10 foram reeleitos para a gestão 2000-2004. A 13ª legislatura tomou posse em janeiro de 2000 e foi a que teve maior número de substituições. Das três mulheres eleitas - sendo a maior representação feminina na Câmara Municipal desde de sua criação - apenas a vereadora Sandra Graça (PDT) está terminando o mandato. Elza Correa (PMDB) se elegeu deputada estadual nas eleições estaduais de 2002 e em seu lugar foi empossado o então suplente Oswaldo Bergamin (PMDB) e, em fevereiro de 2004, a vereadora Márcia Carvalho Lopes (PT) licenciou-se para assumir o cargo de Secretária de Assistência Social no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome pelo Ministro da Ação Social, em Brasília, e em seu lugar tomou posse o então suplente Nelson Cardoso (PT). Houve ainda uma terceira substituição: o vereador André Vargas (PT) se elegeu deputado estadual em 2002 e assumiu uma cadeira na Assembléia Legislativa do Paraná, em seu lugar tomou posse o então suplente Maurício de Sousa Barros (PT).

Outra característica da legislatura atual é a infidelidade partidária. Dos 21 vereadores, 10 (47%) trocaram de partido desde o início do mandato em 2000, sendo que três mudaram mais de uma vez: Roberto Ávila Scaff foi eleito pelo PSDB, migrou para o PDT e agora está no PFL; Hélio Cardoso foi eleito pelo PSB, mudou para o PSDB e, atualmente, está no PL; e Henrique Barros se elegeu pelo PFL, migrou para o PDT e agora está no PMDB. Os outros sete são: Carlos Bordin que era do PMDB, agora é do PP; Félix

Ribeiro era do PPS, agora está no PMN; Flávio Veodato era do PL, agora está no PSC; João Abussafi foi eleito pelo PRTB, agora está no PMDB; Orlando Bonilha foi eleito pelo PDT, agora está no FL; Paulo Arildo era do PHS, agora está no PSDB e Sandra Graça foi eleita pelo PSB, agora está no PDT.

Na eleição municipal realizada em 3/10/04, dos 21 vereadores 13 foram reeleitos, considerando que dois não concorreram à reeleição e três disputaram cargos para o Executivo, sendo assim, apenas 16 da legislatura 2000-2004 concorreram à reeleição. Como o número de vereadores em Londrina foi reduzido de 21 para 18, a legislatura para 2004-2008 teve a renovação de cinco vereadores.

Legislatura da Câmara Municipal de Londrina (2000-2004)

Vereadores	Partido	Ocupação
1) Carlos Alberto Bordin	PP	Professor de Matemática/sócio do curso pré-vestibular Vettor.
2) Flávio Anselmo Vedoato	PSC	Empresário e aluno do curso de Direito da Universidade Filadélfia de Londrina (UNIFIL).
3) Félix Ribeiro	PMN	Cirurgião-dentista e professor do curso de Odontologia da Universidade Estadual de Londrina.
4) Henrique Almeida Barros	PMDB	Economista e agropecuarista.
5) Hélio de Oliveira Cardoso	PL	Advogado e atuou como Promotor de Justiça por 16 anos.
6) Jamil Janene	PDT	Empresário da área da construção civil.
7) João Abussafi Filho	PMDB	Empresário da área da construção civil.
8) Leonilso Jaqueta	PMDB	Empresário do setor de gás.
9) Luiz Carlos Tamarozzi	PTB	Administrador e fundador do Movimento Cristo Te Ama – CRISTMA.
10) Maurício de Sousa Barros	PT	Biólogo e trabalha na área de Saúde há 22 anos. Fundador do Sindicato dos Servidores Municipais.
11) Nelson Cardoso	PT	Estudante do curso de Geografia, coordenador da Central de Movimentos Populares.
12) Orlando Bonilha Proença	PL	Estudante de Teologia e empresário do setor de Carnes. Atual presidente da Câmara.
13) Osvaldo Bergamin Sobrinho	PMDB	Empresário do setor de cimento, sócio-proprietário da Infibra Paraná. É também agropecuarista.
14) Paulo Arildo Domingues	PSDB	Pregador da Renovação Carismática Católica e estudante de Teologia.
15) Renato Silvestre Araújo	PP	Advogado e está cumprindo seu 7º mandato como vereador. Foi eleito pela primeira vez em 1969.
16) Roberto Kanashiro	PSDB	Médico e está cumprindo seu 3º mandato como vereador.
17) Roberto Ávila Scaff	PFL	Empresário do setor imobiliário.
18) Rubens Canizares	PHS	Empresário da construção civil.
19) Sandra Graça Recco	PDT	Química e funcionária da Caixa Econômica Federal.
20) Sidney Osmundo de Souza	PTB	Contador.
21) Tercílio Turini	PSDB	Médico e professor da Universidade Estadual de Londrina. É vereador desde 1992.

Fonte: Assessoria de Comunicação da Câmara Municipal de Londrina



Plenário da Câmara Municipal de Londrina - Paraná

3.4. Funcionamento interno da Câmara Municipal

Para melhor compreender as próximas etapas desta pesquisa que vão tratar mais especificamente do processo de agendamento, é importante entender um pouco do funcionamento interno da Câmara Municipal de Londrina. Para essa breve explicação tomamos como fonte o Regimento Interno da Câmara de Janeiro de 2004. Esse Regimento, apesar de sua atualidade, já contém modificações, mas como não chegam a comprometer nossa pesquisa, não serão aqui consideradas.

A Câmara Municipal de Londrina realiza duas sessões ordinárias por semana: às terças e quintas-feiras à tarde e funciona em dois períodos anuais: de 15 de fevereiro a 30 de junho, e de 1º de agosto a 15 de dezembro. A Mesa Executiva é composta pelo presidente da Câmara, vice-presidente e 1º, 2º e 3º secretários. Além das sessões ordinárias, a Câmara realiza quando necessário, sessões extraordinárias, solenes, preparatórias, secretas e especiais.

Como nossa pesquisa se restringe apenas às sessões ordinárias, não vamos entrar em detalhes sobre os procedimentos das demais. As sessões ordinárias são divididas em quatro períodos distintos: a) Pequeno Expediente, b) Grande Expediente, c) Ordem do Dia; e d) Explicações Pessoais. O **Pequeno Expediente** destina-se à leitura da Ata da sessão anterior, encaminhamento e despacho de proposições e pronunciamento das Comissões permanentes e temporárias e dos representantes do Legislativo perante os órgãos criados por leis especiais. O **Grande Expediente** é usado pelos vereadores para discorrer sobre assunto de sua livre escolha ou de interesse da coletividade, ou ainda para encaminhar e justificar proposições. É nesse período da Sessão que se percebe um nível maior de agendamento da imprensa na Câmara. Ao usar a tribuna para pronunciamentos os vereadores citam matérias veiculadas pela imprensa para justificar, respaldar e exemplificar seus discursos. A **Ordem do Dia** destina-se a discutir a pauta da sessão, aprovação de

Projetos de Lei, Requerimentos, encaminhamento de despacho de Proposições e Pareceres, enquanto nas **Explicações Pessoais** os vereadores podem fazer uso da palavra por 10 minutos para pedir ou fazer explicações de ordem pessoal. Nesse período nenhuma matéria podem ser votada ou encaminhada à Mesa Executiva.

A **Proposição** é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário ou da Mesa Executiva. Podem ser requerimentos, pedidos de informação, recursos das decisões do presidente, substitutivos e emendas, vetos e pareceres. A iniciativa dos **Projetos de Lei** é subdividida em três partes: a) os que propõem emendas à Lei Orgânica do Município: só podem ser propostos por um terço, no mínimo, dos membros da Câmara ou pelo prefeito; b) os de lei ordinária: podem ter iniciativa do prefeito, de qualquer vereador, das Comissões, da Mesa Executiva da Câmara ou de 5%, no mínimo, do eleitorado municipal; c) os de decreto legislativo e resolução: podem ter iniciativa de qualquer vereador, das Comissões ou da Mesa Executiva.

Os **Requerimentos** são pedidos verbais ou escritos feitos ao Presidente da Câmara por vereador ou Comissão, sobre assunto de expediente ou questões gerais acerca dos trabalhos das sessões. Conforme o Regimento Interno (2004), os **Requerimentos** estão sujeitos à decisão do Presidente, à deliberação do Plenário e da Mesa Executiva. Todas as sessões são gravadas em áudio e vídeo por um período de cinco anos. A partir de fevereiro de 2004, as gravações das sessões passaram a ser disponibilizadas no *site* da Câmara na Internet (www.cml.pr.gov.br). Além disso, os interessados podem acompanhar as sessões *online* em tempo real pela Internet.

As **Comissões** podem ser permanentes ou temporárias e têm por objetivo estudar proposições, emitir pareceres, realizar investigações ou representar a Câmara Municipal quando for necessário. A Câmara Municipal de Londrina tem 12 Comissões Permanentes: 1) Justiça, Legislação e Redação; 2) Finanças e Orçamento; 3) Desenvolvimento Urbano,

Obras, Viação e Transportes; 4) Educação, Cultura e Desporto; 5) Seguridade Social; 6) Economia, Indústria, Comércio e Agricultura; 7) Defesa ao Consumidor e Segurança Pública; 8) Trabalho, Administração e Serviços Públicos; 9) Meio Ambiente; 10) Direitos Humanos e de Defesa da Cidadania; 11) Ciência e Tecnologia; e 12) Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. As **Comissões Temporárias** são divididas em: especiais, de inquérito e externas, sendo constituídas com finalidade especial e extintas com quando da conclusão dos trabalhos.

Composição das Comissões Permanentes da CML em 2004

Comissão de Justiça, Legislação e Redação: Renato Araújo-PP (presidente), Sidney de Souza-PTB (vice) e Flávio Vedoato-PSC (membro)	Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Agricultura: Henrique Barros-PMDB (presidente), Carlos Bordin-PP (vice) e Flávio Vedoato-PSC (membro)
Comissão de Finanças e Orçamento: Rubens Canizares-PHS (presidente), Leonilso Jaqueta-PMDB (vice) e Sidney Souza-PTB (membro)	Comissão de Defesa ao Consumidor e Segurança Pública: Jamil Janene-PDT (presidente), Paulo Arildo-PSDB (vice) e Hélio Cardoso-PL (membro)
Comissão de Desenvolvimento Urbano, Obras, Viação e Transporte: Roberto Scaff-PFL (presidente), João Dib Abussafi Filho-PMDB (vice) e Rubens Canizares-PHS (membro)	Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos: Luiz Carlos Tamarozzi-PTB (presidente), Renato Araújo-PP (vice) e Rubens Canizares-PHS (membro)
Comissão de Educação, Cultura e Desporto: Carlos Bordin-PP (presidente), Félix Ribeiro-PMN (vice) e Maurício Barros-PT (membro).	Comissão do Meio Ambiente: Maurício Barros-PT (presidente), Félix Ribeiro-PMN (vice) e Rubens Canizares-PHS (membro).
Comissão de Seguridade Social: Tercílio Turini-PSDB (presidente), Nelson Cardoso-PT (vice) e Maurício Barros-PT (membro)	Comissão dos Direitos Humanos e Defesa da Cidadania: Sandra Graça-PDT (presidente), Luiz Carlos Tamarozzi-PTB (vice) e Maurício Barros-PT (membro)
Comissão de Ciência e Tecnologia: Roberto Kanashiro-PSDB (presidente), Maurício Barros-PT (vice) e Tercílio Turin-PSDB (membro)	Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente: Nelson Cardoso-PT (presidente), Maurício Barros-PT (vice) e Paulo Arildo-PSDB (membro)

Fonte: Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal de Londrina (CML)

Composição partidária, líderes e vice-líderes da CML em 2004

PMDB João Dib Abussafi Filho – Líder Henrique Barros – Vice-líder Leonilso Jaqueta Oswaldo Bergamin	PSDB Roberto Kanashiro – Líder Paulo Arildo - Vice-líder Tercílio Turini
PDT Jamil Janene – Líder Sandra Graça – Vice-líder	PT Maurício Barros – Líder Nelson Cardoso – Vice-líder do partido e Líder do Prefeito na Câmara.
PP Carlos Bordin - Líder Renato de Araújo – Vice-líder	PTB Sidney de Souza – Líder Luiz Carlos Tamarozzi – Vice-líder
PL Hélio Cardoso – Líder Orlando Bonilha – Presidente da Câmara	PMN Félix Ribeiro - Representante
PSC Flávio Vedeoto - Representante	PFL Beto Scaff - Representante
PHS Rubens Canizares - Representante	Observação: Os partidos com apenas um vereador na Câmara não têm Líder, mas Representante.

Fonte: Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal de Londrina (CML)

3.5. Estrutura midiática de Londrina: um pouco de história

A dependência dos meios de comunicação com relação ao Estado não é um fato novo e nem um privilégio de Londrina. No Brasil, os primeiros jornais foram impressos na gráfica trazida de Portugal pela corte de D. João VI no começo do século XIX, como observa Sodré (1983):

A imprensa surgiria, finalmente, no Brasil - e ainda desta vez, definitiva, sob proteção oficial, mais que isso: por iniciativa oficial -, com o advento da Corte de D. João VI. Antônio de Araújo, futuro conde de Barca, na confusão da fuga, mandará colocar no porão da Medusa o material fotográfico que havia sido comprado para a Secretaria de Estrangeiros e da Guerra, de que era titular, e que não chegara a ser montado. Aportando no Brasil, mandou instalá-lo nos baixos de sua casa, à rua dos Borbonos. (SODRÉ, 1983, p.19).

Quase dois séculos depois do surgimento da imprensa no Brasil, a dependência em relação ao Estado continua sendo uma realidade no país. E os interesses políticos, tanto de grupos que ocupam o poder, quanto de manutenção da ordem social e política estabelecida, continua o mesmo. Um exemplo foi a injeção de R\$ 284 milhões do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) na Rede Globo de Televisão a Cabo, maior empresa de televisão por assinatura do país, pertencente ao grupo de comunicação mais poderoso do Brasil, as Organizações Globo.

No caso de Londrina, a dependência da imprensa com o Estado não foi diferente, como relata Trigueiros Neto (1991). Os meios de comunicação na cidade de Londrina começaram a surgir antes mesmo da instalação do município, em 1934. O primeiro jornal a circular foi o **Paraná-Norte**, em 12 de outubro de 1934, portanto, dois meses antes da elevação de Londrina a município. Ele foi editado pelo jornalista Humberto Puiggari Coutinho, com experiência anterior na imprensa de São Paulo e Rio de Janeiro (TRIGUEIROS NETO, 1991:23). O jornal semanário de quatro páginas sobreviveu fundamentalmente com base em verbas publicitárias da Companhia de Terras e da Prefeitura Municipal. O jornalista foi durante aquele período, Secretário Municipal, o que facilitava a sua captação de verbas oficiais para o jornal:

O **Paraná-Norte** adotou, assim, uma maneira até desprezível na sua linha editorial. Eram nítidas as vinculações financeiras do jornal com a Companhia de Terras do Norte do Paraná. O anúncio era estampado na última página do jornal, ostentando as vantagens da colonização e do desenvolvimento do Norte do Paraná. [...] A jovem Prefeitura Municipal de Londrina também participava destinando verbas publicitárias, em forma de anúncio de editais, avisos e outras notas. Contemporâneos da época afirmavam que a verba oficial era possível uma vez que Humberto Puiggari Coutinho também exercia o cargo de secretário municipal de Londrina. (TRIGUEIROS NETO, 1991, p. 23-24)

Na sequência, vieram os jornais **O Cometa** (1935), **Folha do Sul** (1941), **O Povo** (1941) e a **Gazeta de Londrina** (1944), todos com vida curta. Muitos outros jornais,

notadamente pequenos e médios, surgiram no pós-Segunda Guerra Mundial. Entre eles, destaca-se o único que sobreviveu até os dias atuais: a **Folha de Londrina**, fundada há 57 anos por João Milanez – ainda hoje diretor-presidente do Conselho Administrativo e como sócio-minoritário – e cuja primeira edição circulou em 13 de novembro de 1948.

A primeira emissora de rádio da cidade foi a Rádio Londrina, que entrou no ar em caráter experimental na noite de 11 de setembro de 1943 (COSTA, 2002, p.68). Já a primeira repetidora de televisão foi a TV Coroados, inaugurada em 1963 e hoje, sob o comando do grupo Rede Paranaense de Comunicação (RPC), que congrega a TV Paranaense e o jornal Gazeta do Povo, com sede em Curitiba, e o **Jornal de Londrina**.

Como coloca Silveira (2004, p.110) a imprensa de Londrina teve um papel bastante questionável durante o período de cassação do ex-prefeito Antônio Belinati (1996-2000). Para conseguir o silêncio da imprensa, Belinati lançava mão de vários expedientes para cooptar os profissionais da informação. O autor relata o caso, por exemplo, do jornalista Milton Cassitas, diretor da TV Coroados, retransmissora da Rede Globo de Televisão em Londrina. Cassitas foi demitido sob suspeita de evitar, com o seu poder de diretor de Jornalismo, que a emissora fizesse reportagens sobre o escândalo de corrupção na administração de Antônio Belinati. A exemplo da TV Coroados, os jornais Folha de Londrina e Jornal de Londrina se mantiveram em silêncio. As primeiras matérias sobre o caso só começaram a ser veiculadas um ano depois de o Ministério Público começar a investigar o processo de corrupção na prefeitura:

Belinati soube manusear bem essa dependência das empresas jornalísticas, até porque, sabe-se, através de comentários nos bastidores da imprensa, que há casos de empresas londrinenses que tinham um percentual importante do faturamento vinculado à publicidade oficial na segunda metade da década de 90. Como se não bastasse o poder de manusear as verbas publicitárias da prefeitura, Belinati também contava com prestígio e influência junto ao governador do Estado, onde sua esposa, Emília Belinati, era vice-governadora, fruto de uma aliança com o governador Jaime Lerner. (SILVEIRA, 2004, p. 124).

Atualmente, o sistema midiático de Londrina conta com 10 emissoras de rádio AM e seis operando na frequência modulada (FM), sendo que uma delas é a Rádio Universidade FM, da Universidade Estadual de Londrina, criada em 6 de junho de 1990. Desse total, cinco (33%) emissoras pertencem grupos religiosos: Difusora (Igreja Só o Senhor é Deus); Tupi (Igreja Deus é Amor); Atalaia (Igreja Universal do Reino de Deus); Alvorada (Fundação Católica Mater Et Magistra) e Gospel FM (Igreja Presbiteriana Independente). Como aponta o estudo de Costa (2002:42), as concessões de rádio e seus proprietários na cidade formam o seguinte quadro:

Concessionários	AM 10	FM 6	Total 16	%
Empresários do setor	4	2	6	35
Igrejas	4	1	5	33
Políticos e ex-políticos	2	2	4	26
Universidade Estadual de Londrina		1	1	6

Fontes: O Rádio e a Política em Londrina (1968-2000), de Osmani Costa, 2002
Companhia de Desenvolvimento de Londrina-Codel.

Como mostra o quadro, das 16 emissoras londrinenses, cinco estão sob o poder e comando de igrejas. Os políticos ou ex-políticos são proprietários de outras quatro emissoras (26%): rádio Brasil Sul (pertence ao ex-deputado estadual do PMDB, Fiori Luiz e ao ex-dirigente local do PMDB, José Coutinho Mendes), rádio Norte (pertence à família do ex-vereador do PFL, Carlos Santa Rosa), rádio Folha FM e Igapó FM (ambas pertencem à família do ex-senador do PTB – hoje no PPB – e ex-ministro da Agricultura, José Eduardo de Andrade Vieira, também dono do jornal **Folha de Londrina**). As outras seis (35%) emissoras estão sob o domínio de empresários do setor de comunicação, sem vinculação direta com igrejas ou partidos políticos em Londrina, sendo que uma delas

pertence à Universidade Estadual de Londrina. Até esta época, não havia em Londrina nenhuma rádio comunitária ou pirata em operação.

Em 21 de setembro de 1963 entrou em operação na cidade a TV Coroados (canal 3) que, atualmente, faz parte da Rede Paranaense de Comunicação (RPC), do empresário e jornalista Francisco da Cunha Pereira Filho, residente em Curitiba, capital do Estado, onde se encontra a sede do Grupo RPC. A cidade conta ainda com a TV Tropical (canal 7), que entrou em operação em 13 de março de 1979 e, atualmente, transmite a programação da CNT. A empresa tem como sócios: os empresários Oscar Martinez, Flávio de Castro e Oscar Martinez Filho, este último assumiu a direção da empresa após a morte do pai, o deputado federal, pelo PTB, José Carlos Martinez, morto em um acidente aéreo em outubro de 2003.

A terceira emissora de televisão da cidade é a TV Tarobá (canal 13), que entrou em operação em 1979, como transmissora da programação da Rede Bandeirantes. A emissora pertence aos empresários Everton Muffato, Tito Muffato e Hermínio Vieira, também sócios-proprietários de uma rede de supermercados em Londrina e em outras cidades do Estado do Paraná. A quarta emissora é a TV Cidade (canal 5), do grupo Paulo Pimentel, de Curitiba, que transmite a programação do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) mas não tem jornalismo local. A cidade possui ainda a TV Mix, que pertence à Universidade Norte do Paraná (Unopar), do empresário Antônio Lafranchi, que opera em canal por assinatura.

3.6. Os jornais **Folha de Londrina (FL)** e **Jornal de Londrina (JL)**

Em 13 dezembro de 1948, com quatro páginas, circulou a primeira edição do jornal **Folha de Londrina**, fundado pelo ex-marceneiro João Milanez. Nascido em Meleiro (SC), João Milanez chegou em Londrina em 1947, como vendedor de seguros e fundou o jornal com um investimento de 400 mil réis. Inicialmente, a **Folha de Londrina** circulava uma vez por semana mas, no começo dos anos 50, para acompanhar o desenvolvimento da cidade que vivia uma época de ouro, o jornal passou a ser diário e contava com oito páginas, com notícias internacionais na primeira página. Quatro anos depois, já em 1954, a **Folha** adquiriu uma rotativa de origem alemã e passou de jornal local para regional. Foi nessa época que a empresa mudou-se da avenida Duque de Caxias (esquina com a rua Pará) para a rua Piauí, no Edifício Bosque, onde se encontra até a data desta pesquisa.

Em 1969, a **Folha de Londrina** se tornou a terceira empresa jornalística do país e a primeira do interior a adquirir uma moderna impressora *off-set*. Foi a partir de então que o jornal passou a circular em todo o Estado do Paraná, estendendo-se ao sul de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Foi também nessa época que a empresa começou a abrir as primeiras sucursais nas principais cidades do Estado. Em 1990, o jornal foi vendido pela família Milanez para o empresário e ex-político José Eduardo de Andrade Vieira (ex-senador pelo PTB – hoje no PPB - e ex-ministro da Indústria, do Comércio do Turismo e da Agricultura, no primeiro mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso, 1994-1998). Atualmente, o jornal é segundo maior do Estado, com uma tiragem de 35 mil exemplares por dia, ficando atrás apenas da **Gazeta do Povo**, de Curitiba.

A empresa jornalística Folha de Londrina conta com três sucursais no Paraná: em Curitiba, Maringá e Cascavel¹⁰. Nos dias de semana o jornal circula com 40 páginas e

¹⁰ Dados obtidos junto ao setor de Documentação e Arquivo do jornal Folha de Londrina.

no domingo com 60. Para a editoria de **Política** são destinadas três páginas com matérias locais, estaduais e nacionais. O caderno **Cidade** circula de terça a sábado com quatro páginas nas quais são publicadas matérias locais, regionais e estaduais. No domingo e na segunda-feira os assuntos locais, regionais e estaduais são publicados no 1º Caderno, considerando que nos finais de semana o jornal funciona em regime de plantão.

Em 31 de julho de 1989, foi fundado o **Jornal de Londrina** por um grupo de 70 empresários da cidade, entre eles o jornalista Délio César. Conforme Trigueiros Neto (1991, p.116), o jornal começou a operar como empresa, estabelecendo-se como uma sociedade de cotas limitadas. Em depoimento a Trigueiros Neto, Délio César define o perfil do jornal:

É um jornal de generalidades que publica material nacional e internacional, basicamente para o local, com a proposta de ser um jornal resumo, jornal sintético de leitura rápida, de informar o que acontece, e, a grande notícia do mundo, do país, do Estado, e da cidade, naturalmente. (TRIGUEIROS NETO, 1991, p. 117).

Depois de passar por uma crise financeira no final da década de 90, em outubro de 1999 o jornal foi vendido para o Grupo Paranaense de Comunicação (RPC), de Curitiba, cujo proprietário é o empresário e jornalista Francisco da Cunha Pereira Filho. Atualmente, o Jornal de Londrina é o terceiro maior do Estado do Paraná, conta com 11.500 assinantes e uma tiragem de 13.000 exemplares. A circulação do jornal abrange 50 municípios da região de Londrina, mas mantém seu perfil inicial. Enquanto a Folha de Londrina se coloca como um jornal estadual, o Jornal de Londrina se dedica mais à cobertura local e regional. De segunda a sábado, o jornal circula com 28 páginas e nos domingos com 40. A editoria de **Política** conta com duas páginas, nas quais são publicadas matérias de nível local, estadual e nacional; a editoria de **Cidade** conta com três páginas nas quais são veiculadas apenas matérias sobre Londrina¹¹.

¹¹ Dados obtidos junto ao Arquivo do Jornal de Londrina.

No **Capítulo IV** deste trabalho vamos apresentar a primeira análise do agendamento na Câmara Municipal de Londrina. É uma análise quantitativa realizada no período de 1º agosto a 15 de dezembro de 2003 que teve como base de estudo as editorias de **Política** e **Cidade** dos dois jornais, as Atas e as gravações em áudio das Sessões Ordinárias da Câmara Municipal de Londrina.

www.bonde.com.br/folhadelondrina

Queda no
preço do feijão
não estimula
consumo

A redução de 27% no preço do quilô do fio de canoa no último ano não foi suficiente para reacquistar consumidores. Desde julho de 2003, as vendas no atacado caíram até 30%.

CORTE NO ENSINO

Requião acaba com 43 cursos universitários

Cursos criados na gestão de Lerner foram cancelados sob alegação de que o Estado não tem recursos nem professores. Lista dos extintos será divulgada hoje. PÁG. 7

Supostos
seqüestros
mobilizam polícia

3000

11

[illegible]

Londrina, 8 de março de 2004

Ano 15 - Número 4.583 R\$ 1,04

JORNAL DE LONDRINA



Cotação

Dados	Atualizado (h01)	155 Comercial
R\$ 246,00	0,0381%	R\$ 2.466/2.498*
54% (Desconto)	0,00	1,05 Descont
2,08%	R\$ 18,00*	R\$ 2.097,82*
25% (taxa fixa)	0,00 (taxa fixa)	Call (taxa variável)
R\$ 46,00*	R\$ 15,23*	R\$ 2,70*

* Preço de 10 de março

Televisão



Para comemorar o Dia Internacional da Mulher a TV Cultura sempre a colar a parte da noite a série especial "O Século das Mulheres no Brasil". Os programas vão mostrar os avanços da mulher na sociedade brasileira. Maria da

Comércio da Zona Norte quer mais reforço na segurança

Depois de uma reunião entre a polícia e comerciantes a segurança melhorou, mas ontem não havia viaturas no local

Os comerciantes da Zona Norte continuam reclamando da falta de segurança na região. Depois da promessa de reforço no policiamento, os lojistas dizem que a PM deu mais atenção para o bairro, mas que ontem não havia policiais no local. Eles temem que em pouco tempo a polícia deixe de atuar com mais intensidade e a criminalidade volte a aumentar. O comando da PM nega que trabalho ostensivo na região tenha sido reduzido. **11/03/04 24**



Governo deve parcelar pagamento da dívida com aposentados



CAPÍTULO IV

IMPrensa E CÂMARA

4. Um estudo sobre o agendamento

Apresentamos a seguir uma análise realizada no 2º semestre de 2003, que tem como objetivo mostrar em níveis quantitativos como ocorre o agendamento pela imprensa escrita na Câmara Municipal. Em contrapartida, mostraremos também como o poder legislativo alimenta a pauta dos jornais **Folha de Londrina** e **Jornal de Londrina**. Para uma melhor compreensão do que será exposto, consideramos necessário um detalhamento minucioso da metodologia adotada nesta parte da pesquisa.

O objetivo desse primeiro estudo sobre o agendamento na Câmara Municipal de Londrina foi basicamente quantitativo. É um levantamento de dados que consideramos importante para reforçar a pesquisa qualitativa que será apresentada no **Capítulo V** deste trabalho e, portanto, não será objeto de uma análise profunda sobre o processo de agendamento, mas isso não diminui sua importância enquanto pesquisa científica porque traz dados bastante relevantes que servirão de suporte para a etapa posterior.

O estudo aqui apresentado foi realizado de 1º de agosto a 15 de dezembro de 2003. Esse período foi escolhido por dois motivos: primeiro porque coincide com o retorno das atividades do Legislativo municipal, após o recesso do mês de julho. Segundo porque antecede o período da pesquisa de observação sistemática não participante realizada na Câmara de 16 de fevereiro a 23 de março de 2004, que também coincide com o retorno dos trabalhos no legislativo após o recesso parlamentar de 15 de dezembro de 2003 a 15 de fevereiro de 2004. O primeiro motivo foi de ordem funcional; o segundo foi estrategicamente escolhido para que houvesse uma continuidade na pesquisa, considerando que alguns assuntos discutidos pelos vereadores no 2º semestre de 2003 voltaram à pauta da Câmara no período de 16 de fevereiro a 23 de março de 2004.

Para a coleta dos dados aqui apresentados foi realizado um acompanhamento diário nas editorias de **Política** e **Cidade** dos jornais **Folha de Londrina (FL)** e **Jornal de Londrina (JL)** no período de 1º de agosto a 15 de dezembro de 2003, totalizando 122 edições de cada um dos jornais, o que correspondeu a um total de 244 edições. O objetivo desse acompanhamento foi selecionar as matérias veiculadas pelas editorias dos dois jornais que tiveram agendamento (direito ou indireto)¹² nas Sessões Ordinárias (SO) da Câmara, que são realizadas duas vezes por semana: às terças e quintas-feiras. A verificação da inserção da matéria nas Sessões Ordinárias (SO) da Câmara foi feita com base na leitura das 38 Atas das (SO) realizadas nesse período e nas gravações em áudio das 38 (SO) da Câmara. Essa verificação foi realizada semanalmente durante os quatro meses e meio que durou a pesquisa.

Os resultados são apresentados em sete quadros. Os cinco primeiros **Quadros** relacionam (mês a mês) as principais matérias veiculadas pelas editorias de **Política** e

¹²Agendamento direito: quando os vereadores citavam a imprensa ou nome do veículo.

Agendamento indireto: quando os vereadores se referiram ao tema da matéria publicada, porém sem citar a imprensa.

Cidade dos jornais (FL) e (JL) no período da pesquisa e em que medida eles foram agendando as Sessões Ordinárias (SO). Nos **Quadros de 1 a 5**, os temas são apresentados na ordem em que foram veiculados pelos jornais e que tiveram agendamento na Câmara. Entretanto, muitos desses temas apareceram mais de uma vez nos jornais e nas Sessões Ordinárias (SO) da Câmara, mas as datas relacionadas nos Quadros se referem à primeira vez em que os temas apareceram nos jornais (FL) e (JL) e nas (SO) da Câmara. As datas são importantes para verificar o intervalo de tempo entre a veiculação das matérias pelos jornais e seu agendamento na pauta das (SO). Os dados dos demais Quadros (**6 e 7**) são explicados na sequência em que são apresentados.

4.1. A agenda dos jornais e a agenda da Câmara

Quadro 1

Agosto/2003

Matérias veiculadas pelas editorias de <i>Política e Cidade</i> dos Jornais FL e JL que agendaram as Sessões Ordinárias da Câmara	Data de veiculação		Data de agendamento na Câmara
	FL	JL	
▪ Municipalização da água em Londrina;	1º/08	1º/08	05/08
▪ Falta de leitos nas UTIs dos hospitais públicos;	1º/08	1º/08	05/08
▪ Artesãos não querem sair das praças;	3/08	1º/08	07/08
▪ Escola Oficina Acalon pode fechar;	-	1º/08	12/08
▪ Antigo Colossinho pode abrigar teatro municipal;	5/08	5/08	12/08
▪ Ministério vai investigar prestação de contas do Filo;	8/08	-	19/08
▪ Aeroporto de Londrina sofre queda de movimento;	-	10/08	14/08
▪ OAB propõe redução no número de vereadores;	-	16/08	19/08
▪ Escolas fecham laboratório de informática;	23/08	-	26/08

No levantamento realizado em agosto de 2003 nas editorias de **Política e Cidade**, das 62 edições dos dois jornais, sendo 31 da (FL) e 31 do (JL) e nas 8 (oito) Sessões Ordinárias da Câmara Municipal, verificamos que dos assuntos abordados nessas editorias, 9 (nove) tiveram agendamento na Câmara. No entanto, é importante observar que

5 (cinco) deles foram veiculados várias vezes pelos jornais: a “Municipalização da água em Londrina”, por exemplo, esteve na pauta do (JL) em 5 (cinco) edições e em 3 (três) da (FL). Enquanto a “Falta de leitos nas UTIs dos hospitais públicos” apareceu 5 (cinco) vezes no (JL) e 4 (quatro) vezes na (FL), a “A retirada dos artesãos das praças Rocha Pombo e Marechal Floriano”, que causou muita polêmica na cidade, esteve nas páginas do (JL) por 6 (seis) vezes e por 8 (oito) vezes na (FL). “A crise na Escola Oficina Acalon” apareceu 6 (seis) vezes na pauta do (JL) e 4 (quatro) na (FL) e “Ministério vai investigar prestação de contas do Filo” teve 12 inserções nos jornais em agosto, sendo seis em cada jornal. Os demais assuntos que tiveram agendamento na Câmara apareceram apenas uma vez na agenda dos jornais, mas com destaque: foram matérias que tiveram chamadas na 1ª página e ocuparam páginas inteiras nas duas editorias dos jornais pesquisados.

Verificamos também que os assuntos que mais agendaram os jornais nesse mês foram os mesmos que tiveram destaque nas Sessões Ordinárias da Câmara. No início do segundo semestre de 2003, a imprensa começou a veicular reportagens sobre o fim do contrato de 30 anos de concessão do serviço de água e esgoto entre o município de Londrina e a Sanepar (Companhia de Saneamento do Paraná), assinado em 1974. Ao retornar do recesso parlamentar de julho de 2003, os vereadores começaram a discutir a municipalização da água na cidade, tema alimentado pela imprensa, em especial os dois jornais, durante o segundo semestre de 2003. Para discutir o problema, a Câmara criou o “Fórum de Debates do Sistema de Saneamento Municipal”.

O relatório final desse Fórum foi divulgado em outubro de 2003, com 35 páginas. Na página 10, o relatório faz referência à matéria “Municípios paulistas têm água mais barata”, publicada no (JL) de 17/08/03, página 3A, na editoria **Cidade**, que comparava o preço da tarifa de água de Londrina com as cidades de Penápolis, São José do Rio Preto, Lins e Araçatuba, todas do Estado de São Paulo, mostrando que nessas cidades a tarifa era

menor. Além de citar a matéria, o relatório – assinado por todos os vereadores - usou os mesmos dados veiculados pelo jornal para justificar a necessidade de municipalizar o sistema de saneamento de Londrina. Nesse caso, verificamos um agendamento direto, não só o veículo foi citado, mas também a produção jornalística foi utilizada para fundamentar o documento.

A falta de leitos nas UTIs dos hospitais públicos de Londrina e região foi manchetes nos jornais no início de agosto de 2003, o que acabou repercutindo na Câmara. O assunto apareceu no **Grande Expediente** nas Sessões Ordinárias dos dias 5, 7 e 12 de agosto. O vereador Tercílio Turini (PSDB) que é médico do Hospital Universitário e professor no curso de Medicina da Universidade Estadual de Londrina (UEL), usou a tribuna em três sessões para falar sobre o tema, dizendo que levaria o problema para ser discutido na Comissão de Seguridade Social da Câmara, da qual era presidente. Nesse caso, o agendamento foi indireto, pois em seus discursos o vereador não se referiu à imprensa diretamente.

A retirada dos artesãos das praças Rocha Pombo e Floriano Peixoto foi determinada pelo presidente da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU), Wilson Sella, que pretendia revitalizar as praças. A cada nova matéria veiculada pelos jornais, o tema também era debatido na Câmara e acabou agendando 6 (seis) das 8 (oito) Sessões Ordinárias realizadas em agosto. A retirada dos artesãos foi, inclusive, adiada devido à aprovação pela Câmara de um Projeto de Lei de autoria do vereador Carlos Bordin (PP) que determinava a permanência dos artesãos nas praças. No caso dos artesãos, o agendamento também foi indireto porque não houve referência explícita às matérias veiculadas pelos jornais.

A primeira matéria sobre a crise financeira na Escola Oficina Acalon-Associação da Criança e do Adolescente de Londrina foi noticiada pelo (JL) no dia 1º de agosto, página

5A, mas só entrou na agenda da Câmara no dia 12 de agosto, depois que o problema virou manchete nos dois jornais. A vereadora Márcia Lopes (PT) – que ainda não havia se licenciado do cargo - disse que a prefeitura estava estudando a municipalização da Escola e que o problema estava sendo discutido pela Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, da qual era presidente.

A Acalon foi criada em 1993 pelo governador Roberto Requião (PMDB), em sua primeira gestão (1990-1994), para atender a crianças e adolescentes de 14 a 18 anos em situação de risco. Na Sessão Ordinária do dia 14/08, a vereador Orlando Bonilha (PL) , presidente da Câmara, criticou a declaração que a promotora da Vara da Infância e Juventude de Londrina, Édina Maria Silva de Paula, fez na matéria “Promotora acusa município de acabar com Escola Oficina”, publicada na (FL) do dia 13/8, página 1, do caderno **Cidade**. O vereador rebateu as críticas, dizendo que o município estava investindo R\$ 9.000,00 por mês na Escola. Com o jornal **Folha de Londrina** em mãos, Orlando Bonilha acrescentou:

O governo Roberto Requião, na sua primeira legislatura, criou a Escola-Oficina, e acredito que o governador não saiba das ocorrências, caso contrário, não negaria um “filho” que ele mesmo gerou¹³.

Em seguida, o vereador leu no plenário, trechos da entrevista que José Wilson de Souza, presidente do Instituto de Ação Social do Paraná (IASP) deu para a matéria. O vereador Sidney de Souza (PTB) também se referiu à matéria, criticando as declarações do auditor-chefe da prefeitura Oswaldo Lima, que havia sido contador da Acalon, quando deu início à crise financeira na Entidade. Notamos, nesse caso, um agendamento direto, considerando que dois vereadores citaram o jornal e a editoria na qual a matéria foi publicada e, além disso, leram a matéria durante a Sessão da Câmara.

¹³ Transcrição da gravação em áudio da (SO) da CML de 14.08.03 e registrado em Ata da (SO) da CML do 14.08.03, p. 3, também disponível para leitura no site da CML (www.cml.pr.gov.br).

A matéria veiculada pela (FL) “Ministério vai investigar prestação de contas do Filo”, no dia 8 de agosto, editoria **Cidade**, página 2, denunciava que o coordenador de Prestação de Contas do Ministério da Cultura (Minc), Moacir Carlos Borges, estava preocupado com relatório encaminhado pelo auditor do município, Oswaldo Lima, que detectou irregularidades nos projetos ligados ao Festival Internacional de Teatro de Londrina (Filo). O coordenador dizia ainda que outros projetos que receberam verbas da Lei de Incentivo à Cultura também estavam sendo averiguados:

“Recebi o relatório do auditor e está na minha mesa, mas não vou tomar nenhuma decisão sem antes conferir “in loco” essa situação. Devo mandar por esses dias alguém da minha equipe para Londrina”, afirmou Borges.¹⁴

A matéria entrou na sessão da Câmara no dia 19 de agosto, quando o vereador Rubens Canizares (PHS) apresentou o Requerimento nº 1435/2003, solicitando a abertura de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) da Câmara para apurar as possíveis irregularidades nos Projetos Culturais de Incentivo à Cultura. O Requerimento foi aprovado com 16 votos "sim", dois votos "não" e três ausentes.¹⁵ Entretanto, a composição da CEI, que teria cinco vereadores, provocou muita discussão na Sessão do dia 21/08, o que acabou agendando a imprensa. O jornal (FL) publicou na edição do dia 22/08, editoria de **Política**, a matéria “CEI da Cultura provoca bate-boca na Câmara”:

As lideranças partidárias da Câmara de Vereadores de Londrina decidiram adiar para a próxima terça-feira, a indicação dos cinco membros que deverão compor a Comissão Especial de Inquérito (CEI), aprovada no dia 19, para apurar supostas irregularidades em Projetos da Secretaria Municipal de Cultura. O motivo do adiamento: o grande número de vereadores dispostos a integrarem a CEI.¹⁶

¹⁴ Trecho da matéria publicada na FL no dia 8/8/03, página 2, editoria de **Cidade**, assinada pela jornalista Cristiane Oya.

¹⁵ A lista nominal dos votantes pode ser conferida na Ata da (SO) da CML, do dia 19/08/03, página 37, disponível no site (www.cml.pr.gov.br).

¹⁶ Trecho da matéria publicada na FL do dia 22/8, página 3, editoria de **Política**, assinada pela jornalista Cristiane Oya.

Na sessão da Câmara do dia 26/8, ficou definido que a CEI seria composta pelos vereadores Rubens Canizares (PHS), Renato Araújo (PP), Sidney de Souza (PTB), Flávio Vedoato (PSC) e Leonilso Jaqueta (PMDB), sendo que Rubens Canizares ficou como presidente e Renato Araújo, como relator. A CEI da Cultura pautou as sessões da Câmara e da imprensa durante todo 2º semestre de 2003, dando visibilidade, principalmente, ao vereador Rubens Canizares, cujo nome apareceu em 35 matérias veiculadas pelos jornais (FL) e (JL) sobre a CEI da Cultura, no período de 19 de agosto a 10 de dezembro de 2003, quando os trabalhos da Comissão foram concluídos.¹⁷

A matéria “Escolas fecham laboratório de informática”, publicada na (FL) de 23/8, página 1, do caderno **Cidade**, foi outra que teve agendamento direto na Sessão da Câmara do dia 26/8, quando a vereadora Sandra Graça (PDT) fez uso da palavra para lamentar o fechamento dos laboratórios e citou nominalmente o nome do jornal:

A matéria publicada na Folha de Londrina, do dia 23, fala sobre o fechamento dos laboratórios de informática nas escolas. É lamentável que, em plena era da informática, as escolas estejam fechando seus laboratórios por falta de computadores¹⁸.

Os outros três assuntos relacionados no **Quadro 1** foram veiculados pelos jornais apenas uma vez no mês de agosto e tiveram agendamento indireto em uma única Sessão da Câmara. Com exceção da matéria “OAB propõe redução no número de vereadores”, publicada na editoria de **Política**, do (JL), do dia 16 de agosto, página 7, as demais foram veiculadas na editoria de **Cidade**.

¹⁷ Voltaremos a falar sobre esse tema posteriormente.

¹⁸ Transcrição da gravação em áudio da (SO) da CML de 26.08.03 e registrado em Ata da (SO) da CML do 26.08.03, p. 5, também disponível para leitura no site da CML (www.cml.pr.gov.br).

Quadro 2

Setembro/2003

Matérias veiculadas pelas editorias de <i>Política e Cidade</i> dos Jornais FL e JL que agendaram as Sessões Ordinárias da Câmara	Data de veiculação		Data de agendamento na Câmara
	FL	JL	
▪ Construção do Centro de Detenção na Zona Sul;	3/9	-	04/09
▪ Superlotação na UTI do Hospital Universitário;	4/9	4/9	04/09
▪ Secretaria denuncia maus-tratos a idosos;	9/9	-	11/09
▪ Bilhete eletrônico em ônibus gera confusão;	11/9	-	11/09
▪ Violência leva autoridades à Bratac;	11/9	-	11/09
▪ Superlotação da Casa de Custódia de Londrina;	-	12/9	16/09
▪ Mudança no Estatuto da Criança e Adolescente;	16/9	16/9	16/09
▪ Construção do lago na Zona Norte;	-	18/9	18/09
▪ Aumento da criminalidade em Londrina;	-	20/9	23/09
▪ Juiz sugere usar Moringão como prisão;	23/9	-	23/09
▪ Onda de violência chega no Campus da UEL;	23/9	23/9	23/09
▪ Consumo e venda de bebidas alcoólicas na UEL;	25/9	25/9	25/09
▪ Mudança na direção da Sercomtel.	-	30/9	30/09

Setembro foi o mês que apresentou maior número de matérias veiculadas pelos jornais (FL) e (JL) que tiveram agendamento direto ou indireto nas 9 (nove) Sessões Ordinárias da Câmara. Ao contrário do mês anterior, em setembro os 13 assuntos que agendaram as sessões da Câmara foram noticiados apenas uma vez pela editoria **Cidade**. Entretanto, todas entraram na pauta dos jornais com destaque, trazendo chamadas de capa e foram manchetes de páginas internas. Além disso, das 13 matérias, quatro foram publicadas nos dois jornais na mesma data. Nos dias 3/9 (página 4) e 4/9 (página 1) do caderno **Cidade**, a (FL) publicou matérias sobre a construção do Centro de Detenção na Zona Sul, uma meta do atual prefeito Nedson Micheleti (PT). Na sessão da Câmara do dia 4/9, observamos um agendamento direto do tema. O vereador Leonilso Jaqueta (PMDB) diz que ficou indignado com a entrevista que o Secretário de Gestão Pública, Gláudio Renato de Lima, deu ao jornal (FL), na qual critica o fato de o governo estadual não ter notificado o município sobre a construção do Centro de Detenção em Londrina. Sobre a matéria o vereador comentou:

É lamentável que o secretário Gláudio Renato de Lima tenha usado o jornal para criticar uma obra do governo do Estado que é reivindicada pelo Fórum de Segurança e pela Comissão de Segurança desta Casa e por toda a sociedade londrinense¹⁹.

No dia 4/9, página 2, do caderno **Cidade**, a (FL) publicou matéria sobre o fechamento do Pronto-Socorro do Hospital Universitário (HU) devido à superlotação. Na Sessão da Câmara do mesmo dia, o vereador Tercílio Turini (PSDB), usou a palavra para chamar a atenção das autoridades municipais e estaduais para a situação do HU, porém, sem fazer referência ao que foi veiculado pelo jornal.

Os vereadores Márcia Lopes (PT) e Paulo Arildo (PSDB) citaram matéria publicada na (FL), do dia 9/9, na qual a Secretaria Municipal do Idoso afirma ter recebido mil denúncias de maus-tratos a idosos. Os parlamentares disseram que o assunto seria levado à Comissão dos Direitos Humanos e Defesa da Cidadania da qual fazem parte.

Outra matéria que gerou agendamento direto na Sessão da Câmara do dia 11/9 foi “Bilhete eletrônico em ônibus gera discussão”, publicada na (FL), do mesmo dia, na página 3, que tratava da implantação do sistema de bilhete eletrônico no transporte coletivo de Londrina pela Companhia Municipal de Transporte e Urbanização (CMTU), o que poderia acarretar a demissão de 500 cobradores. A vereadora Sandra Graça (PDT) cita o jornal nominalmente e diz estar preocupada porque esse novo sistema pode aumentar o desemprego na cidade:

Toda evolução e aprimoramento dos serviços são bem-vindos, mas é preciso se preocupar com os seres humanos e com a geração de empregos. Na matéria da Folha, a CMTU diz que está em estudo a implantação do bilhete eletrônico e que isso pode dar mais segurança, evitando os assaltos a ônibus, mas isso também prejudicará os empregos dos cobradores²⁰.

¹⁹ Transcrição da gravação em áudio da (SO) da CML de 04.09.03 e registrado em Ata da (SO) da CML do 04.09.03, p. 1, também disponível para leitura no site da CML (www.cml.pr.gov.br).

²⁰ Transcrição da gravação em áudio da (SO) da CML de 11.09.03 e registrado em Ata da (SO) da CML do 11.09.03, p. 3, também disponível para leitura no site da CML (www.cml.pr.gov.br).

Também no dia 11/9, a editoria **Cidade** publicou na página 1, matéria denunciando que a Empresa de Fiação de Seda Bratac, que fica na Zona Oeste da cidade, próximo à favela Pantanal, vinha sendo alvo de arrombamentos e assaltos por estar localizada em uma região violenta. A direção da empresa - que tem 450 funcionários e está em Londrina desde 1974 - ameaçou fechar sua filial na cidade, caso as autoridades municipais não tomassem providências. O problema da empresa agendou a Sessão da Câmara do mesmo dia. O vereador Sidney de Souza (PTB) disse que convidaria o prefeito Nedson Micheleti, o delegado da 10ª Subdivisão Policial, Jurandir Gonçalves André, e mais os deputados estaduais André Vargas (PT) e Elza Correia (PMDB) para visitar a sede da empresa e ouvir os diretores e os funcionários. O resultado da visita foi a instalação de um módulo policial próximo à Bratac, o que poderia garantir mais segurança ao local.

A matéria sobre a “Superlotação na Casa de Detenção de Londrina”, publicada pelo (JL), do dia 12/9, página 3A também teve agendamento indireto na Câmara no dia 16/9. O mesmo ocorreu com as matérias sobre as alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), veiculadas pela editoria **Cidade** da (FL) e do (JL) no dia 16/9 que tiveram agendamento indireto na Sessão da Câmara do mesmo dia.

Já a matéria “Prefeitura vai construir lago na Zona Norte”, publicada no (JL) de 18/08, página 3A, teve agendamento direto na Sessão da Câmara do mesmo dia: o vereador Orlando Bonilha (PL) leu a matéria em plenário e comentou que o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) não descartava a exigência de um estudo sobre o impacto ambiental que a construção do lago naquele local poderia acarretar e que se isso acontecesse poderia significar mais uma dor de cabeça para a administração municipal. Os vereadores Rubens Canizares (PHS), Sandra Graça (PDT), Flávio Veodato (PSC) e Jamil Janene (PDT) também discursaram durante o **Grande Expediente** sobre a construção do lago na Zona Norte da cidade, mas sem se referirem à matéria publicada no (JL). O vereador Jamil

Janene (PDT) usou a palavra no **Grande Expediente** da Sessão da Câmara do dia 23/9 para falar sobre o aumento da criminalidade em Londrina. Três dias antes, em 20/9, o (JL) deu na 1ª página a manchete “Em 5 horas, três assassinatos” e na editoria **Cidade**, página 5A, o jornal publicou uma matéria de página inteira falando sobre o aumento da violência na cidade. Também no dia 23/9, a (FL) publicou na página 3, da editoria **Cidade**, a matéria “Juiz sugere usar Moringão²¹ como prisão”:

O juiz da Vara de Execuções Penais, Roberto do Valle, se irritou com a possibilidade de atraso nas obras [reforma na carceragem do 2º Distrito Policial] e sugeriu que as autoridades policiais requisitem um espaço alternativo para acomodar parte excedente prisional. Na opinião dele, o Ginásio de Esportes Moringão poderia ser utilizado emergencialmente.²²

Esta declaração do juiz ao jornal (FL) teve um agendamento direto na sessão da Câmara do dia 23/9. O vereador Jamil Janene (PDT) comentou:

Preocupa-me a notícia veiculada na Folha de Londrina sobre colocar presos no Moringão. Espero que o juiz Roberto do Valle tome posição contra o Governo do Estado. Vou conversar com o juiz Roberto do Valle na próxima semana para que verifique onde há vagas no Paraná para transferir os presos do 2º Distrito²³.

No dia 23/9, os dois jornais noticiaram com destaque (chamadas e manchetes de capa) que a violência havia chegado ao Campus da Universidade Estadual de Londrina (UEL), onde haviam sido registrados 94 arrombamentos, 67 furtos de veículos e quatro assaltos. A reitora Lygia Pupatto pedia ajuda ao governo para garantir mais segurança à comunidade universitária. O vereador Orlando Bonilha (PL) comentou o clima de insegurança na Universidade, mas sem mencionar o que havia sido divulgado pelos jornais.

Já no dia 25/9, os dois jornais publicaram com destaque que a reitora da UEL havia proibido o consumo e a venda de bebidas alcoólicas no Campus. O assunto entrou na

²¹ Ginásio de Esportes Municipal Professor Darci Freitas, mais conhecido como Moringão.

²² Trecho da matéria publicada na FL do dia 23/9, página 3, editoria **Cidade**, assinada pelo jornalista Luciano Augusto.

²³ Transcrição da gravação em áudio da (SO) da CML de 23.03.03 e registrado em Ata da (SO) da CML do 23.09.03, p. 3, também disponível para leitura no site da CML (www.cml.pr.gov.br).

pauta da Sessão da Câmara no mesmo dia. Os vereadores Paulo Arildo (PSDB), Luiz Carlos Tamarozzi (PTB) e Márcia Lopes (PT) usaram a palavra no **Grande Expediente** da Sessão para apoiar a decisão da reitora. No entanto, Paulo Arildo foi o único que fez referência às reportagens veiculadas pelos dois jornais. A matéria sobre a exoneração do diretor da Sercomtel – empresa municipal de telecomunicações – Francisco Roberto Pereira e a nomeação pelo prefeito do novo diretor, João Rezende, publicada no (JL) no dia 30/9, página 3A, também teve repercussão na Câmara no dia 30/9. Os vereadores Roberto Kanashiro (PSDB), Maurício Barros (PT), Félix Ribeiro (PMN), Orlando Bonilha (PL) e Rubens Canizares (PHS) usaram a palavra para comentar sobre o novo diretor e a exoneração do seu predecessor.

Quadro 3

Outubro/2003

Matérias veiculadas pelas editorias de <i>Política e Cidade</i> dos Jornais FL e JL que agendaram as Sessões Ordinárias da Câmara	Data de veiculação		Data de agendamento na Câmara
	FL	JL	
▪ MP investiga projeto da Rede Cidadania;	2/10	2/10	02/10
▪ Entrevista com geneticista sobre transgênicos;	5/10	4/10	14/10
▪ Wall-Mart só se interessa por área do Colossinho;	9/10	9/10	09/10
▪ Proposta de contrato misto com a Sanepar;	14/10	14/10	14/10
▪ Licitação para o transporte coletivo;	-	11/10	14/10
▪ Crise na Banda Municipal de Londrina;	11/10	11/10	21/10
▪ Liga dos Engraxates Mirins pede apoio;	24/10	24/10	28/10
▪ Prefeitura cria Comitê da Água;	28/10	28/10	30/10
▪ Região Metropolitana de Londrina está fora do Orçamento	-	28/10	30/10

A exemplo do mês de agosto, em outubro verificamos que dos nove temas veiculados pelos jornais que tiveram agendamento na Câmara, sete agendaram os jornais mais de uma vez: alimentos transgênicos, uma vez na (FL) e duas no (JL); abertura do hipermercado Wall-Mart em Londrina, duas na (FL) e quatro no (JL); contrato misto com a Sanepar, duas na (FL) e duas no (JL); licitação do transporte coletivo, três na (FL) e três no (JL); Banda Municipal, duas na (FL) e duas no (JL); Liga dos Engraxates, duas na (FL)

e duas (JL); e Comitê da água, duas na (FL) e duas no (JL). Os outros dois assuntos entraram apenas uma vez na pauta dos jornais em outubro.

A denúncia sobre irregularidades na Rede Cidadania, programa da Secretaria Municipal da Cultura, noticiada pela (FL) no dia 2/10, página 4, editoria de **Política**, teve agendamento direto na Sessão da Câmara do mesmo dia. O vereador Rubens Canizares (PHS) se referiu ao jornal e também ao título da matéria “Promotoria investiga Rede da Cidadania”. Além disso, leu trechos do texto jornalístico em plenário. Entretanto, é preciso ressaltar que, no início do segundo semestre de 2003, Rubens Canizares pediu a abertura de uma Comissão Especial de Investigação (CEI) da Câmara para apurar possíveis irregularidades nos projetos culturais da Secretaria da Cultura, da qual era presidente, como foi apresentado no mês de agosto.

No dia 4/10, o (JL) publicou na página 6A uma entrevista com a geneticista Olívia Márcia Naggy Arantes, que estava lançando um livro sobre alimentos transgênicos. No dia seguinte, 5/10, a (FL), página 10, também veiculou matéria com a geneticista, que é uma defensora dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM). No dia 14/10 entrou na pauta da sessão da Câmara o Projeto de Lei nº 349/2003, de autoria do vereador Maurício Barros (PT), que obrigava os supermercados da cidade a expor os produtos transgênicos em gôndolas separadas e com etiqueta identificando-os explicitamente como alimentos transgênicos. O projeto foi aprovado em primeira votação com 11 votos a favor e encaminhado às Comissões de Justiça, Legislação e Redação; Economia, Indústria, Comércio e Agricultura e Defesa ao Consumidor e Segurança Pública para avaliação. O texto do projeto não faz menção às reportagens veiculadas pelos jornais, mas podemos dizer que houve, nesse caso, um agendamento indireto, considerando que o vereador é biólogo, presidente da Comissão do Meio Ambiente e se coloca claramente contra os produtos transgênicos.

A abertura de uma filial do hipermercado Wall-Mart em Londrina foi o assunto que mais teve destaque na imprensa londrinense em outubro. E, coincidentemente, foi também o tema que mais causou polêmica nas sessões da Câmara. Na matéria “Wal-Mart só aceita terreno do Colossinho”, publicada no (JL) do dia 9/10, página 3A, da editoria Cidade, a entrevistada Sebastiana Maria Liz Wawelberg, responsável pelo setor imobiliário da Taveri Participações e Serviço, empresa que representa os proprietários da área de 14 mil metros quadrados onde estão as ruínas do antigo ginásio de esportes Colossinho, na área central de Londrina, afirmava que o Grupo Wal-Mart só aceitaria vir para a cidade para se instalar naquele local, terreno que a prefeitura estava desapropriando para a construção do Teatro Municipal. No mesmo dia, o assunto teve agendamento direto na sessão da Câmara. O vereador Beto Scaff (PFL) se referiu à matéria citando nominalmente o jornal e acrescentou:

Causou-me estranheza uma reportagem publicada pelo Jornal de Londrina sobre o grupo Wal Mart, segundo a qual o citado grupo disse que só vem para Londrina se lhe for cedido o terreno do antigo Colossinho. Essa matéria é mentirosa e eu gostaria que a mulher que representa esse grupo imobiliário viesse à Câmara para que possa lhe dizer na sua cara que ela é uma mentirosa. Ela está querendo fazer especulação imobiliária²⁴.

Outra matéria que teve agendamento direto na sessão da Câmara do dia 14/10 foi a proposta do prefeito Nedson Micheleti (PT) de fazer um contrato misto com a Sanepar para o sistema de água e esgoto em Londrina, que esteve na pauta do (JL) no dia 14/10, página 5A. A proposta do prefeito era de que o município faria o gerenciamento e a Sanepar executaria os serviços. O vereador Jamil Janene (PDT) comentou:

Li no Jornal de Londrina uma declaração do prefeito a respeito da terceirização da água e proponho que se convide o Procurador Jurídico da prefeitura para se fazer um trabalho conjunto²⁵.

²⁴ Transcrição da gravação em áudio da (SO) da CML de 09.10.03 e registrado em Ata da (SO) da CML do 09.10.03, p. 2, também disponível para leitura no site da CML (www.cml.pr.gov.br).

²⁵ Transcrição da gravação em áudio da (SO) da CML de 14.10.03 e registrado em Ata da (SO) da CML do 14.10.03, p. 2 e 3, também disponível para leitura no site da CML (www.cml.pr.gov.br).

O vereador Luiz Carlos Tamarozzi (PTB) acrescentou:

O contrato misto referido pelo prefeito na matéria do Jornal de Londrina foi idéia da Câmara Municipal e é a melhor proposta. Devemos fazer o melhor para Londrina, e este é o momento²⁶.

Também na Sessão da Câmara do dia 14/10, o vereador Tercílio Turini (PSDB) cometeu a matéria publicada no (JL) do dia 11/10, página 4A, sobre a intenção do prefeito de abrir licitação para serviço de transporte coletivo na cidade. O vereador disse que “leu no jornal” sobre o assunto, mas não citou explicitamente o nome do veículo.

A matéria sobre a crise financeira na Banda Municipal pautou os jornais em dois momentos: A (FL) em 11/10/03 (página 2) e 24/10 (página 2) da editoria Cidade e no (JL) em 11/10/03 (página 3A) e no dia 21/10 (página 3A). No entanto, o tema só agendou a sessão da Câmara do dia 21/10, quando foi veiculada a segunda reportagem de página inteira no (JL). Os vereadores Renato Araújo (PP), Luiz Carlos Tamarozzi (PTB), Orlando Bonilha (PL) e Tercílio Turini (PSDB) pediram a palavra para solicitar ao prefeito que tomasse providências para impedir que a Banda fosse extinta por falta de recursos financeiros.

Outra matéria que também teve agendamento indireto na sessão da Câmara do dia 28/10, foi o corte de verbas municipais para a Liga dos Engraxates que atende 38 meninos de 14 a 17 anos, que esteve na pauta dos jornais (FL), página 2, e (JL), página 3A, no dia 24/10.

A decisão da prefeitura de criar o Comitê da Água - formado por representantes da sociedade civil e coordenado pelo presidente da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU), Wilson Sella - para definir quem executaria os serviços de fornecimento de água na cidade com o término do contrato com a Sanepar em 10 de dezembro de 2003, foi manchete nos dois jornais no dia 28/10 e teve agendamento indireto

²⁶ Idem.

na sessão da Câmara do mesmo dia. O mesmo aconteceu com a matéria veiculada pelo (JL) que foi manchete na editoria de **Política**, página 9A, sobre o corte no orçamento do Estado da verba para implementação da Região Metropolitana de Londrina (RML). O tema entrou na pauta da sessão da Câmara do dia 30/10.

Quadro 4

Novembro/2003

Matérias veiculadas pelas editorias de <i>Política e Cidade</i> dos Jornais FL e JL que agendaram as Sessões Ordinárias da Câmara	Data de veiculação		Data de agendamento na Câmara
	FL	JL	
▪ Crise na caixa de Assistência Caapsml;	2/11	2/11	06/11
▪ Região Metropolitana de Londrina;	6/11	-	06/11
▪ Pesquisa eleitoral para a prefeitura de Londrina-2004;	-	8/11	11/11
▪ Em clima de revolta artesãos deixam praças;	11/11	-	11/11
▪ Aumento de crimes cometidos por menores;	-	12/11	13/11
▪ Sanepar quer mais 30 anos de concessão	-	18/11	18/11
▪ Entrevista do presidente da CMTU, Wilson Sella;	20/11	-	20/11
▪ Situação da Sercomtel;	-	22/11	25/11
▪ Diminuição de policiais na cidade;	-	25/11	27/11
▪ Sercomtel nega perda patrimonial.	-	27/11	27/11

A crise financeira na Caixa de Assistência a Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina-Caapsml foi notícia nos jornais (FL) e (JL) no dia 2/11, nas páginas 1 e 3A respectivamente, da editoria **Cidade**. O problema da Caapsml entrou na agenda da sessão da Câmara do dia 6/11, quando o vereador Paulo Arildo (PSDB) disse que esteve reunido com os proprietários de oito farmácias da cidade que atendem os conveniados da Caapsml e informaram que estão sem receber da prefeitura por vários meses. Na mesma sessão, o vereador entrou com um Requerimento solicitando providências por parte do Executivo.

A matéria veiculada pelo (JL) em 6/11, página 8A, editoria de **Política** a respeito da reunião realizada em Curitiba sobre a liberação de verbas estaduais para a implantação da Região Metropolitana de Londrina (RML) - que contou com a presença dos deputados estaduais Elza Correia (PMDB), André Vargas (PT) e Durval Amaral (PFL), todos da

região de Londrina - repercutiu diretamente na sessão da Câmara do mesmo dia. O vereador Tercílio Turini (PSDB) disse que assim que leu na imprensa sobre o assunto, entrou em contato com os assessores dos deputados para convidá-los a vir à Sessão da Câmara de Londrina para dar explicações mais detalhadas sobre a reunião realizada na capital do Estado referente à RML.

A publicação pelo (JL) do dia 6/11, página 7A, editoria de **Política**, dos resultados da primeira pesquisa eleitoral para prefeito de Londrina a ser realizada em outubro de 2004, gerou um agendamento direto na sessão da Câmara. A pesquisa, realizada pelo Instituto Canadá, apontava que o atual prefeito Nedson Micheleti (PT) candidato à reeleição, tinha o maior índice de rejeição da população. Enquanto o ex-prefeito Antônio Belinati (PDT), cassado por improbidade administrativa em maio de 2000, liderava as intenções de votos para futuro prefeito da cidade.

O Luiz Carlos Tamarozzi (PTB) comentou que a notícia veiculada no **Jornal de Londrina** sobre o resultado da pesquisa eleitoral vinha confirmar o que ele e a população pensa do atual prefeito:

Minha posição contrária ao prefeito não é porque quero, mas pela forma como este e seus secretários administram a cidade, contra a vontade do povo. Acho que as obras realizadas foram o mínimo que deveria ser feito e o prefeito deve parar de justificar que está pagando as contas. Acredito que o povo, com essa pesquisa, demonstrou que sabe em quem não votar na próxima eleição²⁷.

O vereador Maurício Barros (PT) rebateu as críticas de Tamarozzi, lembrando que nas pesquisas eleitorais realizadas em 2000, o atual prefeito também aparecia em último lugar, no entanto, venceu as eleições.

Acho que ainda há muito tempo pela frente. Acredito que a pesquisa fotografa o momento. A pesquisa é importante, uma vez que todos nós conhecemos a credibilidade das instituições que realizaram a coleta de informações, mas ainda é muito

²⁷ Transcrição da gravação em áudio da (SO) da CML de 11.11.03 e registrado em Ata da (SO) da CML do 11.11.03, p. 2, também disponível para leitura no site da CML (www.cml.pr.gov.br).

cedo e acredito que no momento da campanha a discussão será outra²⁸.

A matéria sobre a “Saída dos artesãos das praças”, publicada nos dois jornais - (FL), página 2; e (JL), página 3A - do dia 11/11 também teve um agendamento direto na sessão da Câmara do dia 11/11. O vereador Carlos Bordin (PP) se referiu especificamente à matéria publicada na Folha de Londrina, criticando a posição o Assessor da CMTU- Companhia Municipal de Transportes e Urbanização, Carlos Xavier, que declarou ao jornal que os artesãos estavam deixando as praças Rocha Pombo e Floriano Peixoto para se instalarem na praça Willie Davids, que fica no Calçadão do Centro da cidade. A polêmica sobre a saída dos artesãos das praças começou em agosto, como foi comentado no **Quadro 1**. Entretanto, eles continuaram no local até novembro por força de um Projeto de Lei do vereador Carlos Bordin. Para evitar que os artesãos ocupassem a praça Willie Davids, a prefeitura criou o Centro de Referência do Artesanato de Londrina-Cereal que está funcionando na avenida Rio de Janeiro, centro da cidade.

No dia 12/11, o (JL), página 3A, publicou uma reportagem sobre o aumento de crimes cometidos por menores de idade. Na mesma época, ocorreu o assassinato dos jovens paulistas Felipe Silva Caffé e Liana Friedenbach, que ganhou destaque na mídia nacional. O casal de namorados foi assassinado pelo menor R.A.A.C., 16 anos, conhecido como Champinha, no dia 5/11/2003. O pai de Liana, o advogado Ari Friedenbach, começou um movimento para a redução da maioridade penal que também entrou na pauta da mídia nacional. O tema teve um agendamento indireto na sessão da Câmara do dia 13/11, quando o vereador Renato Araújo (PP) entrou com o Requerimento nº 1980/2003, assinado por 14 dos 21 vereadores. O Requerimento, dirigido a João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, solicitava reforma na Constituição Brasileira no sentido de reduzir a

²⁸ Idem.

responsabilidade penal para 15 anos e, conseqüentemente, a alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O vereador justifica:

Resolvi formular este Requerimento para ser encaminhado à Câmara dos Deputados e ao Congresso Nacional, com o intuito de conscientizar os senhores deputados e senadores a fim de que a idade penal seja diminuída para 15 anos de idade, tendo em vista os crimes ocorridos por menores em Londrina e no Brasil²⁹.

Na sessão do dia 18/11, o tema voltou a agendar a Câmara. Desta vez a vereadora Márcia Lopes (PT), presidente da Comissão dos Direitos da Criança e Adolescente, usou a tribuna no Grande Expediente para se pronunciar, visto que o assunto sobre a redução da idade penal continuava em destaque na mídia:

Reduzir a idade penal é a falsa solução de um problema real. Nossas crianças e jovens precisam de segurança para eles, e não contra eles. Temos filhos e netos, e sabemos o tamanho do desafio e da complexidade que é educar e formar para a cidadania. Independente da condição social, econômica e cultural, nossos jovens estão cada vez mais dependentes de suas famílias, quando as têm³⁰.

Na mesma Sessão, observamos o agendamento indireto da matéria publicada no (JL), “Sanepar quer mais 30 anos de concessão”, no dia 18/11, página 3A. O assunto começou a ser discutido às 14h26 e terminou às 15h14, sendo que nesse período de tempo 7 dos 21 vereadores usaram a palavra para discutir a problemática da renovação do contrato com a Sanepar, que como pode ser observado no **Quadro 1**, começou a ser debatido no início do segundo semestre de 2003.

No dia 19/11, o presidente da Companhia Municipal de Transportes e Urbanização (CMTU), Wilson Sella, deu entrevista aos dois jornais (FL) e (JL) na qual falou sobre a retirada dos artesãos das praças, sobre a licitação do transporte coletivo e sobre a renovação do contrato de concessão de água e esgoto com a Sanepar. A entrevista

²⁹ Transcrição da gravação em áudio da (SO) da CML de 13.11.03 e registrado em Ata da (SO) da CML do 13.11.03, p. 2 e 3, também disponível para leitura no site da CML (www.cml.pr.gov.br).

³⁰ Transcrição da gravação em áudio da (SO) da CML de 18.11.03 e registrado em Ata da (SO) da CML do 18.11.03, p. 2 e 3, também disponível para leitura no site da CML (www.cml.pr.gov.br).

teve uma repercussão negativa na Sessão da Câmara do dia 20/11. Os vereadores Orlando Bonilha (PL) e Luiz Carlos Tamarozzi (PTB) criticaram as declarações de Wilson Sella fez à imprensa, porém sem citar nominalmente os jornais.

A crise financeira na Sercomtel e a diminuição de policiais militares na cidade pautaram as edições do (JL) nos dias 22, 25 e 27/11. As três matérias veiculadas pelo jornal tiveram agendamento indireto nas três últimas sessões da Câmara no mês de novembro.

Quadro 5

Dezembro/2003

Matérias veiculadas pelas editorias de <i>Política e Cidade</i> dos Jornais FL e JL que agendaram as Sessões Ordinárias da Câmara	Data de veiculação		Data de agendamento na Câmara
	FL	JL	
▪ Situação dos deficientes físicos em Londrina;	3/12	-	04/12
▪ Acordo da Sercomtel para venda da Ask!;	-	4/12	04/12
▪ Redução da maioria penal;	-	7/12	09/12
▪ Municipalização da água em Londrina;	8/12	-	09/12
▪ Espancamento de Adolescentes por PMs.	-	11/12	11/12

Em dezembro foram realizadas apenas quatro Sessões Ordinárias (SO) porque a Câmara entrou em recesso parlamentar no dia 15/12. Diferente dos outros meses, em dezembro verificamos o agendamento em 15 edições de cada jornal. A matéria veiculada pela (FL), dia 3/12, página 4, sobre a situação dos deficientes físicos na cidade, teve um agendamento indireto na Sessão da Câmara do dia 4/12, quando a vereadora Márcia Lopes (PT) comentou que melhorias para o acesso dos deficientes físicos estavam sendo discutidas com a Associação dos Deficientes Físicos de Londrina (Adefil) e a Universidade Estadual de Londrina (UEL). No dia 4/12, o (JL) publicou na página 3A, que a Sercomtel- Companhia de Serviço de Comunicação e Telefonia de Londrina, estava fechando um acordo para a venda da ASK-Companhia Nacional de Call Center – coligada do Grupo que estava acumulando uma dívida de R\$ 11 milhões. Na Sessão da Câmara do dia 4/12, os

vereadores Tercílio Turini (PSDB), Sandra Graça (PDT) e Paulo Arildo (PSDB) usaram a palavra no Grande Expediente para falar sobre o assunto. Turini comentou que:

O faturamento da Ask é de 25 milhões por ano e acredito que é uma questão de gerenciamento e não deve haver afobamento para vendê-la. Acho que essas empresas deveriam ter sido constituídas por autorização legislativa e, portanto, não podiam ser vendidas sem autorização legislativa. A Ask! é uma empresa com grande parte de capital público, deve possuir avaliação prévia, autorização legislativa e venda em bolsa³¹.

A manchete de capa do (JL) de 7/12 “Sociedade debate redução da idade penal”, com reportagem de página inteira na editoria **Cidade**, página 3A, trazia dados estatísticos sobre crimes hediondos cometidos por menores e também foi tema de discussão na Sessão da Câmara do dia 9/12. Mais uma vez o vereador Rentato Araújo (PP) defendeu a redução da maioridade penal, lembrando o Requerimento que havia enviado em outubro/2003 à Câmara dos Deputados e ao Congresso Nacional.

A problemática da municipalização da água na cidade esteve na pauta da (FL) no dia 8/12, página 3, na matéria “Prefeitura descarta municipalização da água”. Na Sessão da Câmara do dia 9/12, o vereador Orlando Bonilha (PL) comentou:

Acredito que a Câmara buscou alternativas, coletadas no Fórum de Debates, para o processo da municipalização da água e apresentou três sugestões: licitação, municipalização ou contrato misto. Mas percebo que o Executivo está descartando a tarifa municipalizada e não está levando em consideração nossas sugestões³².

A denúncia feita pelo Centro de Direitos Humanos (CDH) de que a Polícia Militar havia espancado adolescentes do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator (Ciaadi), de Londrina, publicada pelo (JL) na edição do 11/12, página 3A, “CDH aponta espancamento de adolescente”, dominou as discussões da Sessão da Câmara do mesmo dia, causando a indignação de vários vereadores, entre eles, Márcia Lopes (PT),

³¹ Transcrição da gravação em áudio da (SO) da CML de 04.12.03 e registrado em Ata da (SO) da CML do 04.12.03, p. 4, também disponível para leitura no site da CML (www.cml.pr.gov.br).

³² Transcrição da gravação em áudio da (SO) da CML de 09.12.03 e registrado em Ata da (SO) da CML do 09.12.03, p. 2, também disponível para leitura no site da CML (www.cml.pr.gov.br).

Maurício Barros (PT), Sandra Graça (PDT) e Jamil Janene (PDT). Márcia Lopes, que na época era presidente da Comissão de Defesa da Criança e do Adolescente, disse que estava agendando para segunda-feira, dia 17/12, uma reunião dos vereadores com o comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar de Londrina, Tenente-Coronel Manuel da Cruz Neto.

4.2. A imprensa pauta a Câmara, a Câmara pauta a imprensa

Se por um lado a imprensa agenda as sessões da Câmara e, conseqüentemente, as ações dos vereadores como foi apresentado nos **Quadros de 1 a 5**; por outro, esse agendamento acaba pautando a imprensa em um processo de retroalimentação³³. As matérias veiculadas pela imprensa – nesse caso – os jornais (FL) e (JL) entram nas Sessões da Câmara, provocam uma reação dos parlamentares e acabam retornando à pauta dos jornais nas edições seguintes.

Como mostra o **Quadro 6**, no período de 1º/8/03 a 15/12/03, nas 122 edições pesquisadas da (FL), a Câmara Municipal foi tema de 79 matérias nas editorias de **Política** e **Cidade**, enquanto no (JL), nas 122 edições, foram contabilizadas 83 matérias sobre a Câmara. Para efeito de esclarecimento, foram selecionadas apenas as matérias ou notas que tinham a Câmara como tema central.

³³ Esse processo voltará a ser analisado no **Capítulo V** deste trabalho.

QUADRO 6

Frequência mensal de matérias sobre a Câmara Municipal de Londrina (CML) publicadas nas editorias de **Política** e **Cidade** dos jornais **Folha de Londrina** (FL) e **Jornal de Londrina** (JL), no período de 1º/8/2003 a 15/12/2003

JORNAIS	Nº DE EDIÇÕES	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ*	TOTAL
Folha de Londrina (FL)	122	21	19	15	11	13	79
Jornal de Londrina (JL)	122	18	17	16	16	16	83

Fonte: arquivo dos jornais FL e JL/Clipping da Assessoria de Imprensa da CML

*A Câmara Municipal entrou em recesso no dia 15 de dezembro de 2003

Em princípio pode parecer natural que a Câmara Municipal se faça tão presente na imprensa, considerando que se trata de um cenário de decisões, ações e conflitos que atingem de forma direta ou indireta a cidade e a vida dos cidadãos. Mesmo assim é significativo o fato de a Câmara estar presente em 79 vezes nas editorias de **Política** e **Cidade** da (FL) e 83 nas do (JL), visto que descartamos da nossa pesquisa editorias como Economia e Geral em que matérias sobre a Câmara também aparecem, porém, em menor quantidade. É preciso esclarecer também que em algumas edições e, até na mesma editoria, foram encontradas mais de uma matéria sobre a Câmara.

Para mostrar como ocorre esse processo de retroalimentação, selecionamos os seis temas que mais estiveram presentes na pauta dos jornais (FL) e (JL) e também nas (SO) da Câmara no período pesquisado. São eles: a municipalização da água cidade, a falta de leitos nas UTIs dos hospitais públicos, a abertura da Comissão Especial de Inquérito (CEI) da Cultura, a retirada dos artesãos das praças, a instalação da filial do hipermercado Wal-Mart em Londrina e a crise financeira na Sercomtel.

No dia 1º de agosto de 2003, os jornais (FL) e (JL) começaram a veicular matérias sobre o fim do contrato de 30 anos de concessão do serviço de água e esgoto entre o município e a Sanepar. O assunto agendou a (SO) da Câmara do dia 5/8 e retornou à pauta dos jornais no dia 6/8. A (FL) publicou nesta data, na página 2, editoria de **Cidade**, a matéria “Contrato da Sanepar toma conta de sessão da Câmara”:

O presidente da Casa, vereador Orlando Bonilha (PL), informou que vai pedir ainda esta semana a nulidade do Termo Aditivo nº 783/94, que prorroga por 30 anos o contrato firmado em 1973, entre a empresa e a prefeitura. O contrato inicial se encerra em janeiro de 2004³⁴.

Ainda sobre esse assunto, em 18/11, o (JL) publicou na página 5A, a matéria “Sanepar quer mais 30 anos de concessão”, que entrou na pauta da (SO) da Câmara na mesma data. No dia seguinte, 19/11, a (FL) veiculou na página 3, da editoria **Cidade**, a matéria “Posição da Sanepar gera polêmica na Câmara”:

O posicionamento da Sanepar, cujo procurador sustentou publicamente anteontem a validade do termo aditivo de renovação do contrato entre a empresa e o município de Londrina, acirrou a disputa entre Executivo e Câmara que têm adotado posições divergentes sobre a discussão da renovação do contrato³⁵.

No dia 1º de agosto, os jornais (FL) e (JL) publicaram matéria sobre a falta de leitos nas UTIs dos hospitais públicos, o tema repercutiu na (SO) da Câmara do dia 05/8, quando o vereador Tercílio Turini (PSDB) usou a tribuna no **Grande Expediente** para falar sobre o assunto. No dia seguinte, 6/8, o (JL) publicou na página 3A a matéria “Vereador critica falta de leitos para o SUS”, com foto do parlamentar:

O vereador Tercílio Turini (PSDB) disse ontem que o Paraná perdeu 4,7 mil leitos hospitalares do Sistema Único de Saúde (SUS) nos últimos 11 anos. Presidente da Comissão Permanente de Seguridade Social da Câmara e médico plantonista do Hospital Universitário (HU) há 26 anos, o vereador disse ontem que só o aumento de leitos em UTI não vai resolver a crise na saúde pública³⁶.

³⁴ Trecho da matéria veiculada no dia 6/8, no jornal (FL), página 2, na editoria Cidade.

³⁵ Trecho da matéria veiculada no dia 19/11, no jornal (FL), página 3, na editoria Cidade.

³⁶ Trecho da matéria publicada no (JL), em 6/8/03, página 3A, editoria Cidade.

Em 1º/8 no (JL) e 3/8 na (FL), foi noticiado que os artesãos não aceitavam sair das praças Rocha Pombo e Floriano Peixoto, como havia determinado a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU). O assunto entrou na (SO) da Câmara no dia 7/8, quando o vereador Carlos Bordin (PP) apresentou Projeto de Lei garantindo a permanência dos artesãos nas praças. Na edição do dia 13/8, a (FL) publicou a matéria “Artesãos protestam contra transferência”, que destacava a aprovação do Projeto:

A aprovação do projeto pela Câmara, porém, não garante a manutenção dos artesãos nas praças. Segundo a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU), o projeto de autoria do vereador Carlos Bordin (PP) é inconstitucional porque apenas o Executivo tem prerrogativa de autorizar a ocupação, através de concessão de alvará³⁷.

A denúncia sobre possíveis irregularidades na prestação de contas nos projetos ligados ao Festival Internacional de Teatro de Londrina (Filo), publicada na (FL) na edição do 8/8, agendou a (SO) da Câmara no dia 19/8, quando o vereador Rubens Canizares (PHS) propôs a abertura da Comissão Especial de Inquérito (CEI) da Cultura, acabou alimentando a pauta da imprensa por diversas vezes, dando grande visibilidade ao parlamentar, como mostra o título da matéria publicada no (JL), do dia 3/9, página 3A: “Canizares assume presidência da CEI”:

O autor das denúncias de irregularidades na aplicação dos recursos destinado à Cultura, Canizares disse que serão chamados a depor o secretário municipal da Cultura, Bernardo Pellegrini e o Auditor da Prefeitura, Osvaldo Alves Lima³⁸.

A edição da (FL) e (JL) do dia 9/10 publicou matéria que trazia uma entrevista com Sebastiana Maria Liz Wawlborg, responsável pelo setor imobiliário da Taveri Participações e Serviços, na qual a entrevistada dizia que o grupo Wal-Mart só abriria filial em Londrina caso pudesse se instalar no espaço do antigo ginásio de esportes Colossinho. A matéria agendou a (SO) da Câmara realizada na mesma data, quando o vereador Beto

³⁷ Trecho da matéria publicada na (FL), em 13/8/03, página 3, editoria Cidade.

³⁸ Trecho da matéria publicada no (JL), do dia 3/9/03, página 3A, editoria de Cidade.

Scaff (PFL) criticou a posição da entrevistada. No dia seguinte, 10/10, o (JL) publicou a matéria “Codel³⁹ quer discutir a vinda do Wal-Mart”, na qual destacava a posição do vereador:

Ontem à tarde na Câmara, o vereador Beto Scaff (PFL) criticou as declarações da representante Sebastiana Maria Liz Wawalberg, da imobiliária Taveri Participações e Serviços Ltda, sobre o interesse do Wal-Mart pela área do Colossinho. [...] Scaff alega que Sebastiana Liz também ofereceu o terreno a outro grupo supermercadista da cidade por um valor entre R\$ 3,5 milhões a R\$ 4 milhões. O vereador ainda questionou a existência de um projeto do Wal-Mart em Londrina⁴⁰.

O nosso sexto e último exemplo é sobre a matéria veiculada na edição do (JL) do dia 4/12, página 3A - “Sercomtel: ASK! pode ser negociada ainda esta semana” - na qual o presidente da Sercomtel, João Rezende, dizia que estava negociando a venda da ASK! – Companhia Nacional de Call Center, coligada do grupo que estava acumulando uma dívida de R\$ 11 milhões. A matéria agendou a (SO) da Câmara do mesmo dia quando o vereador Tercílio Turini (PSDB) criticou a decisão do presidente da Sercomtel. As críticas do parlamentar pautaram a edição do (JL) do dia seguinte, 5/12, que trouxe na página 3A a matéria “Venda da ASK teria que passar pelo Legislativo”:

O vereador Tercílio Turini (PSDB) disse ontem que a Sercomtel só poderia vender os 49% de ações que possui da ASK! – Companhia Nacional de Call Center, com a aprovação da Câmara de vereadores. [...] Na avaliação de Turini, a venda de qualquer patrimônio público precisa de autorização do Legislativo e apesar da ASK! ter sido criada sem autorização da Câmara, um erro não justificaria o outro⁴¹.

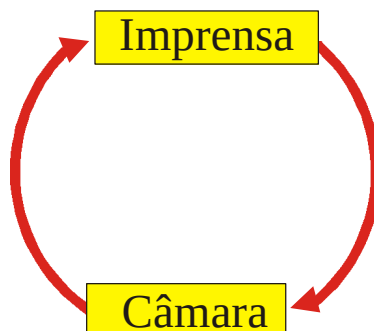
Como podemos observar nesses seis exemplos apresentados, existe um processo de retroalimentação entre imprensa e Câmara. As matérias veiculadas pelos jornais (FL) e (JL) agendam as Sessões Ordinárias (SO) da Câmara e as consequências desse

³⁹ Codel – Companhia de Desenvolvimento de Londria.

⁴⁰ Trecho da matéria publicada no (JL), do dia 10/10/03, página 4A, editoria de Cidade.

⁴¹ Trechos da matéria publicada no (JL) do dia 5/12/03, página 3A, editoria de Cidade.

agendamento acabam pautando as edições dos jornais, em um movimento circular, como mostra a figura abaixo:



Além disso, esse efeito dá visibilidade não apenas ao poder Legislativo mas, principalmente, ao parlamentar que se posiciona sobre o tema veiculado pela imprensa. Podemos dizer que esse processo acaba, por consequência, agendando a opinião pública que consome o produto midiático. Ou seja, o público fica sabendo sobre as ações dos políticos pelo que a mídia torna visível.

Como observa Rodrigues (1997, p. 105), ao se encaixar nos assuntos de interesse da imprensa, os parlamentares ganham destaque nas páginas dos jornais, o que para eles é o mesmo que ter destaque na opinião pública e, também, uma forma de encurtar a distância que os separa. A imprensa agenda a Câmara porque agenda a opinião pública, que agenda a imprensa, que agenda a Câmara, que agenda a imprensa, que agenda a opinião pública, resultando em um fluxo comunicacional vicioso que coloca em xeque a atuação da imprensa, da política e, conseqüentemente, a própria democracia.

Essa tríade forma um complexo fluxo que merece um estudo à parte que poderá ser aprofundado em nosso doutorado. Nesta pesquisa nos limitaremos apenas no processo de agendamento entre Imprensa/Câmara e Câmara/imprensa.

QUADRO 7

Número de vezes que a mídia local (impressa e eletrônica) foi citada nominalmente pelos vereadores durante as sessões ordinárias da Câmara Municipal de Londrina (CML) no período de 1º/08/2003 a 15/12/2003.

MESES	Nº de sessões	MÍDIA IMPRESSA	MÍDIA ELETRÔNICA
Agosto	8	11	6
Setembro	9	9	7
Outubro	9	12	8
Novembro	8	7	3
Dezembro	4	5	2
TOTAL	38	44	26

No **Quadro 7** nossa intenção foi verificar qual das mídias (impressa ou eletrônica) tem mais poder de agendamento nas Sessões Ordinárias (SO) da Câmara. Como observam Wolf (2002, p.148) e Barros Filho (2001, p. 192), os dois meios têm um poder de influência diferente, sendo que na mídia impressa a fixação de agenda é mais visível e duradoura, enquanto que na mídia eletrônica a brevidade das produções jornalísticas oferece menos poder de fixação de agenda.

Como mostra o **Quadro 7**, nas 38 (SO) da Câmara realizadas no período de 1º/8/03 a 15/12/03, a mídia impressa (jornais) foi citada nominalmente pelos vereadores 44 vezes, ao passo que a mídia eletrônica (emissoras de rádio e televisão) foi mencionada nominalmente 26 vezes, quase 50% a menos. Para esse levantamento, consideramos apenas a mídia local. Apesar da mídia eletrônica ser maior número em Londrina – 16 emissoras de

rádio e quatro canais e televisão – os dois jornais impressos (FL) e (JL) têm um poder de agendamento maior. Entretanto, é preciso levar em conta que os vereadores – pelo próprio perfil de sua função – têm mais acesso à mídia impressa, considerando que os jornais ficam à disposição deles para leitura na Assessoria de Imprensa da Câmara, enquanto a mídia eletrônica exige que o telespectador esteja presente no momento da veiculação da notícia, o que nem sempre é possível, principalmente no caso dos vereadores, cuja agenda diária dificulta essa presença exigida.

4.3. Considerações preliminares sobre o processo de agendamento

Como havíamos exposto anteriormente, o objetivo desta primeira pesquisa foi fazer um levantamento quantitativo sobre o processo de agendamento na Câmara em um período relativamente longo – um semestre de trabalho legislativo completo – que visa reforçar o estudo qualitativo com base em observação na Câmara e entrevistas com vereadores e jornalistas que será apresentado no **Capítulo V** desta dissertação. Mesmo lançando mão de instrumentos que não permitem reflexões mais profundas, essa pesquisa traz dados significativos que merecem algumas considerações a partir do nosso suporte teórico.

Os vereadores se espelham na imprensa porque acreditam que ela reflete os anseios da sociedade. Um exemplo disso é que dos 46 temas noticiados pelos jornais e que tiveram agendamento nas (SO) da Câmara no período pesquisado, 41 (89,13%) foram publicados na editoria **Cidade** e apenas 5 (11,04%) foram veiculados pela editoria de **Política**. Isso confirma que os problemas referentes à cidade têm um poder de influência maior sobre os vereadores porque eles acreditam que esses problemas refletem os anseios da população. Esse aspecto será melhor explorado na análise das entrevistas realizadas com

os vereadores. No entanto, como coloca Rodrigues (1997, p. 96), a imprensa não é meramente uma representante da sociedade civil. Do mesmo modo que ela convive com a idéia de publicar o que é de interesse social, ela também tem seus próprios interesses como empresa capitalista. Ao mesmo tempo em que os vereadores têm a imprensa como referência para sua atuação política, a imprensa tem os parlamentares como fontes para sua produção jornalística.

Percebemos ao longo do período de levantamento da pesquisa uma significativa coincidência entre a pauta dos jornais e o que era discutido nas (SO) da Câmara. Ou seja, os vereadores tomam como base o que é divulgado na imprensa para fazer seus pronunciamentos e até mesmo propor Projetos de Lei. Verificamos também que quando o assunto permanece por semanas ou meses na pauta dos jornais, acaba voltando a agendar a Sessão da Câmara. Sobre isso, podemos citar como exemplos, o caso da municipalização da água, a CEI da cultura, a retirada dos artesãos das praças e a falta de leitos nas UTIs dos hospitais públicos. Quando o assunto deixa de pautar os jornais, automaticamente desaparece das discussões dos parlamentares, como se o problema tivesse sido resolvido. Ele só retorna quando a imprensa volta a dar destaque, mesmo se tratando de problemas crônicos na cidade, como é o caso da falta de leitos nas UTIs dos hospitais públicos.

Essa forma de agendamento é, em parte, explicada pelos conceitos determinantes do *agenda-setting*, apontados por Wolf (2002) e Hohnfeldt (2001), descritos no **Capítulo II**, item 2.4. As 46 matérias veiculadas pelos jornais apresentavam um efeito de **Acumulação**, considerando que foram noticiadas destacadas dos demais assuntos, às vezes com chamadas de 1ª página ou como manchetes de páginas inteiras. Além disso, 17 delas (36,96%) foram veiculadas pelos dois jornais, gerando um efeito de **Relevância** para a opinião pública e para os vereadores. Outros conceitos que verificamos foram os de **Centralidade** e **Tematização**, que se caracterizam pela capacidade da imprensa de noticiar

os desdobramentos do assunto em forma de *suíte*⁴² ou múltiplos enfoques na tentativa de manter a atenção do receptor. A **Focalização** também foi visível porque os jornais usavam recursos de editoração para enfatizar a importância do tema, como fotos, chapéus⁴³, *box*⁴⁴, linha fina⁴⁵ e chamadas de 1ª página.

O conceito de **Saliência**, que segundo os autores, caracteriza-se pela valorização individual dada pelo receptor ao tema noticiado, concretizou-se no agendamento que as notícias tiveram sobre os vereadores. Sobre isso é importante destacar um dado importante que verificamos na pesquisa: os vereadores são mais facilmente agendados pelos temas que lhes atingem diretamente de acordo com sua ocupação fora da Câmara. Por exemplo, a falta de leitos nas UTIs dos hospitais públicos agendou mais o vereador Tercílio Turini (PSDB), considerando que ele é médico plantonista do Hospital Universitário; a disputa imobiliária do espaço do antigo ginásio de Esportes Colossinho, onde o hipermercado Walmart quer abrir sua filial em Londrina, agendou principalmente o vereador Beto Scaff (PFL) que é empresário do setor imobiliário. A matéria sobre a decisão da reitora Lygia Puppato da Universidade Estadual de Londrina (UEL) de proibir a venda e consumo de bebidas alcoólicas no Campus agendou os vereadores Luiz Carlos Tamarozzi (PTB) e Paulo Arildo (PSDB). O primeiro é administrador e fundador do Movimento Cristo Te Ama (Cristma) que trabalha na recuperação de dependentes químicos, e o segundo é pregador da Renovação Carismática Católica.

Como observa Rodrigues (2002, p.123), a impressão que fica é que os vereadores vêem a imprensa como uma representante da sociedade civil e, por isso, acabam se guiando por ela porque acreditam que a mídia – por estar em contato com o povo – reflete fielmente os anseios e dúvidas da sociedade. O problema é que a imprensa não é

⁴² Relato dos desdobramentos de um fato jornalístico já noticiado.

⁴³ Palavra ou expressão curta que aparece acima do título da matéria para caracterizar o assunto.

⁴⁴ Texto complementar de uma matéria. Na edição, deve ficar graficamente associado ao texto principal.

⁴⁵ É a linha que forma uma frase usada para dar informações adicionais ao título da notícia.

Fonte: Manual de Redação e Estilo do Jornal Folha de Londrina, 1996.

meramente uma representante da sociedade civil. Como argumenta Kucinski (1998, p.17), no Brasil a imprensa desempenha um papel mais ideológico do que informativo, mais voltado à disseminação de um consenso previamente acordado entre as elites.

Rodrigues (2002, p.106) lembra que, no entanto, não podemos correr o risco de cair na visão dos apocalípticos frankfurtianos, segundo a qual a mídia reforça os valores das classes dominantes simplesmente por serem propriedades capitalistas. Não se pode esquecer que setores da opinião pública estão aprendendo a agendar a imprensa. Entretanto, na sociedade contemporânea a imprensa se apresenta como uma elite do poder porque, hoje, a informação se constitui em um princípio de hierarquização social tão importante como a propriedade. Os jornalistas e suas fontes contribuem conjuntamente para articular e definir os contornos da sociedade da informação, reproduzindo as estruturas do poder e do saber (TUCHMAN apud SERRANO, 1999, p.1). Através de processos de seleção e de enquadramentos, a imprensa orienta a opinião pública e estabelece a agenda dos consumidores de informação. O público fala dos assuntos de que falam os meios de comunicação.

É partir deste contexto que Traquina (2001, p. 13-47) defende que é crucial sublinhar as conclusões de inúmeras pesquisas sobre o conceito de agendamento que vêm destacar a redescoberta do poder midiático sobre o receptor. Nesse sentido, o *agenda-setting* se constitui em um importante instrumento para o estudo entre comunicação e política, considerando que, hoje, os políticos são altamente influenciados pela imprensa, como demonstrou esta pesquisa. Além disso, observamos também uma interdependência entre o campo midiático e o campo político, que se caracteriza na retroalimentação do fluxo informacional. A exemplo do que observa Champagne (1998, p.234), a imprensa impõe ao campo político uma hierarquia dos temas que este último reconhece como importante, assim como também colabora para sua produção.

Outro dado observado durante a pesquisa foram as diferentes formas de agendamento dos temas nas (SO) da Câmara. O estabelecimento de agenda ocorreu de três formas: 1ª) o vereador comentava o tema veiculado pela imprensa, mas não fazia nenhuma referência a ela diretamente; 2ª) o parlamentar dizia “eu li na imprensa” ou “como noticiou a imprensa”; e 3ª) ele citava diretamente a fonte, ou seja, o nome do veículo em que a notícia havia sido publicada. Como não encontramos na hipótese do *agenda-setting* estudos que apresentassem essas diferentes categorias de agendamento, resolvemos classificá-las de **direta** e **indireta**, pois não poderíamos enquadrá-las da mesma forma. Consideramos agendamento direto quando o vereador citava a imprensa ou especificava o veículo e agendamento indireto quando ele se referia ao tema, mas fazia nenhuma referência à imprensa. Nesse caso, das 46 notícias que agendaram as (SO) da Câmara no período da pesquisa, 29 (63,04%) tiveram agendamento indireto e 17 (36,96%) tiveram agendamento direto.

A pesquisa revelou também que existe uma pauta de consenso entre os dois jornais pesquisados. Das 46 matérias apresentadas nos **Quadros de 1 a 5**, 16 (34,78%) foram veiculadas pelos dois veículos, o que denota um agendamento pela própria mídia, revelando um movimento circular da informação. Sobre isso, Bourdieu (1997, p.67) pede para o leitor fazer um teste: observar as capas dos jornais durante 15 dias e perceber que são iguais. Os jornais passam boa parte do tempo citando-se uns aos outros e o acirramento de concorrência faz com que se pautem mutuamente. Essa também é uma característica abordada pela hipótese do *agenda-setting* que merece estudo à parte: como a mídia pauta a mídia.

No entanto, na visão de Bourdieu a informação que chega ao receptor é homogeneizada, pois todos os veículos de comunicação sofrem as mesmas restrições, são orientados pelas mesmas pesquisas de opinião e audiência e têm os mesmos anunciantes.

Os jornalistas se informam com os outros jornalistas. Sem querer antecipar o que será apresentado no **Capítulo V**, esse fenômeno foi observado durante a cobertura jornalística na Câmara. Os jornalistas da mídia impressa e eletrônica trocam informações entre si para saber o que eles vão destacar como notícia da pauta da Sessão Ordinária da Câmara. No dia seguinte todos os veículos abordam o mesmo tema, excluindo os demais discutidos durante a sessão.

No documentário brasileiro “Janela da Alma”⁴⁶, diversas pessoas que têm deficiência visual são convidadas para explicar a forma como “enxergam” o mundo. Dentre os depoimentos, o diretor de cinema Win Wenders afirma que seus óculos são como uma moldura do mundo, ou seja, tudo o que ele vê é enquadrado por essa moldura. De certa forma, é assim que os jornalistas vêem o mundo. Para Bourdieu, os jornalistas, condicionados pelas propensões inerentes à profissão, pela visão de mundo, pelo tempo, pela sua formação, pela lógica da profissão e por suas disposições, selecionam na realidade aquilo que acreditam ser notícia.

Os jornalistas têm óculos especiais a partir dos quais vêem coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado (BOURDIEU, 1997, p.25).

Sobre essa pauta consensual Kucinski (1998, p.23) acrescenta que a definição de agenda é um caminho para a construção de consenso no sistema midiático. Na visão do autor, é mediante a inclusão ou exclusão de itens na agenda que se inicia a construção do consenso nos meios de comunicação. Uma simples folheada nos principais jornais brasileiros confirma esta constatação: as manchetes são freqüentemente idênticas ou semelhantes, levando a uma mesmice jornalística, lembrando em muito o conceito de “factibilidade”, criado por Gaye Tuchman (1983 apud KUCINSKI, 1998, p. 23).

⁴⁶ Janela da Alma. Dr. João Jardim e Walter Carvalho. Brasil, Copacabana Filmes, 73 min., 2002.

No **Capítulo V** desta dissertação vamos analisar mais detalhadamente esse processo com base na observação que fizemos durante as Sessões Ordinárias da Câmara Municipal de Londrina no período de 16 de fevereiro a 23 de março de 2004 e nas entrevistas feitas com vereadores e jornalistas da Folha de Londrina (FL) e do Jornal de Londrina (JL) e da Assessora de Imprensa da Câmara, além de análise das matérias jornalísticas que tiveram agendamento na Câmara nesse período.

CAPÍTULO V

A PESQUISA NA CÂMARA

5. Análise do processo de agendamento

A observação sistemática não participante que fizemos em 10 (dez) Sessões Ordinárias da Câmara Municipal de Londrina, o acompanhamento diário das editorias de **Política e Cidade** dos jornais (FL) e (JL) e as entrevistas que realizamos com vereadores e jornalistas, nos possibilitam fazer aqui uma análise qualitativa do processo de agendamento entre Câmara e imprensa.

Dos 21 vereadores que compõem a legislatura (2000-2004), entrevistamos os 11 líderes dos partidos políticos representados na Câmara, exceto o Partido Liberal (PL), cujo líder na Câmara, vereador Hélio Cardoso, não concordou em dar entrevista. Em seu lugar entrevistamos o presidente da Casa, vereador Orlando Bonilha, também do PL. Além disso, entrevistamos a jornalista Ana Paula Rodrigues Pinto, Assessora de Imprensa da Câmara e jornalistas que trabalham nas editorias de **Política e Cidade** dos jornais (FL) e (JL).

O material coletado compõe o *corpus* da análise que vamos apresentar no último capítulo desta dissertação. A apresentação e análise desse material foram feitas da seguinte forma: vamos analisar como a imprensa agenda a Câmara e esta agenda a

imprensa em um processo de relação entre esses dois campos. Em princípio vamos apresentar os sete assuntos veiculados pelos jornais que tiveram agendamento na Câmara:

a) **Violência no Zerão**

Durante o período da nossa pesquisa na Câmara, o primeiro tema abordado pela imprensa que teve agendamento no Legislativo foi o “arrastão” ocorrido no Zerão⁴⁷, no dia 15/02/04, que causou pânico entre as pessoas que estavam no local fazendo atividades físicas. O assunto foi veiculado pelos dois jornais no dia 17/02/04 com destaque: “Assaltos, tiro e pânico no Zerão” (FL) e “Arrastão assusta freqüentadores do Zerão (JL). De acordo com a imprensa⁴⁸, cerca de 20 pessoas que se encontravam no local foram roubadas e agredidas por um grupo de 8 (oito) jovens entre adolescentes e adultos. A matéria trazia entrevistas com freqüentadores do Zerão e com moradores da região que reclamavam da falta de segurança no local.

Na primeira Sessão Ordinária da Câmara (SO), realizada no dia 17/02/04, após o recesso de final de ano, o assunto entrou na **Ordem do Dia**. Os vereadores Roberto Kanashiro e Paulo Arildo (PSDB) e Sandra Graça (PDT) entraram com o Requerimento 39/2004 em regime de urgência, solicitando ao Comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar (BPM), à Secretária de Assistência Social, ao Presidente do Conselho Tutelar e ao Delegado-Chefe da 10ª SDP providências no combate à criminalidade e ao vandalismo na região do Zerão. O Requerimento foi aprovado pelos demais vereadores em regime de urgência.

⁴⁷ Local central da cidade destinado a atividades físicas da população.

⁴⁸ Estamos nos referindo apenas aos jornais Folha de Londrina e Jornal de Londrina

VIOLÊNCIA

Arrastão assusta freqüentadores do Zerão

Um grupo de criminosos roubou e agrediu várias pessoas no domingo à noite; três suspeitos foram presos

MÁRCIO LEIJOTO

Os frequentadores do Zerão foram vítimas de um linchamento no domingo à noite. A área de lazer e descanso de jovens e famílias foi "invadida" por um grupo de criminosos, com 8 a 15 integrantes, que roubou e agrediu várias pessoas que estavam lá por volta das 22 horas. A Polícia Militar conseguiu prender três suspeitos, entre eles pai e filho. Segundo a PM, outros cinco adolescentes já identificados estão foragidos.

Orcem pela manhã, dezenas de pessoas, a maioria mulheres, estiveram na delegacia da 10ª Subdivisão Policial para registrar boletins de ocorrência. As vítimas contaram que os bandidos chegaram a disparar tiros para o alto. Carcelhos, relógios, celulares, bonês e outros objetos de valor foram levados. Segundo relatos de testemunhas, o grupo de criminosos percorreu uma distância de pouco mais de 600 metros e se dispersou no Aulicentro do Zerão.

Samuel, que estava lá na hora do arrastão, viu quando um indivíduo derrubou um boneco e ficou preso na sua cabeça em



A falta de segurança vem aumentando nos últimos meses; comerciantes e usuários reclamam da falta de policiamento

tuação vem se complicando, de acordo com a proprietária de um dos três bares que circundam o Zerão, Rosângela Nalin Grande, 49 anos. "Começou a vir mais gente para cá, mas sem que viesse o policiamento necessário. Faltava de semana não tem polícia. Eles passam por aqui à tarde uma vez ou outra e vão embora às 18 horas. Durante à noite não se vê nenhum policial", reclamou.

Rosângela diz que muitas pessoas, inclusive a polícia, costumam culpar os bares do Zerão pelos crimes, mas conta que mesmo quando o seu estabelecimento esteve fechado por alguns anos os crimes continuaram acontecendo. "O problema aqui é a falta de polícia. Começa a vir muita gente para cá, principalmente quando há eventos, e a multidão vem junto. Eles vêem aquele monte de gente e acham que é bom vir para o Zerão. Aqui tem taxa de gangues que começaram a frequentar o Zerão por causa de um evento recente. Eles vieram de lugares diferentes, se encontraram e começaram a brigar, trancar o espaço. Agora é assim", lamentou.

Os frequentadores do Zerão também reclamam que, à noite, o espaço é usado por traficantes e por usuários de drogas, principalmente nos finais de semana.

Mas nos últimos meses, a si-

tução vem se complicando, de acordo com a proprietária de um dos três bares que circundam o Zerão, Rosângela Nalin Grande, 49 anos.

relacionada ao uso de drogas. Também em 2003, policiais militares foram acusados de abuso de autoridade e violência excessiva durante uma abordagem a suspeitos de bodega no final da tarde de um domingo.

Não é o primeiro caso de repercussão que acontece naquele local. No ano passado, um adolescente foi assassinado nas escadarias do antecolô após uma discussão aparentemente

quanto um menino pegava a carteira. "Ele ficou olhando com calma o que havia na carteira e pegou o bonê da criança que estava com este adulto. Depois foi andando e ainda ameaçou um casal que vir a com", conta a

FOLHA DE LONDRINA

Assaltos, tiro e pânico no Zerão

Depois de arrastão, moradores e usuários criticam a falta de segurança em uma das principais áreas de lazer de Londrina

Luciano Augusto
Repórter Especial

N o início da noite da domingo, 6 de Zé, (Área Central de Londrina) foi palco do primeiro arrastão realizado com frequência nas áreas de lazer mais próximas da cidade. O primeiro arrastão foi realizado com frequência nas áreas de lazer mais próximas da cidade. O primeiro arrastão foi realizado com frequência nas áreas de lazer mais próximas da cidade.

O arrastão aconteceu por volta das 19 horas e teve sido realizado um grupo de dez pessoas, entre adolescentes e adultos. Eles foram acompanhados por uma grande aglomeração de pessoas na rua próxima a um dos bares que funcionam no local para assistir ao espetáculo. A Polícia esteve ali pelo menos 20 frequentadores frequentando a área. Os usuários relataram que as crianças e adolescentes estavam se divertindo muito, mas também relataram que não se sentiam seguros.

Três pessoas suspeitas de participarem do arrastão foram seguras pelas próprias vítimas. Reginaldo Coelho da Silva, 34 anos, e W.L.G., 16 anos, de Zé, foram seguras por algumas das vítimas. Os três foram levados para o Hospital de Clínicas da UEL. Os três foram levados para o Hospital de Clínicas da UEL. Os três foram levados para o Hospital de Clínicas da UEL.

totalmente qualificado. Silva foi encaminhado para a carceragem do 5º Distrito Policial e os dois adolescentes foram levados para o Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente (Ciaad), onde ficará a disposição da Justiça.

Moradores e frequentadores do Zé estão revoltados com a falta de policiamento no local, principalmente aos finais de semana. Uma moradora, que preferiu não se identificar, garantiu que já procurou até a Polícia Federal em busca de ajuda, mas não obteve êxito. "Agora aqui está assim, virou para o Zé e tá aí o seu filho", ironizou. Ela contou que grupos rivais de adolescentes, "muitas vezes armados", se confrontam no local para cometer furtos, assaltos e consumir drogas e bebidas alcoólicas. "Eles ficam lá, de pé, de pé e vêm de casa e ficam arrastando com fúria".

Segundo ela, no momento do furtivo, muitas pessoas chegaram a brigar e postar de sua casa uma busca de proteção. Seu filho viu quando um senhor acompanhado por um garoto foi assaltado e agredido. Segundo ele, há duas semanas um rapaz que estava com um "pitbull" dos três irmãos com um pistola depois que seu animal avançou sobre outro cachorro morto e o dono reagiu.

O professor aposentado Domingos Zacarias, 58 anos, costuma ir ao Zé com os filhos para o parque mais próximo que aos domingos não se arrastão. "Tem muita gente e o policiamento é deficiente", reclamou. Nos bares, alguns particulares fazem a segurança.



Frequentadores e vizinhos do Zé estão preocupados com criminalidade

Policiamento será reforçado

Se a falta de policiamento a grande preocupação de moradores e frequentadores do Zé, sobretudo aos sábados e domingos, o problema deverá ser solucionado já a partir desse final de semana. A garantia foi dada ontem pelo comandante

início do 5º Batalhão da Polícia Militar, Major Deyvid Almeida, que assegurou que uma viatura ficará de prontidão no local durante toda a noite.

O major garantiu que a Polícia Militar faz rondas constantes no Zé, todos os dias e que permanece

casas do serviço reservado da corporação (P2) investigue a ação das gangues de adolescentes que, segundo os moradores, comitem crimes e usam drogas no local. O inquérito sobre o assalto será conduzido pelo 4º Distrito Policial (Zona Sul).

b) Wal-Mart versus Teatro Municipal

No dia 19 de fevereiro, o (JL) publicou na página 3A, da editoria Cidade, a matéria “Colossinho pode ser liberado pela Câmara”, informando que esta poderia votar em primeira discussão na (SO) daquele dia, um Projeto de Lei idealizado pelo vereador Carlos Bordin (PP), e assinado pelos vereadores Renato Araújo (PP), João Abussafi (PMDB), Rubens Canizares (PHS) e Orlando Bonilha (PFL), tornando nulo o Decreto Municipal de agosto de 2003, que tornou de utilidade pública a área do antigo Colossinho para a futura construção do Teatro Municipal, considerando que a rede de hipermercados Wal-Mart tem interesse naquele terreno para a sua instalação em Londrina.

Na (SO) da Câmara do 19/02/04, o vereador Carlos Bordin solicitou a retirada do Projeto de pauta com a justificativa de que os vereadores que tinham prometido votar a favor não estavam presentes na Sessão. Mesmo assim a discussão causou polêmica na Câmara e agendou a pauta da editoria de Cidade dos jornais no dia 20/04: “Vereadores não votam projeto do Colossinho” (JL) e “Polêmica: vereadores debatem projeto do Teatro Municipal” (FL). As duas matérias traziam entrevistas com os vereadores Orlando Bonilha e Carlos Bordin, dizendo que a prefeitura não teria recursos em caixa para pagar a desapropriação do terreno estimada entre R\$ 3 a R\$ 6 milhões e, muito menos, para a construção do Teatro Municipal. Durante a Sessão, Bonilha defendeu que a vinda do Wal-Mart para Londrina geraria 500 novos empregos, além de significar um investimento na cidade.

O assunto voltou a pautar a imprensa no dia 26/02, quando o (JL) publicou na editoria de Política, página 7A, a matéria “Wal-Mart: Grupo de vereadores quer anular decreto”:

A disputa entre a Prefeitura e a rede Wal-Mart pelo terreno do antigo Colossinho deve esquentar hoje à tarde na Câmara, já que

um grupo de vereadores vai insistir na tentativa de anular o decreto baixado em agosto pelo prefeito Nedson Micheleti (PT), tornando a área de utilidade pública com a justificativa de construir um teatro no local.⁴⁹

Na Sessão da Câmara do mesmo dia, o vereador Carlos Bordin (PP) disse que havia resolvido insistir no Projeto de anulação do Decreto Municipal porque tinha tomado conhecimento de uma matéria publicada no Jornal de Londrina, em fevereiro de 2003 (o vereador leu a matéria durante a Sessão) afirmando que a rede Wal-Mart tinha um projeto semi-pronto para a construção do hipermercado na área do Colossinho e que este projeto havia sido apresentado à Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura para as adequações necessárias. O vereador Maurício Barros (PT) rebateu Carlos Bordin, dizendo que o vereador deveria apresentar documentos mais contundentes como o contrato de compra e venda do terreno pela rede Wal-Mart. Bordin perguntou se o vereador Maurício Barros não lia os jornais, pois o fato vinha sendo veiculado constantemente pelos meios de comunicação. O vereador Carlos Bordin disse que tinha convidado Sebastiana Maria Lis, procuradora dos proprietários do terreno do Colossinho e Romeu Cury, consultor imobiliário da rede Wal-Mart, para virem à Câmara para apresentar a documentação.

Às 15h30, o vereador solicitou a suspensão da Sessão para que Sebastiana Maria Lis e Romeu Curi pudessem apresentar a documentação. Os dois entregaram aos vereadores uma cópia da opção de compra e venda do terreno por R\$ 6 milhões. A transação imobiliária, segundo a documentação, havia sido realizada no dia 14 de abril de 2003 e registrada no 19º Tabelionato de São Paulo. O tema voltou a pautar a imprensa no dia 27/02, quando o (JL) publicou a matéria “Documentos mostram negociação do Wal-Mart”, no caderno de Cidade, página 3A. Na matéria, o vereador Nelson Cardoso (PT) e líder do Executivo na Câmara, afirmou que os documentos apresentados seriam discutidos em reunião com o prefeito no dia seguinte.

⁴⁹ Trecho da matéria do (JL) do dia 26/02/04, página 7A, editoria de Política.

Na (SO) da Câmara do dia 2/3/04, o vereador Nelson Cardoso (PT) relatou aos vereadores que o prefeito Nedson Micheleti (PT) negou que a prefeitura havia negociado a venda do terreno do Colossinho com a rede Wal-Mart, que nunca havia se encontrado com Sebastiana Maria Lis e Romeu Curi e que tudo não passava de especulação imobiliária. Usando o Regimento Interno da Câmara, o vereador solicitou o arquivamento do Projeto assinado por cinco vereadores pedindo a anulação do Decreto Municipal. Apenas os vereadores Carlos Bordin (PP), Luiz Carlos Tamarozzi (PTB), Paulo Arildo (PSDB) e Rubens Canizares (PHS) votaram contra o Executivo. Os vereadores Orlando Bonilha (PFL), Renato Araújo (PP) e João Abussafi (PMDB), apesar de fazerem parte do grupo de parlamentares que assinaram o Projeto, votaram a favor do Executivo e o Projeto foi arquivado com 17 votos a favor do arquivamento e quatro contra. No dia 03/03/04, o (JL) publicou a matéria; “Wal-Mart: Líder barra decreto contra teatro”, na editoria Cidade, página 3A.

Podemos perceber que nesta questão o agendamento entre Câmara e imprensa levou a um processo de retroalimentação e circularidade da informação. Os vereadores direta e indiretamente envolvidos ganharam visibilidade na imprensa no período de 20 de fevereiro a 3 de março de 2004, no qual foram veiculadas cinco matérias sobre o tema, sendo que duas delas traziam fotos dos vereadores Carlos Bordin, Maurício Barros e Nelson Cardoso. Em nenhuma das matérias a população foi ouvida para comentar sobre a polêmica ou expor opinião.

JORNAL DE LONDRINA

Colossinho pode ser liberado pela Câmara

LINO RAMOS

A Câmara pode votar hoje em primeira discussão um projeto de lei tornando nulo o decreto municipal de agosto do ano passado, que declarou de utilidade pública a área do antigo Colossinho, na região central de Londrina, reservando o local para um futuro teatro Municipal. O projeto foi protocolado em regime de urgência, mas entra na pauta de hoje em tramitação normal, com votação em duas sessões.

O terreno do Colossinho tem 4 mil metros quadrados e se tornou motivo de polêmica porque teria sido escolhido pela rede norte-americana de hipermercados Wal-Mart. O grupo chegou a desenvolver um projeto arquitetônico para construir naquele terreno, mas o prefeito Nedson Micheletti (PT) preferiu reservar o espaço para a construção do teatro.

Idealizado por Carlos Bordin (PP) e assinado pelos vereadores Renato Araújo (PP), João Abusafi (PMDB), Rubens Canizares (PHS) e Orlando Bonilha (PL), o projeto deve sair de pauta, dependendo do nível das discussões.

Bordin garantiu que não foi procurado por ninguém ligado ao grupo Wal-Mart ou mesmo da Taveri Participações, empresa de São Paulo interessada em vender o imóvel. O vereador justifica que apesar do decreto tornando a área de utilidade pública, o Município não tem dinheiro para a compra e para a construção do teatro. "Como Londrina tem mais de 30 mil desempregados, poderemos ajudar para que qualquer empresa possa investir no terreno, não necessariamente um su-

permercado", justificou.

O vereador disse ainda que tem sido questionado por diversas pessoas sobre a falta de condições da Prefeitura em construir um teatro, enquanto o imóvel do Colossinho fica impedido de abrigar um novo empreendimento.

"Acho um absurdo essa discussão, nem a Câmara, nem a Prefeitura deve entrar nesse embate imobiliário", reagiu ontem o prefeito. Nedson disse que ainda não conhecia o projeto dos vereadores e não conversou com ninguém sobre o assunto. "A discussão sobre a vinda do Wal-Mart deve ser sobre investimentos na cidade, a empresa não pode vir para atrapalhar projetos culturais do Município", esbravejou. Segundo o prefeito, a Cidade possui diversas áreas que poderiam atender às necessidades da rede norte-americana.

Bordin afirmou que já esperava uma reação contrária do prefeito, mas para ele, "absurdo" foi decretar a área de utilidade pública sem ter condições de pagar pelo imóvel ou construir o teatro. "Isso sim é absurdo, gostaria de saber por que foi feito assim", rebateu.

FOLHA DE LONDRINA

Polêmica: vereadores debatem projeto do Teatro Municipal

Adriana Savicki

Reportagem Local

Os vereadores retiraram de pauta, ontem, o projeto de lei que anularia o decreto do Executivo que tornou, em agosto do ano passado, área de utilidade pública o terreno que abrigou o Colossinho, na região central de Londrina. No local, a prefeitura pretende construir um teatro. A justificativa do vereador Carlos Bordin (PP), que assina o projeto com mais quatro vereadores, é que o decreto seria ilegal por não especificar a destinação da área.

Contudo, na tribuna, a argumentação mais usada pelos vereadores foi que uma grande rede de supermercados tem interesse em comprar a área e que o município não tem dinheiro em caixa para pagar a desapropriação, estimada entre R\$ 3 e R\$ 6

milhões. Pelo raciocínio dos vereadores, a implantação da empresa traria empregos e investimentos para a cidade.

"A prefeitura não tem dinheiro para indenizar nem construir; só queremos liberar o terreno que tem 14 mil metros quadrados, em área nobre, para que não fique fechado", argumentou Bordin. Ele negou que tenha conversado com interessados na formulação da lei.

Já o presidente da Câmara, Orlando Bonilha (PL), que também assina o projeto, junto com os vereadores Renato Araújo (PP), João Abussafi (PMDB) e Rubens Canizares (PHS), admitiu ter sido procurado por interessados durante o recesso parlamentar. "Sou presidente da Câmara e recebo todo tipo de gente no gabinete, eles me procuraram e me colocaram a par do assunto", afirmou. Questionado sobre quem seria a

pessoa, o vereador afirmou apenas que era uma mulher.

O secretário de Cultura de Londrina, Bernardo Pellegrini, rebateu as críticas dos vereadores e classificou o projeto de lei como um retrocesso. Segundo ele, já existe uma rubrica no orçamento da União para cobrir parte dos custos do teatro e a secretaria está captando verbas. Admitiu, contudo, que ainda não existem prazos para o projeto. "Agora é escolher entre ter um teatro de 2 mil lugares ou ficar refém de um lobby de imobiliárias", afirmou. O presidente da Câmara rebateu: "Não sou imobiliária, nem contra a cultura, mas acho que as pessoas precisam ter emprego primeiro para poder ir a um teatro", disse Bonilha. O vereador Carlos Bordin alegou que o projeto foi retirado de pauta para aprofundar a discussão.

JORNAL DE LONDRINA

Vereadores não votam projeto do Colossinho

MÁRCIO LEIJOTO

A Câmara Municipal retirou ontem de pauta por tempo indeterminado o projeto de lei que torna nulo o decreto do Executivo, de agosto do ano passado, que declarou de utilidade pública a área do antigo Colossinho, na região central da cidade. A prefeitura pretende reservar o local para a construção de um teatro municipal.

O autor do projeto, Carlos Bordin (PP), justificou o pedido da retirada de pauta porque alguns vereadores que teriam se comprometido em votar a favor do projeto não compareceram à sessão, ao mesmo tempo em que outros se mostraram em dúvida a respeito do voto. O terreno do Colossinho é o pivô de uma polêmica porque também teria sido escolhido pela rede norte-americana de supermercados Wal-Mart. Há quem fale que um teatro seria a melhor escolha para o terreno e quem se diga favorável ao supermercado. A prefeitura sustenta que a área está sendo alvo de especulação imobiliária. "Espero que este projeto nem entre em tramitação. O terreno é alvo de especulação do parte dos imobiliários", afirmou o prefeito Nedson Micheletti (PT) na manhã de ontem, referindo-se ao projeto de Bordin. O vereador, por sua vez, sustenta que a prefeitura não tem dinheiro para fazer a desapropriação, que, segundo ele, custaria em torno de R\$ 6 milhões e nem para a construção do teatro. Ele também disse que a legislação veda decretos de utilidade pública para fins culturais.

O presidente da Comissão de Justiça da Câmara, Renato Araújo (PP), que também assinou projeto, deu parecer favorável à argumentação de Bordin, no que se refere à questão da legislação.

O secretário municipal de Cultura, Bernardo Pelegrini, es-

teve na Câmara para rebater o argumento de Bordin. Pelegrini afirmou que o Executivo ainda está discutindo o valor do terreno e que o local está sendo "vítima de especulação imobiliária". O secretário também disse que a prefeitura conseguirá verbas para a construção do teatro através das estatais e de projetos no Ministério da Cultura.

ENCONTRO – O presidente da Câmara, Orlando Bonilha (PL), que assinou o projeto junto com Bordin e outros três vereadores e se diz favorável a instalação da Wal-Mart no terreno, contou que foi procurado durante o recesso parlamentar por uma mulher que "representava a rede de supermercado", e que esta mulher deu informações que o levaram a tomar a posição contra o decreto de utilidade pública. "Eu sou presidente desta Casa e atendo todas as pessoas que vem para cá. Essa mulher me procurou e passou realmente o que está acontecendo", disse.

Questionado sobre quem seria a mulher e porque os argumentos dela o convenceram, Bonilha não soube responder. Na hora de defender a instalação do supermercado, o vereador discursou sobre a geração de empregos e disse que a mulher lhe informou que a Wal-Mart se comprometeu a gerar 500 empregos.

WAL-MART

Grupo de vereadores quer anular decreto

Carlos Bordin tenta inserir na pauta de hoje decreto legislativo revogando medida do prefeito

EDUI RAMOS

A disputa entre a Prefeitura e o grupo de vereadores pelo terreno do antigo Colossinho, onde se encontra o grupo de vereadores, vai insular na tentativa de anular o decreto baixado em agosto pelo prefeito Nelson Michelini (PT), tornando a área de utilidade pública com a finalidade de construir um repositório de resíduos sólidos no local. O Decreto Legislativo que poderia revogar essa medida foi apresentado na última quinta-feira por Carlos Bordin (PP) e mais quatro vereadores, porém foi retirado de pauta por tempo indeterminado.

Na semana passada o diretor de Expansão da rede montenegrina de supermercados, Cirio Schmitt, afirmou que o Wal-Mart considerava que já havia comprado a área do Colossinho. O termo de compromisso com a Prefeitura, assinado por representantes da área, teria sido assinado antes de o grupo tomar a área para um projeto de um hipermercado.

Na semana passada, o Jornal de Londrina já havia antecipado que o Wal-Mart tinha um projeto de construção para o Colossinho. O pre-projeto também teria recebido correções por orientação de técnicos da Secretaria Municipal de Obras.

Bordin disse que ontem se reuniu com alguns vereadores para discutir a viabilidade de "passar" a matéria novamente para a pauta do dia. "Ficamos um pouco mais preocupados com essa informação de que o Wal-Mart já teria comprado a área e que em 2002 fez um projeto, apresentando à Prefeitura os planos da empresa", comentou.

Para o vereador, a Prefeitura precisa esclarecer por que interrompeu as negociações com o Wal-Mart e porque reservou a área para um teatro, se já havia um projeto de um hipermercado.



Bordin: transação feita pela empresa preocupa ainda mais



Mauricio Barros: diálogo aberto quanto a outros terrenos

do no local. Segundo ele, não se trata de doar a área para a rede norte-americana, mas simplesmente sustar o decreto de utilidade pública. Bordin afirmou que a Prefeitura não tem dinheiro para comprar o imóvel, muito menos para construir um teatro municipal.

Já o vereador Mauricio Bar-

ros (PT) alega que o teatro e o hipermercado são questões distintas e que o Município já ofereceu cinco áreas para o Wal-Mart construir uma unidade em Londrina. "Se realmente quiserem se instalar está aberto o diálogo, inclusive para outras áreas além dessas cinco", rebateu.

Barros alega que a área do Colossinho já está destinada ao teatro municipal e que a Prefeitura pode obter recursos para a obra junto ao governo federal. Sobre o fato do Wal-Mart alegar que já possui um projeto e considerar que havia comprado o terreno, Barros afirmou que está havendo muito "diz que diz", já que os vereadores não têm nada de um hipermercado escrito" sobre essa negociação.

O diretor de Expansão do Wal-Mart disse, na semana passada, que há três anos o grupo vem pesquisando diversas áreas em Londrina e, após estudos mercadológicos, chegou à conclusão que a área do Colossinho é a melhor para a implantação de um hipermercado.

JORNAL DE LONDRINA

DISCUSSÃO

Documentos mostram negociação do Wal-Mart

LINO RAMOS

A Câmara recebeu ontem uma série de documentos comprovando a negociação entre o Wal-Mart e os proprietários do terreno do antigo Colossinho, onde a rede norte-americana pretende instalar um hipermercado.

Entre a documentação entregue ao Legislativo por Romeu Curi – consultor imobiliário do Wal-Mart em Londrina – está a cópia da opção de compra e venda do terreno de 14 mil metros quadrados por R\$ 6 milhões. A transação foi realizada em 14 de abril do ano passado e registrada um dia depois no 19º Tabelionato de São Paulo.

Em agosto do ano passado, o prefeito Nedson Micheletti (PT) baixou um decreto tornando o imóvel área de utilidade pública, com a justificativa de que o local irá abrigar um futuro teatro municipal. Ontem à noite, o líder do prefeito no Legislativo, Nelson Cardoso, afirmou que as informações levadas à Câmara, serão discutidas hoje cedo durante reunião com o prefeito, o secretário municipal de Governo, Adalberto Pereira da Silva, e o deputado estadual André Vargas, presidente estadual do Partido dos Trabalhadores.

Curi e Sebastiana Liz, representante dos proprietários do imóvel, foram chamados à Câmara para explicar as declarações do diretor de Expansão do Wal-Mart, Ciro Schmitt, que disse na semana passada que a empresa comprou a área do Colossinho, porém o imóvel não pôde ser entregue devido ao decreto baixado em agosto do ano passado pelo prefeito Nedson Micheletti (PT) tornando a área de utilidade pública para a futura construção de um teatro.

O imobiliário ainda apresentou um documento emitido pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (Ippul) em 25 de julho de 2003, onde o órgão apontava diversas correções no projeto prevendo um hipermercado de 10 mil metros quadrados na área do Colossinho.

Nedson tem dito que não sabia que o Wal-Mart já havia desenvolvido um projeto para construir um hipermercado no local. "A escritura seria feita assim que houvesse a aprovação



Nelson Cardoso: reação

do projeto e o alvará de funcionamento", acrescentou Curi. CEI – Durante a explicação aos vereadores, Sebastiana Liz também afirmou que, por diversas vezes, antes do prefeito tornar a área de utilidade pública, conversou com o secretário municipal de Obras e presidente do Ippul, Aloysio Crescentini de Freitas, sobre o projeto que o Wal-Mart estava desenvolvendo em Londrina.

Ao comentar os contatos que manteve com a administração municipal, ele afirmou que logo após saber que o imóvel do Colossinho havia sido declarado de utilidade pública, procurou o prefeito para saber qual seria o motivo da medida. Segundo ele, Nedson disse que iria reavaliar a decisão, mas não poderia voltar atrás naquele momento porque precisava do apoio da Câmara, já que os vereadores teriam de votar o relatório da Comissão Especial de Inquérito (CEI), aberta para investigar denúncias de irregularidades no financiamento de projetos pelo Programa Municipal de Incentivos à Cultura.

"Quando terminar a CEI eu revogo esse decreto, eu preciso contar com o voto dos vereadores", teria dito o prefeito à representante da Taveri Participações. A declaração provocou reações entre os vereadores. Liz afirmou que não tinha conhecimento da CEI, nem se aprofundou nessa questão. "Talvez o prefeito tenha afirmado que não queria ter uma discussão paralela à CEI"

tentou remediar consultou imobiliário do Wal-Mart.

NEGAÇÃO – O vereador Nelson Cardoso disse que o prefeito negou ter feito qualquer ligação entre a área do Colossinho e a CEI que era realizada pela Câmara. "Liguei agora (do plenário da Câmara) para o prefeito, ele me garantiu que nunca falou isso para essa senhora", reagiu. Cardoso ainda considerou a declaração "infeliz". Questionada pelos vereadores, a representante da Taveri repetiu a declaração.

Cardoso ainda afirmou que os documentos apresentados à Câmara não dão segurança sobre a compra da área pelo Wal-Mart e se trata apenas de uma questão imobiliária. "O Executivo está aberto a buscar alternativas para novos empreendimentos", comentou. Mas, segundo ele, Nedson deu sinais de que não pretende revogar o decreto que destinou a área a um teatro.

EXPLICAÇÕES – O vereador Carlos Bordin (PP) afirmou que o Município ainda precisa explicar por que tornou a área de utilidade pública, sabendo do projeto do Wal-Mart. Bordin vai apresentar um pedido de informações, questionando onde o Executivo pretende conseguir dinheiro para comprar o terreno do Colossinho e construir um teatro.

Na sessão de ontem, ele apresentou cópia de um projeto de 94 onde o ex-vereador Francisco Roberto Pereira pretendia transformar um terreno de 18,7 mil metros quadrados próximo ao Terminal Urbano num estacionamento para veículos com o propósito de auxiliar entidades assistenciais. Mas o projeto foi arquivado porque na época o Ippul emitiu parecer explicando que o imóvel ao lado da avenida Leste/Oeste estava destinado à construção de um teatro municipal.

Para Teófilo Turini (PSDB), após as declarações e os documentos apresentados ontem ao Legislativo, a Câmara terá que dar prosseguimento à discussão sobre o Wal-Mart. Quanto às declarações da representante da Taveri, o vereador afirmou que é uma questão de interpretação. "É uma questão que ficou jogada no ar", analisou.

WAL-MART

Líder barra decreto contra teatro

LINO RAMOS

A liderança do Executivo usou o Regimento Interno da Câmara ontem à tarde e conseguiu anular a proposta de decreto legislativo assinado por cinco vereadores, com o objetivo de revogar a medida adotada pelo prefeito Nelson Michelini (PT), tornando de utilidade pública a área do antigo Colossinho.

Com isso, o imóvel fica reservado para um futuro teatro municipal e afasta a possibilidade de instalação naquele terreno de uma filial da rede norte-americana de hipermercados, que já havia desenvolvido um projeto para aquela área.

Para trazer o assunto a público, o líder do prefeito, Nelson Cardoso (PT), apresentou um requerimento justificando que havia a necessidade de discutir o projeto.

Apenas os vereadores Carlos Bordin, Latiz Carlos Tamarozzi, Paulo Arildo e Rubens Canizares votaram contra o Executivo. Orlando Bomilha, Renato Araújo e João Abussafli também haviam assinado a proposta do decreto legislativo junto com Bordin e Canizares, mas votaram contra a própria iniciativa.

Félix Ribeiro foi mais piosco, minutos antes de votar contra o decreto, apresentou um requerimento ao Executivo, pre-

dando a revisão na intenção de construir um teatro no Colossinho e apontando o imóvel ao lado do Pronto Atendimento Infantil (PAI) como opção.

Tercilio Turini e Roberto Kashihiro também foram favoráveis ao Executivo. Os dois são do PSDB, partido que mantém as secretarias de Planejamento e Governo na administração do PT.

Autor da proposta que tentava suspender a utilidade pública na área do Colossinho, Bordin se mostrou "surpreso" com a votação, pois contava com 12 votos e procurava mais 2 vereadores para conseguir emendar o decreto legislativo. Ele conseguiu aprovar um requerimento onde cobra do Executivo informações sobre onde serão obtidos os recursos para a compra do imóvel do Colossinho, avaliado inicialmente em R\$ 6 milhões. "Isso foi uma manobra, agora queremos saber de onde sairá esse dinheiro, da Saúde, da Educação", questionou.

O vereador ainda lembrou que essa despesa não está no Plano Plurianual ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município. Segundo ele, o prefeito também não poderia criar despesas para a próxima gestão, como preveria a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).



A Prefeitura quer construir um teatro na área do antigo Colossinho, pretendida pela Wal-Mart

O líder do prefeito, Nelson Cardoso, disse que a intenção do Executivo foi acabar com uma falsa polêmica gerada por interesses imobiliários e a antecipação do debate sobre as eleições municipais deste ano. Segundo ele, o encaminhamento para a votação contra o decreto legislativo surgiu "no momento da discussão".

Cardoso voltou a dizer que a Prefeitura vai tentar obter recursos federais para a obra do

teatro e lembrou que o deputado Paulo Bernardo (PT) está tentando conseguir R\$ 100 mil para a obra, um valor que, segundo ele, seria suficiente para a execução do projeto do teatro. O líder do Executivo ainda afirmou que a assessoria jurídica da Prefeitura poderia ter um posicionamento mais claro sobre as críticas de Bordin.

O representante do prefeito disse ainda que a administração está aberta a apresentar novas

áreas para a vinda do Wal-Mart e que não está criando dificuldades para a instalação de um hipermercado da rede norte-americana. Questionado se essa disposição não seria contrária às declarações de Nelson – que alega que o Wal-Mart acabaria com quatro empregos para cada vaga criada –, Cardoso afirmou que essa é uma questão de mercado e que Londrina não pode "fechar as portas" para novos empreendimentos.

c) Crise na Sercomtel

No dia 26/02, o (JL) publicou na Editoria Cidade, página 3A, a matéria “Sercomtel quer vender empresas de TV a Cabo”, na qual o presidente da Companhia de Comunicação e Telefonia de Londrina, João Rezende, comenta em entrevista ao Jornal a intenção de vender 49% das ações da empresa Call Center Ask! e também das empresas que oferecem TV a Cabo, justificando que essas empresas coligadas estão dando prejuízo de R\$ 41 milhões por ano.

A matéria teve uma forte repercussão entre os vereadores na Sessão da Câmara do mesmo dia. O vereador Rubens Canizares (PHS) foi o primeiro a questionar o depoimento do presidente da Sercomtel:

Li hoje no jornal que o presidente da Sercomtel está falando novamente sobre a venda de algumas ações da Ask, de empresas de TV a cabo. Vou pedir ao Departamento Jurídico da Casa que verifique a legalidade das vendas de ações da Sercomtel sem a prévia autorização do Legislativo. A Lei Orgânica do Município, no artigo 49, diz que o Município, para dispor de ações, deve ter autorização da Câmara. Se caso for possível a venda das ações sem autorização legislativa, vou propor uma alteração na Lei Orgânica.

O vereador Tercílio Turini (PSDB) lembrou que no final do ano de 2003 havia defendido a idéia de que para vender suas ações a Sercomtel precisaria de autorização do Legislativo, conforme estabelece a Lei Orgânica do Município:

A Câmara é a responsável pela avaliação pública e patrimonial do imóvel. O processo legal deve ser obedecido, caso contrário, haverá embate judicial ou na Casa. A Câmara e o estatuto da empresa não são superiores à Lei Orgânica do Município.⁵⁰

O vereador Sidney de Souza (PTB) comentou que o Estatuto da Sercomtel estabelece que sua Diretoria poderá vender até 10% do valor patrimonial da Companhia

⁵⁰ Este tema já havia agendado a Câmara e a imprensa em dezembro de 2003. Ver Capítulo IV, página 98.

desde que este ativo não esteja ligado às telecomunicações, sem a anuência de ninguém, a não ser dos diretores da Sercomtel. O parlamentar defendeu que a Câmara deve verificar se o Estatuto da Sercomtel não é ilegal. O vereador Maurício Barros (PT) concordou com as observações dos demais parlamentares, mas argumentou que:

Acho que o papel do vereador é discutir e não inviabilizar, uma vez que todos sabem pelas mãos de quem passou a Sercomtel e os prejuízos sofridos com a venda das suas ações. Não podemos esquecer que 186 milhões de reais da Sercomtel sumiram e até hoje não se sabe onde foram parar 45% das ações vendidas. O presidente João Rezende divulgou pelos meios de comunicação sobre a possibilidade de comercialização das empresas. É importante o Legislativo discutir esse assunto. Mas acho que a Casa deveria ter se preocupado da mesma forma em legislaturas anteriores.⁵¹

A situação financeira da Sercomtel vem sendo questionada há tempo, desde a legislatura anterior, porém é quando o tema entra na pauta da imprensa que a Câmara volta discutir o problema. Isso ocorreu em dezembro de 2003, como mostra nossa pesquisa e em fevereiro de 2004, quando o assunto voltou a pautar a imprensa. Nas sessões seguintes (até 23 de março de 2004, data em que terminamos nossa observação na Câmara), o assunto não voltou a agendar os jornais pesquisados e nem a Câmara.

⁵¹ O vereador estava se referindo a um processo de corrupção na Sercomtel ocorrido durante a gestão do prefeito Antônio Belinati, cassado em junho de 2000.

JORNAL DE LONDRINA

COLIGADAS

Sercomtel quer vender empresas de TV a cabo

FERNANDA MAZZINI

A Sercomtel pretende vender as empresas coligadas que, atualmente, dão prejuízo. Depois de se desligar do provedor Onda, a empresa deve vender os 49% das ações da empresa de call center Ask!, agora o alvo da Sercomtel está mirado nas empresas que oferecem TV a cabo. A operadora tem três operadoras: em Maringá, Ocasco (SP) e em São José (SC).

"Estão entrando novas empresas em Londrina e não podemos tirar recursos da Londrina para investir em outras ci-

dades. O foco da Sercomtel é a Cidade", afirma João Rezende, presidente da companhia. Segundo ele, a expectativa é que essas empresas de TV a cabo sejam vendidas ainda no primeiro semestre deste ano.

Ele informa que foram assinados contratos de confidencialidade, onde empresas estão realizando levantamentos nas operadoras de TV a cabo para saber se há interesse em comercializações. "A operadora de Maringá é viável, já as empresas de Ocasco e São José estão com muitos dívidas nos dias

juntos dão prejuízos de R\$ 41 milhões por ano e devem ser arrendadas", informa.

No entanto, se as empresas que estão realizando os levantamentos nas operadoras não manifestarem interesse, a Sercomtel vai voltar atrás e manter as empresas.

ONDA - A Sercomtel pagou R\$ 780 mil para deixar de fazer parte do quadro acionista da provedor Onda. A companhia detinha 24% das ações do provedor que, em três anos, deu prejuízos de R\$ 8 milhões. "Isso estava inflando negativamente

re no balanço da Sercomtel", comenta Rezende. Ele explica que para fazer parte do Onda, a Sercomtel deu como cartela de entrada 6,5 mil assinantes. "Fizemos uma avaliação e pagamos R\$ 125 por assinante para termos nossos clientes do volta", diz.

Já no caso da Ask!, o presidente diz que está em processo final a auditoria que vai definir o valor e a modelagem de venda dos 49% das ações da empresa. A expectativa é que, em 60 dias, a Ask! seja vendida.



Rezende: sem recursos para aumentar participação na Sercomtel

d) **Situação do Asilo Ebenézer**

Na edição do dia 27/02/04, a (FL) publicou a matéria “Asilo é fechado pela justiça”, de página inteira na editoria Cidade. O asilo, que abrigava 34 idosos, havia sido interditado por decisão do juiz Celso Seikiti Saito, da 6ª Vara Civil, devido a denúncias apresentadas pelo Conselho Regional de Enfermagem (Coren), Ministério Público e Vigilância Sanitária que apontavam más condições de alojamento e atendimento aos idosos. Como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, da Câmara, a vereadora Sandra Graça (PDT) disse na Sessão do dia 02/03/04 que levaria o caso do Asilo Ebenézer para ser discutido na Comissão.

No dia 04/03, o assunto voltou às páginas dos jornais: “Vereadora tenta reabrir Asilo” (JL) e “Vereadores defendem reabertura de Asilo” (FL). Nesse caso, houve um agendamento na Sessão da Câmara, na Comissão de Direitos Humanos e depois o assunto voltou a agendar a imprensa. No período de interdição, dois idosos que viviam no Asilo morreram em hospitais da cidade. Em entrevista aos jornais a vereadora Sandra Graça disse que a decisão da Justiça havia sido precipitada, considerando que a Instituição atuava na cidade há 10 anos e foi considerada referência em 2003 na área de política asilar.

A vereadora chegou a declarar que a morte dos idosos poderia estar relacionada com o fechamento do Asilo. A matéria trazia ainda entrevista com Clóvis de Pinho, responsável pela Instituição e com Maria Ângela Santini, Secretária Municipal do Idoso. O Asilo foi reaberto 20 dias depois, quando foi realizada uma nova vistoria realizada pelos mesmos órgãos que pediram sua interdição.

JORNAL DE LONDRINA

DIVERGENTE

Vereadora tenta reabrir asilo

FERNANDO ARAÚJO

A vereadora e presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal, Sandra Graça (PDT), reuniu na manhã de ontem representantes de diversos órgãos públicos para tentar convencê-los a reabrir o Asilo Ebenzer, interditado pela Justiça no último dia 26 a pedido do Ministério Público. A entidade é acusada de não ter condições para atender os idosos que estavam internados. Desde seu fechamento, dois idosos que estavam no asilo morreram em hospitais da Cidade e outros dois permanecem hospitalizados.

Além de vereadores, participaram da reunião representantes do asilo, da Vigilância Sanitária, do Conselho Regional de Enfermagem (Coren) e a secretária do Idoso, Maria Angela Santini. Representantes do Ministério Público (MP) foram convidados, mas não participaram da reunião. Segundo a assistente social do MP, Maria Giselda de Lima, não houve convite oficial e a Promotoria decidiu "não participar de reunião". "A defesa deve ser feita nos autos. Agora eles devem comprovar que não há problemas", disse a assistente.

Os representantes dos órgãos presentes na reunião decidiram voltar ao asilo para averiguar se as melhorias recomendadas foram feitas. "Temos que unir esforços para viabilizar a reabertura do asilo. Adequações são necessárias, mas seus custos são elevados e o executivo precisa ajudar,

até porque está previsto em lei", defendeu Sandra Graça.

Na reunião, também houve momentos de críticas ao Ministério Público, que foi considerado apressado no pedido de interdição. O presidente da ONG Associação Londrinense de Assistência Aliança (mantenedora do asilo), Clóves de Pinho, alegou que o MP não respeitou prazos estipulados para que a entidade fizesse as mudanças.

Segundo Pinho, quando o asilo foi interditado, a entidade já havia resolvido os problemas com a estrutura do prédio e contratado funcionários. "No dia 24 começamos a fazer a reforma e um dia depois recebemos a informação que iriam fechar", comentou, disparando críticas contra o promotor de Defesa do Idoso, Tiago Gerardi e o chefe da Vigilância Sanitária, Marcelo Viana de Castro. "O promotor foi um traidor. Ele disse que poderia se-

gurar mais uns dias o pedido porque estávamos fazendo as melhorias. O Marcelo (Castro) também disse que estava tudo certo". A reportagem não conseguiu manter contato na tarde de ontem com o promotor e o chefe da Vigilância.

INTERDIÇÃO - O fechamento do Asilo Ebenzer foi feito após vistorias da Secretaria Municipal do Idoso, Coren, Vigilância Sanitária e Ministério Público. Todos os órgãos apontaram irregularidades encontradas no serviço, que atendia 37 pessoas. "O problema que vimos é de que não havia equipe de enfermagem para atender 24 horas os idosos. Isso é fundamental e básico, pois existiam pessoas que precisavam de atendimento diário", disse a fiscal do Coren, Olinda Nakayama.

Para a secretária do Idoso, Maria Angela Santini, a interdição era necessária, pois a direção do asilo não participava de reuniões para discutir a política asilar. "Existiam motivos para o fechamento em razão das irregularidades encontradas", afirmou. "Os relatórios também apontavam outros 60 itens de problemas, como falta de adequações estruturais

para a locomoção dos idosos e conserto dos pisos".

MORTES - As razões das mortes dos dois idosos que estavam no asilo Ebenzer serão investigadas pela polícia, a pedido do Ministério Público, que solicitou aos hospitais os prontuários deles e suspeita de negligência no atendimento aos idosos. Maria Angela Santini disse que também aguarda o relatório dos hospitais para adotar eventuais medidas.

A vereadora Sandra Graça chegou a arriscar que a morte dos idosos tem relação com o processo de interdição. Ela acredita que o "trauma" da medida influiu na saúde deles. "Deve ter sido um grande trauma para eles. E sabemos que o aspecto psicológico influiu muito", opinou.

O diretor da entidade mantenedora também se isentou de responsabilidade. Segundo Clóves de Pinho, um dos idosos seria encaminhado para o hospital no dia da interdição e outro deveria ser pego pela família também na mesma data do fechamento. "A partir daí nós não tínhamos mais o controle do asilo. Até para fazer uma ligação por telefone era preciso pedir", alegou.



Clóves de Pinho, responsável pelo asilo Ebenzer, critica MP e diz que fez melhorias no prédio

PÓS-GRADUAÇÃO		
Controladoria e Gestão Financeira		
(43) 255-8500 www.faccar.com.br		
Faculdade Paranaense FACCAR		

FOLHA DE LONDRINA

Vereadores defendem reabertura de asilo

Camilla Rigi
Reportagem Local

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa da Cidadania da Câmara de Vereadores de Londrina defendeu a reabertura do asilo Ebenézer, localizado no Jardim Itapoá (Zona Sul). A posição foi tomada ontem após uma reunião com representantes do Conselho Regional de Enfermagem (Coren), Secretaria Municipal do Idoso, da Vigilância Sanitária e da organização não-governamental Associação Londrinense de Assistência (Aliança), responsável pela administração do asilo.

O Ebenézer foi fechado na última quinta-feira por determinação da Justiça, com base em relatórios apresentados pelo Coren, Vigilância Sanitária e Ministério Público (MP). Os documentos alertavam sobre problemas na estrutura do prédio e falta de profissionais qualificados. Dois idosos faleceram após o fechamento da instituição.

Segundo a avaliação da presidente da comissão, a vereadora Sandra Graça (PDT), a decisão

do MP foi precipitada, uma vez que a instituição atua na cidade há dez anos e foi considerada uma referência no ano passado, quando teve início a discussão sobre a política asilar.

O presidente da Aliança, pastor Cloves José do Pinho, alegou que a Vigilância Sanitária e Coren não respeitaram os prazos dados para a adequação do quadro de funcionários e da estrutura. "Nós tínhamos contratado mais um enfermeiro padrão para termos equipe 24 horas, exatamente da forma como o Coren pediu. Além disso, no dia 24 de fevereiro nós já tínhamos iniciado a reforma do prédio", conta.

Nenhum representante do MP compareceu. Equipes do Coren, da Vigilância Sanitária e a Secretaria do Idoso têm 19 dias para fazer uma nova visita ao asilo e apresentar um relatório aos vereadores sobre atual situação da entidade. Até a próxima reunião o asilo deve permanecer fechado.

A Folha procurou o promotor da Defesa do Idoso de Londrina, Tiago de Oliveira Gerardi, no Fórum, mas ele não foi encontrado.

e) **Violência em Londrina**

A matéria “Londrina está entre as cidades mais violentas” publicada no (JL), do dia 29/02/04, publicada na página 3A da editoria Cidade teve repercussão na Sessão da Câmara do dia 02/03/04. A reportagem comparava a violência em Londrina com outras cidades do Brasil. Na linha fina o texto frisava: “Levantamento demonstra que índice de assassinatos já está próximo ao de metrópoles como Rio e São Paulo. A reportagem destacava que em Londrina, o índice de homicídios por grupos de 100 mil habitantes, no ano de 2003, tinha sido de 41,1%, bem superior ao de Porto Alegre (20,5%), Florianópolis (15,98%) e Joinville (13,6%). O vereador Jamil Janene (PDT), presidente da Comissão de Defesa ao Consumidor e Segurança Pública comentou que em 2003, Florianópolis teve 59 homicídios, enquanto em Londrina foram 144 homicídios:

Não quero fazer comparações, quero apenas que o compromisso assumido pelo Secretário Estadual de Segurança com a cidade seja levado a sério. Há 20 anos a cidade de Londrina não recebe policiais. Hoje fiquei sabendo que chegaram 139 policiais, mas cidade precisa de 300.

A afirmação foi questionada por João Abussafi (PMDB), partido do governador do Estado Roberto Requião:

No último dia 16 de fevereiro estive em Florianópolis, juntamente com os vereadores Rubens Canizares, Sidney de Souza, Flávio Vedoato e o presidente da Casa, vereador Orlando Bonilha, e, até aquela data, Florianópolis, com 350 mil habitantes, já contava com 30 homicídios, enquanto Londrina, com 500 mil habitantes, está na faixa de 24 homicídios. Não estou questionando os números veiculados pela imprensa, estou apenas fazendo uma constatação.

Jamil Janene disse que iria agendar uma audiência com o Secretário Estadual de Segurança Pública Luís Fernando Delazari, e convidá-lo para que venha a Londrina e, juntamente, com as entidades que elaboraram o Plano de Segurança da cidade, assuma o compromisso de enviar o mais rápido possível o número de policiais que o município precisa para melhor combater a violência.

f) **Crise no Hospital Evangélico**

A crise financeira no Hospital Evangélico (HE) de Londrina agendou três sessões da Câmara, nos dias 04/03, 11/03 e 18/03. A situação do HE foi veiculada pela imprensa pela primeira vez no dia 03/03/04, quando o (JL) publicou a matéria “Saúde: Evangélico demite 71 funcionários”, que trazia entrevista com Ana Maria Cruz, presidente do Sindicato dos Servidores de Saúde de Londrina (Sinsaúde) e com o Secretário Municipal da Saúde, Sílvio Fernandes. Vale ressaltar que a situação financeira do HE é um problema crônico, em 1999, por exemplo, o HE deixou de atender pelo Sistema Único de Saúde, alegando dificuldades financeiras.

No dia 04/03, o (JL) voltou ao tema com a matéria “Em crise, Hospital Evangélico pede ajuda”. Na Sessão da Câmara do dia 04/03, os vereadores Maurício Barros (PT), Sidney de Souza (PTB) e Carlos Bordin (PP) comentaram o assunto em seus pronunciamentos, referindo-se às matérias veiculadas na imprensa. O vereador Maurício Barros disse que levaria o problema do HE para a Comissão de Seguridade Social da qual faz parte. No dia 05/03, a discussão da Câmara agendou a imprensa: “Câmara quer discutir crise no Evangélico” (JL) e “Câmara discute situação do HE” (FL), que informavam que a Comissão de Seguridade Social da Câmara havia agendado reunião com a direção do Hospital. Na Sessão da Câmara do dia 09/03, a crise no HE voltou a ser discutida.

O vereador Tercílio Turini (PSDB) informou que a Comissão de Seguridade Social havia convocado uma Audiência Pública para o dia seguinte com a finalidade de discutir a crise no HE e que haviam sido convidados deputados estaduais e federais pela cidade, o Conselho Municipal de Saúde e outras entidades. Na Sessão do dia 17/03, os vereadores Tercílio Turini e Maurício Barros, membros da Comissão de Seguridade Social, protocolaram o Requerimento 228/2004, no qual solicitavam que o Diretor Geral do HE

respondesse à Câmara as seguintes questões: 1ª) Qual a origem dos problemas financeiros enfrentados atualmente pelo HE?; 2ª) Qual o montante da dívida?; 3ª) Qual é o número de funcionários que o estabelecimento demitiu neste ano?; 4ª) Haverá mais demissões? e 5ª) Com as demissões haverá prejuízo na qualidade do atendimento aos usuários? O Requerimento foi aprovado em regime de urgência. A imprensa não voltou mais a noticiar o assunto que também não voltou à pauta da Câmara até o final de nossa pesquisa, no dia 23/04.

SAÚDE

Evangélico demite 71 funcionários

STELLA MENEGHEL

Cinquenta e um funcionários foram demitidos nesta segunda-feira do Hospital Evangélico devido às dificuldades financeiras que a instituição passa. Há cerca de 15 dias, outros 20 funcionários foram dispensados. Com o total de demissões, a unidade reduziu em 7,5% seu quadro de funcionários (que tem um total de 940). A categoria está recosa com a possibilidade de novas demissões.

As dispensas foram confirmadas ontem pela presidente do Sindicato dos Servidores de Saúde de Londrina (Sinsaúde), Ana Maria da Cruz. "A direção nos chamou para falar da sua situação financeira. Apesar do problema (das demissões), essa foi a primeira vez que uma direção do hospital discutiu esse assunto conosco e com a socie-

dade e falou da sua situação", observou ela.

A presidente do Sinsaúde observou que as dificuldades financeiras que o hospital hoje passa são reflexos das administrações anteriores. "Sempre camuflaram essa discussão", disse. Ela disse que o Evangélico assegurou que não haveria atraso no salário, como aconteceu durante muito tempo. O problema só foi eliminado com uma decisão judicial que obrigou a instituição fazer o pagamento dos funcionários em dia.

Ana Maria da Cruz observou que as demissões vão sobrecarregar os funcionários. "O hospital já trabalha com número de funcionários abaixo do mínimo necessário. Mas a dedicação dos que ficaram pode compensar essa falta", observou. A situa-



Ana Maria da Cruz, do Sinsaúde: categoria teme mais demissões

ção do hospital será discutida em uma reunião com a categoria nesta semana e deve ser levada ao Conselho Municipal de Saúde.

A reportagem tentou entrar em contato com a direção do hospital, mas não conseguiu lo-

da direção e que o Município está tentando cooperar nesse sentido. "Estamos ajudando dentro dos limites legais e de recursos que temos. Conseguimos elevar a remuneração feita pela UTI do hospital e conseguimos em 2001 o credenciamento de alguns serviços", disse.

"Esperamos que o Evangélico consiga resolver o problema, pois a Cidade não suportaria o fechamento do hospital", ressaltou o secretário. O Evangélico é um dos três hospitais de Londrina que faz atendimentos de maior complexidade, juntamente com a Santa Casa e o Hospital Universitário. Em dezembro de 1999, o hospital anunciou que fecharia o atendimento de pacientes do SUS no pronto-socorro devido às dificuldades financeiras.

calizar ninguém por volta das 19 horas, quando obteve a confirmação das demissões.

O secretário municipal de Saúde, Sílvio Fernandes, afirmou que já teve as informações sobre as dificuldades fi-

SAÚDE

Em crise, Hospital Evangélico pede ajuda

Discussão começou em função de demissões; unidade é uma das três com atendimento de alta complexidade

STELLA MENEGHEL

Estremando uma crise financeira há alguns anos, o Hospital Evangélico, por meio da nova diretoria, busca ajuda governamental e da comunidade evangélica para manter a unidade funcionando. A direção não revela o tamanho da dívida e quando ela pode ser paga, mas afirma que não demite mais funcionários. Recentemente, 71 trabalhadores foram dispensados. O sindicato da categoria (Sisindes) defende uma discussão pública do assunto e que a comunidade evangélica ajude no saneamento financeiro.

A nova diretoria do hospital assumiu em 9 de fevereiro e tem buscado alternativa para superar a crise. "As dificuldades foram se acumulando e agora temos que tomar medidas drásticas, não podemos mais contar com angústias", afirmou o gestor financeiro Luiz Bouay.

Segundo ele, entre as principais medidas está a reestruturação interna, desde minorar a quantidade das ações da instituição até a busca de maior produtividade dos funcionários. "Temos cerca de 4 funcionários por leito. Há hospitais que atendem com menos e prestam um serviço de qualidade", ressaltou o diretor, que não descartou a possibilidade de novos demissões.

A diretoria evita falar sobre o tamanho da dívida, que está sendo negociada com o fornecedor de equipamentos médicos. "Não temos muitos recursos, estamos fazendo o melhor possível", disse. Ele informou que uma comissão externa está analisando todos os documentos do hospital desde setembro. "Não estamos procurando cobrir as despesas. As despesas anteriores foram o possível naquele momento".

Bouay seguiu a possibilidade de fechamento de alguns dos atendimentos presenciais aos pacientes do sistema único de saúde (SUS). "Não não posso pela minha cabeça. Acometerei só pela total impossibilidade de continuarmos abertos", afirmou.

AJUDA - Mas a reestrutura interna não solucionou os problemas do hospital e, por isso, a direção está buscando ajuda externa. "A entrada em contato com representantes dos governos federal, estadual e municipal e com políticos. A ajuda deles é nossa grande esperança", ressaltou a gestora administrativa, Marcia Hernacin.

Outra possível fonte é a comunidade evangélica, que há 55 anos ajudou a construir o hospital. "No espaço mais curto de tempo e de fora que esperamos uma ajuda", observou a gestora. Essa ideia também é defendida pelo diretor. "A informação que temos é que a comunidade evangélica não sabe da profundidade da crise do hospital. Defendemos a maior participação deles, assim como da comunidade em geral", afirmou a presidente da entidade, Ana Maria da Cruz.

Ela disse que levou o assunto para discussão no Conselho Municipal de Saúde e na Câmara. "O Evangélico é referência no atendimento, é importante que esteja aberto. Além disso, nós, do lado de cá, temos que trabalhar para manter os templos. A direção do hospital pela primeira vez abriu esse debate conosco e não vamos deixar isso passar", ressaltou.

O Hospital Evangélico tem hoje 940 funcionários e 220 leitos. É um dos três hospitais da região que prestam atendimento de alta complexidade. De outros dois são Santa Casa e Hospital Imaculado.



O evangélico ficou conhecido por divulgar o Movimento Schoenstatt no mundo; no entanto, a caridade e o carisma



Cardinal Tolentino de Foz de Iguaçu

FOLHA DE LONDRINA

Câmara discute situação do HE

Adriana Savicki
Reportagem Local

Conselho Municipal de Saúde, vereadores, representantes do Executivo e de outros setores da saúde devem se reunir na sexta-feira para discutir a situação do Hospital Evangélico (HE) de Londrina. O hospital passa por uma crise financeira e demitiu, desde janeiro, segundo o Sindicato dos Empregados do setor (SinSaúde), mais de 100 funcionários.

Ontem à tarde, o assunto tomou boa parte da sessão da Câ-

mara, de onde surgiu a iniciativa do encontro. "Eles estão reduzindo o número de funcionários e os que ficam estão sobrecarregados", relatou a presidente do SindSaúde, Ana Maria Cruz. Ela também afirma que parte dos demitidos está sem receber o acerto.

Segundo ela, a nova direção do hospital, que tomou posse há três semanas, já sinalizou a possibilidade de fechar a instituição caso não ocorra equilíbrio nas contas. "Londrina tem três grandes hospitais que trabalham no limite da capacidade se qualquer

um deles reduzir leitos ou fechar vai se instalar um caos", afirma o vereador Tercílio Turini (PSDB).

A gestora administrativa do HE, Marisa Ferracini, avaliou positivamente a iniciativa. "Nós estamos no meio de uma crise que não é só do hospital, mas de todo país. Estamos administrando diariamente os problemas e esperamos contar com a comunidade." O HE não informou o montante da dívida. Com relação ao acerto dos funcionários, Marisa afirmou que o HE está dentro do prazo legal para o pagamento.

JORNAL DE LONDRINA

SAÚDE

Câmara quer discutir crise do Evangélico

LINO RAMOS

A Comissão de Seguridade da Câmara agendou uma reunião para o dia 12, às 14 horas, com o objetivo de discutir a crise enfrentada pelo Hospital Evangélico de Londrina (HE). Devem participar do encontro representantes sindicais, do Estado e do Município e diretores de hospitais. Na avaliação do vereador Maurício Barros (PT), membro da Comissão Permanente de Seguridade, há o risco de a instituição interromper o atendimento aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), a exemplo do que fez com seu pronto-socorro.

Ontem à tarde, a presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde (Sinsaúde), Ana Maria da Cruz, falou aos vereadores sobre a crise enfrentada pelo HE, que, segundo ela, já resultou na demissão de 106 trabalhadores, a maioria do setor de enfermagem.

Na avaliação de Ana Maria,

o HE pode ser auxiliado pela comunidade, mas precisa abrir suas contas e mostrar qual é a composição e o valor de suas dívidas, incluindo rescisões trabalhistas, fornecedores e encargos atrasados. "O Município já vem contribuindo e podemos tentar auxílio junto ao Estado e o governo federal, mas para isso é necessário vontade política da direção do hospital", afirmou.

Segundo ela, os funcionários do HE trabalham em situação precária porque não sabem se irão receber salário e vale-transporte. Além disso, faltam roupas e remédios e até a alimentação dos pacientes está comprometida. Ana Maria da Cruz lembra que em setembro do ano passado o hospital enfrentava mais de 280 ações trabalhistas.

Maurício Barros diz que é preciso garantias de que o Hospital Evangélico não vai inter-

romper o atendimento pelo SUS, porque a instituição é um dos três hospitais terciários (com atendimento mais complexo) para Londrina e região, ao lado da Santa Casa e do Hospital Universitário (HU).

Ele disse ainda que é preciso garantir o emprego dos 940 funcionários e pagamento de direitos trabalhistas àqueles que foram demitidos. Segundo Barros, também é preciso saber o real valor da dívida contraída pelo HE. "Mesmo com os três hospitais, há filas para cirurgias, internamentos em corredores. Se fechar um desses hospitais será o caos", comentou.

A reportagem não conseguiu ouvir ontem a nova direção do HE, que tomou posse no início do mês passado. Anteontem o gestor-financeiro do hospital, Luiz Koury, descartou suspensão do atendimento aos pacientes do SUS.

g) **Bilhete Eletrônico**

Na edição do dia 6/03, a (FL) publicou a matéria “Pais questionam bilhetagem eletrônica”, editoria Cidade, página 3, sobre a implantação do sistema de bilhete eletrônico nos ônibus urbanos. Os pais dos alunos que têm direito ao desconto do passe escolar reclamavam que o bilhete eletrônico era programado para ser aceito apenas nas linhas do trajeto – casa do estudante e escola – e nos horários das aulas, o que impedia os filhos de irem à biblioteca pública ou fazer trabalhos em outros horários e locais.

No dia 16/03/04, o vereador Tercílio Turini (PSDB) deu entrada ao Projeto de Lei 092/2004, que tinha como súmula: “Estabelece que na implantação do Cartão-Transporte-Estudante (CTE) no transporte coletivo urbano do Município ficam mantidos e assegurados aos estudantes os atuais direitos e normas referentes à concessão do passe-escolar”. No Projeto de Lei, o vereador reproduz literalmente na Folha 4, cinco parágrafos da matéria veiculada pela (FL) no dia 06/03/04. Além disso, o vereador cita o nome do jornal e a editoria na qual a matéria foi publicada.

Temos, nesses sete casos, exemplos de como a imprensa agenda pronunciamentos nas sessões da Câmara, ações dos vereadores que podem ser por meio de requerimentos e projetos de Lei, além dos trabalhos das Comissões Parlamentares. Percebemos também que em alguns casos, imprensa e Câmara se agendaram mutuamente, havendo uma retroalimentação e circularidade da informação. No caso do “Bilhete Eletrônico” a opinião pública pautou a imprensa e esta pautou a Câmara. Isso vem demonstrar que, o agendamento é um processo de muitas vias e que pode ser estudado a partir de diferentes segmentos. No entanto, neste trabalho, estamos apenas nos limitando no agendamento entre imprensa/Câmara-Câmara/imprensa.

FOLHA DE LONDRINA

Pais questionam bilhetagem eletrônica

A reclamação é que novo sistema, implantado este mês, poderá prejudicar atividades extra-curriculares dos estudantes

Adriana Savicki
Reportagem Local

Implantada com o intuito de aplicar o sistema de bilhetagem eletrônica, a Prefeitura de Londrina, por meio da Secretaria Municipal de Educação, está enfrentando uma série de reclamações por parte dos pais e estudantes. Segundo os pais, o novo sistema, que prevê a cobrança de uma taxa de R\$ 1,00 por dia de ausência, não considera as atividades extra-curriculares dos estudantes, o que gera uma série de problemas.

Para cobrir o custo do sistema, a Prefeitura de Londrina decidiu cobrar uma taxa de R\$ 1,00 por dia de ausência. No entanto, muitos pais reclamam que essa taxa é muito alta, especialmente para famílias de baixa renda. Além disso, eles afirmam que o sistema não considera as atividades extra-curriculares dos estudantes, o que gera uma série de problemas.

Por conta disso, os pais estão pressionando a Prefeitura de Londrina para que revise o sistema. Eles afirmam que a taxa é muito alta e que o sistema não considera as atividades extra-curriculares dos estudantes, o que gera uma série de problemas.

Para os pais, a taxa é muito alta, especialmente para famílias de baixa renda. Além disso, eles afirmam que o sistema não considera as atividades extra-curriculares dos estudantes, o que gera uma série de problemas.

O assessor técnico de Transição e Urbanização (CMTU), Marco Antônio Bacarin, afirma que o sistema foi desenvolvido para garantir a cobrança da taxa de R\$ 1,00 por dia de ausência. No entanto, ele reconhece que o sistema não considera as atividades extra-curriculares dos estudantes, o que gera uma série de problemas.

Marco Antônio Bacarin, assessor técnico de Transição e Urbanização (CMTU), afirma que o sistema foi desenvolvido para garantir a cobrança da taxa de R\$ 1,00 por dia de ausência. No entanto, ele reconhece que o sistema não considera as atividades extra-curriculares dos estudantes, o que gera uma série de problemas.

Marco Antônio Bacarin, assessor técnico de Transição e Urbanização (CMTU), afirma que o sistema foi desenvolvido para garantir a cobrança da taxa de R\$ 1,00 por dia de ausência. No entanto, ele reconhece que o sistema não considera as atividades extra-curriculares dos estudantes, o que gera uma série de problemas.



Os alunos só podem usar o cartão-escola em livros e materiais pré-determinados

Maioria ainda não recebeu carteiras de passe

Há quase um mês do início das aulas na rede pública, muitos alunos ainda não receberam suas carteiras de passe. Segundo os pais, a Prefeitura de Londrina não está conseguindo entregar os cartões para todos os estudantes. Além disso, eles afirmam que o sistema não considera as atividades extra-curriculares dos estudantes, o que gera uma série de problemas.

Marco Antônio Bacarin, assessor técnico de Transição e Urbanização (CMTU), afirma que o sistema foi desenvolvido para garantir a cobrança da taxa de R\$ 1,00 por dia de ausência. No entanto, ele reconhece que o sistema não considera as atividades extra-curriculares dos estudantes, o que gera uma série de problemas.

Os sete assuntos que tiveram agendamento na Câmara foram publicados com destaque, ou seja, com fotos, infográficos, boxes, suítes e abrindo páginas. No campo do jornalismo esses são critérios adotados para matérias consideradas relevantes. Isso vem confirmar o que Wolf (2002) chama de conceitos de determinação do *agenda-setting* como, relevância, acumulação, consonância, onipresença, centralidade, saliência e focalização, definidos no **Capítulo II** desta dissertação. Os temas veiculados pela imprensa com essas características têm um poder de agendamento porque chamam mais a atenção do receptor da mensagem. Esse efeito também é salientado por Hall *et. al.* (1993, p. 233) quando observam que a atenção concentrada da mídia confere um estatuto de elevado interesse público às questões salientadas; essas são geralmente compreendidas por todos como as questões prementes do dia. Para os autores, isso caracteriza o *agenda-setting*, argumentando que a marcação das agendas tem também um efeito de confirmação da realidade.

Outro aspecto observado foi que os assuntos veiculados pela editoria **Cidade** dos jornais tiveram um poder de agendamento maior sobre os vereadores do que aqueles publicados na editoria de **Política**. Nesse caso, podemos considerar que os temas relacionados à política são de maior domínio dos vereadores, ou seja, são assuntos *obtrusive*, portanto têm um nível menor de agendamento, enquanto assuntos como, por exemplo, passe-escolar, crise em hospitais e asilos, venda de empresas de TV a Cabo, não fazem parte do dia-a-dia dos vereadores, ou seja, são considerados temas *non-obtrusive*, fazendo com que os parlamentares ficassem mais dependentes das informações veiculadas pela imprensa. Entretanto, é preciso ressaltar que estamos analisando os conceitos *obtrusive* e *non-obtrusive* dentro de um cenário específico, na visão de um público também específico e em um intervalo de tempo determinado. No caso da crise no Hospital Evangélico, o agendamento levou à elaboração de um Requerimento convidando o diretor

do hospital a comparecer na Sessão da Câmara para dar mais detalhes sobre a crise financeira na Instituição.

5.1. A cobertura jornalística na Câmara e os critérios de seleção

Se por um lado a imprensa agenda temas para a Câmara, esta agenda a pauta jornalística de maneira bastante uniforme. Durante os 37 dias - 16/02 a 23/03/04 - da nossa pesquisa, foram publicadas nas editorias de **Política** e **Cidade** dos jornais (FL) e (JL) 22 matérias sobre a Câmara. Desse total, 18 estiveram na pauta dos dois jornais na mesma data e abordando o mesmo assunto, como mostra o quadro abaixo:

QUADRO 8

Matérias sobre a Câmara veiculadas nas editorias de **Política** e **Cidade** dos jornais (FL) e (JL) no período da pesquisa

MANCHETES	JORNAL	DATA
1) Vereador novato é líder de Nedson na Câmara	FL	18/02/04
2) Cardoso assume e vira líder de governo	JL	18/02/04
3) Câmara de Londrina define membros do Conselho de Ética	FL	27/02/04
4) Tucano é presidente do Conselho de Ética	JL	27/02/04
5) Aprovada verba para Centro de Detenção	FL	03/03/04
6) Nova cadeia: Câmara aprova verba para terreno	JL	03/03/04
7) Vereadores defendem reabertura de asilo	FL	04/03/04
8) Vereadora tenta reabrir asilo	JL	04/03/04
9) Câmara discute situação do HE*	FL	05/03/04
10) Câmara quer discutir crise no Evangélico	JL	05/03/04
11) Aprovada doação para Fundação Galvão Bueno	FL	10/03/04
12) Fundação ganha terreno em área nobre	JL	10/03/04
13) Vereadores questionam déficit da companhia	FL	17/03/04
14) Déficit da CMTU** chega a quase R\$ 5 milhões	JL	17/03/04
15) Polêmica: vereadores debatem projeto do Teatro Municipal	FL	20/03/04
16) Vereadores não votam projeto do Colossinho	JL	20/03/04
17) Vereadores mudam nome de Avenida Ayrton Senna	FL	24/03/04
18) Câmara muda nome de avenida	JL	24/03/04

HE: Hospital Evangélico

CMTU: Companhia Municipal de Transporte Urbano (CMTU)

Além desse consenso na pauta dos dois jornais, percebemos na análise das matérias uma predominância de fontes. Os vereadores Carlos Bordin (PP), Orlando Bonilha (PFL), Maurício Barros (PT), Sandra Graça (PDT), Nelson Cardoso (PT) e Tercílio Turini (PSDB) são os que mais aparecem como entrevistados. Mas isso pode ser explicado, em parte, pelos temas que estiveram em evidência na pauta nesse período em questão e também pelo papel que exercem dentro da Câmara: Orlando Bonilha é presidente da Casa, Carlos Bordin ocupa o cargo de 1º Secretário e é presidente de Comissão; Nelson Cardoso é líder do Executivo e presidente de Comissão; enquanto Tercílio Turini, Maurício Barros e Sandra Graça são presidentes de Comissões Parlamentares.

Entretanto, verificamos durante a pesquisa que a maior presença do vereador na imprensa está muito condicionada à sua atuação na Câmara e o poder que ele exerce em determinadas ocasiões. Por exemplo, como descrevemos no **Capítulo IV**, o vereador Rubens Canizares (PHS) apareceu 35 vezes na imprensa (FL) e (JL) no segundo semestre de 2003 porque era presidente da Comissão Especial de Investigação (CEI) de irregularidades na aplicação dos recursos da Lei de Incentivo à Cultura. Essa prática jornalística em relação às fontes é observada por Wolf (2002, p. 224). Conforme o autor, as pessoas com maior poder econômico ou político têm acesso mais fácil aos jornalistas. Para Wolf, a relação entre fontes e jornalistas se assemelha a uma dança, com as fontes tentando ter acesso aos jornalistas e estes tentando aproximar-se das fontes. Entretanto, segundo o autor, na maioria das vezes a dança é conduzida pelas fontes.

Durante a pesquisa na Câmara verificamos que essa aproximação entre os repórteres setoristas da Câmara e os vereadores se concretiza através da Assessoria de Imprensa da Câmara, que indica aos jornalistas qual vereador deve ser entrevistado sobre determinado assunto. Em alguns casos, o próprio repórter pergunta à Assessora de Imprensa qual vereador ele deve entrevistar. De certa forma, esse procedimento explica a

uniformidade na pauta jornalística: os assuntos são os mesmos e as fontes também. Como verificamos, os repórteres chegam à Câmara e se dirigem primeiro à Assessoria de Imprensa e perguntam à Assessora o que será discutido de importante na Sessão daquele dia. Isso demonstra uma certa dependência da imprensa em relação às fontes institucionais, o que reforça a tendência geral, tanto profissional como administrativa do Jornalismo, de privilegiar as fontes institucionais e estáveis, isto é, as fontes oficiais. No Brasil, essa tendência foi ainda mais reforçada durante os 21 anos de regime militar porque a centralização do poder e censura direta e indireta na imprensa não deixava alternativa aos jornalistas (LIMA apud ADGHIRINI, 2002, p. 445).

Para Wolf (2002, p. 223), a vantagem de se trabalhar com fontes institucionais é que elas fornecem materiais confiáveis e suficientes para produzir a notícia, permitindo assim que os órgãos de informação não tenham de recorrer a demasiadas fontes para obterem os dados ou elementos necessários. Concordamos com Wolf, mas é preciso um certo cuidado para que a imprensa não seja apenas uma correia de transmissão do que a fonte diz. É preciso reconhecer que se trata de um jogo delicado porque os políticos (fontes) são muito mais maduros e espertos do que muitos jornalistas. Essa dependência da imprensa das fontes institucionais pode gerar um Jornalismo pouco crítico e investigativo. Como percebemos durante nossa pesquisa, os dois jornais não publicaram nenhuma matéria de crítica à Câmara Municipal.

Verificamos também que durante a cobertura das Sessões da Câmara, os jornalistas dos vários veículos (jornais, rádios e televisões) conversam entre si e perguntam o que cada um vai privilegiar como notícia. O resultado é que todos entrevistam os mesmos vereadores sobre o mesmo assunto, o que contribui para uma produção jornalística consensual. Como bem coloca Bourdieu (1997, p. 32) para saber o que se vai dizer é

preciso saber o que os outros vão dizer. Esse é um dos mecanismos pelos quais se gera a homogeneidade nos processos jornalísticos.

Essa prática do *pool* entre os profissionais da imprensa é uma forma de proteção mútua contra de possíveis cobranças das chefias. Percebemos que o hábito do *pool* é bastante consolidado na cobertura das Sessões da Câmara Municipal de Londrina, o que acaba gerando uma uniformidade jornalística, como mostra o **Quadro 8**. Nesse sentido, o agendamento é constituído a partir de referências determinadas por um grupo privilegiado de profissionais que reproduzem sincronizadamente o que ocorre dentro do poder Legislativo municipal. Essa prática do *pool* é reforçada em entrevista com a jornalista Adriana Savicki, setorista da (FL) na Câmara:

A gente acaba discutindo sim, o que está rolando e no meio da conversa a gente acaba trocando figurinhas. Eu acredito que sim. Não que isso seja assim um acordo tácito direto. No meio do bate-papo a gente acaba meio que...acho que a imprensa toda acaba se direcionando por um lado ou outro. Mas de uma forma geral a gente acaba conversando sim.⁵²

Para Traquina (2004, p. 201) essa prática faz parte da Teoria de Interação Social que ocorre entre jornalistas e fontes, mas também entre os próprios jornalistas, como membros de uma comunidade profissional. Para o autor, essa interação é decisiva no processo de consenso, que resulta na consulta que o jornalista faz aos outros jornalistas, na troca de favores e ajuda entre membros da mesma comunidade. Traquina escreve que os jornalistas não só confiam nos outros jornalistas, mas também nas formas narrativas à volta das quais trabalham e discutem. Assim, o jornalismo e os jornalistas podem influenciar não só **sobre o que pensar**, mas também **como pensar**, fazendo com que os atributos enfatizados pelo campo jornalístico sejam passíveis de agendamento.

⁵² Entrevista gravada no dia 14/06/04.

Outro possível motivo da homogeneidade é que, na maioria das vezes, o repórter vai cobrir a Sessão da Câmara sem uma pauta definida pela editoria ou empresa na qual trabalha. Em sua entrevista Adriana Savicki diz que:

De um modo geral a gente não vai com a pauta. Às vezes acontece um dia ou outro de a gente ir lá com pauta. Mas de um modo geral não, de modo geral a gente vai...eu vou e eu mesmo me pauto dependendo do que está rolando por lá.

A tendência nesse caso é o jornalista ficar mais dependente da Assessoria de Imprensa da Câmara e de se pautar pelo que os demais colegas de profissão vão selecionar como notícia. Durante a observação da cobertura jornalística na Câmara percebemos que os repórteres se orientam muito pelo valor notícia. Para ser notícia, um fato deve ter atualidade, proximidade, proeminência (da pessoa envolvida), impacto e significância. Para sistematizar melhor o valor notícia, Wolf (2002, p. 190) utilizou o conceito de noticiabilidade. Para o autor, a noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos exigidos dos acontecimentos para adquirirem a existência pública de notícia. Não adquirindo o estatuto de notícia, o acontecimento é excluído do elenco de informações midiáticas. Um exemplo disso foi a cobertura da Sessão da Câmara do dia 17/02/04: a imprensa privilegiou como notícia a posse do vereador Nelson Cardoso (PT), que assumiu naquela data a vaga deixada pela vereadora Márcia Lopes Carvalho. Os demais assuntos discutidos naquela Sessão foram excluídos da agenda da imprensa como, por exemplo, o Projeto de Lei nº 244/2003 de autoria do vereador Sidney de Souza (PTB), sobre a regulamentação da tarifa social do serviço de água e esgoto da Companhia de Saneamento do Paraná, cuja aprovação era de interesse para a cidade.

Entretanto, para a imprensa, o acontecimento do dia foi a posse do novo vereador. Nesse caso se aplica bem a metáfora do “óculos” utilizada por Bourdieu (1997, p. 25) de que os jornalistas têm “óculos” especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem. Na visão do autor, os jornalistas

operam uma seleção e uma construção do que é selecionado. Para a editora de Cidade da (FL), jornalista Lucila Okamura, o critério de seleção do que será privilegiado como notícia sobre os vários assuntos discutidos nas sessões da Câmara é a importância que a matéria tem para a população:

Às vezes o assunto é tão pequenininho, tão picuinha, mas eles [vereadores] fazem um bolo, um carnaval, não sei o que, mas a gente não dá não. Não é pelo tempo de discussão deles, é mais pela importância que tem e quantas pessoas afetam, por exemplo, afeta muito a comunidade? Às vezes, assim, ficam lá discutindo nome de rua, não sei o que, isso não é tão importante pra gente⁵³.

Entretanto, como mostra o **Quadro 8**, na edição do dia 24/03/04, a editoria Cidade dos dois jornais privilegiou como notícia a mudança do nome da avenida Ayrton Senna para Nassib Jabur, pioneiro londrinense, enquanto que na (SO) da Câmara do dia anterior (23/03/04) foram discutidos assuntos de maior interesse para a população. Como exemplo, a aprovação do Projeto de Lei nº 82/2004, que autorizava ao Executivo a concessão de terreno para construção da sede da Associação Londrinense Interdisciplinar de Aids (ALIA). Nessa Sessão os vereadores discutiram também a solicitação de uma medida judicial para que a Sercomtel (Empresa de Comunicação e Telefonia de Londrina) deixasse de cobrar dos assinantes de telefone fixo a taxa mensal de assinatura básica, o que diminuiria o custo das faturas. Tais Assuntos eram de maior interesse para a população do que a mudança do nome de uma Avenida, mas que não foram selecionados pelos jornais.

No caso do agendamento da imprensa pela Câmara, percebemos também que o vereador tem uma participação indireta. Ele aproveita um tema que está na agenda da imprensa para direcionar sua ação no Legislativo porque sabe que a tendência da imprensa é usá-lo como fonte para entrevistas e, com isso, ele ganhará visibilidade na mídia. Isso ficou bastante evidente nos casos: a) **Wal-Mart versus Teatro Municipal**, quando o vereador Carlos Bordin (PP) entrou com um projeto para anular o Decreto do Executivo

⁵³ Entrevista gravada no dia 14/06/04.

que tornava de utilidade pública o terreno do Colossinho para a futura construção do Teatro Municipal; d) **Situação do Asilo Ebenézer** quando a vereadora Sandra Graça (PDT) levou o caso para a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania; e f) **Crise no Hospital Evangélico**, em que o vereador Maurício Barros disse que levaria o problema do hospital para a Comissão de Seguridade Social da qual faz parte. Nesses três casos, os vereadores ganharam visibilidade na imprensa.

Outra forma que os vereadores encontram para agendar a imprensa é procurando os repórteres ou editores das editorias de Política e Cidade dos jornais. Em entrevista, o editor de Política do (JL), jornalista Nelson Bortolin confirma essa prática:

Os vereadores quase que diariamente me procuram para informar, para passar informação, informação de bastidores ou informação mesmo do seu mandato, que quer uma Nota ou sugerir uma matéria, isso é bastante freqüente.⁵⁴

Entretanto, as editoras Carla Nascimento, da editoria Cidade (JL), Elizabeth Debertólis, editoria de Política (FL) e Lucila Okamura, da editoria Cidade (FL), disseram na entrevista que não é comum os vereadores procurá-las pessoalmente, por telefone ou através de seus assessores para informar sobre suas atividades como parlamentar. Elas afirmaram que essas informações chegam no jornal através da Assessoria de Imprensa da Câmara. As entrevistas realizadas com jornalistas, editores e a assessora de imprensa da Câmara ilustram bem o papel importante que a Assessoria exerce no processo de agendamento, como podemos observar no depoimento da jornalista Carla Nascimento, editora de Cidade do (JL):

A gente utiliza a Assessoria de Imprensa da Câmara para obter informações do que está acontecendo anteriormente para pautar e, mesmo na seqüência das Sessões para dúvidas ou para informações que ficaram pendentes. Os *releases* também a gente usa, principalmente para a pauta.⁵⁵

⁵⁴ Entrevista gravada no dia 16/06/04

⁵⁵ Entrevista gravada no dia 16/06/04

A assessora de imprensa da Câmara, Ana Paula Rodrigues Pinto, confirmou que os jornalistas responsáveis pela pauta nos jornais, rádios e televisão a procuram diariamente para saber qual o assunto mais importante que será discutido na Sessão da Câmara naquela semana. Ela confirma também que é de praxe os repórteres pedirem sugestões sobre qual vereador deve ser entrevistado, mas que deixa o jornalista bem à vontade para abordar o tema de acordo com a linha editorial do veículo para o qual ele trabalha.

Agora existe o trabalho de orientação. O trabalho de orientação é importante para que o jornalista possa enxergar quem é que a pessoa naquele momento que fala sobre determinado assunto ou de quem é a competência naquele momento para aquela discussão, certo? Mas eu procuro deixar bem à vontade para que o jornalista possa se posicionar da melhor forma dentro da linha editorial do veículo de comunicação.⁵⁶

Durante o período de acompanhamento na Câmara verificamos que a cobertura da imprensa é feita apenas nas duas primeiras horas – das 14 às 16 horas – sendo que as Sessões se estendem em média até às 18 ou 19 horas, dependendo da pauta de discussão. Isso porque os repórteres precisam retornar às redações para redigir os textos dentro do *deadline* estabelecido pelo jornal. Sabendo dessa rotina jornalística, a presidência da Câmara procura, na medida do possível, inverter a ordem da pauta para se adequar às exigências da imprensa, discutindo assuntos mais polêmicos no início da Sessão. Como observa Chaia (2004, p.13) para que a política se concretize na sociedade contemporânea é preciso que esta se torne pública, pois os acontecimentos políticos devem passar pelo impacto da mídia. Dessa forma, a política deve se adequar às regras da mídia, transformando-se, de certa maneira, em refém dos meios de comunicação.

Entretanto, o inverso também pode ocorrer. Quando não há interesse do Legislativo que determinado assunto seja veiculado pela imprensa, a tendência é prolongar

⁵⁶ Entrevista gravada no dia 11/06/04

a discussão para que esta ocorra quando os jornalistas já não estão mais presentes na Câmara. O resultado desse processo pode ser constatado nas páginas dos jornais no dia seguinte: tudo aquilo que foi discutido na Sessão da Câmara sem a presença da imprensa não é noticiado e, portanto, não aconteceu para a população e, conseqüentemente, não vai agendar a opinião pública como pressupõe o modelo do *agenda-setting*: os temas midiaticizados são mais propensos ao agendamento do que aqueles não midiaticizados.

Outro dado observado foi com relação ao comportamento dos vereadores durante as sessões: quando a imprensa está presente a atuação dos parlamentares é mais intensa, os discursos são mais enfáticos, emocionais, os vetos do Executivo a projetos de lei do Legislativo são criticados e assuntos que estão na pauta da imprensa são mais comentados. Depois que a imprensa se retira, o clima fica mais consensual e a sessão transcorre de forma burocrática, sem muita polêmica. Esse mesmo comportamento também pode ser observado nas sessões em que as galerias da Câmara estão lotadas por integrantes da comunidade. É uma situação muito semelhante a um espetáculo, quando o teatro ou o circo está lotado, os artistas apresentam maior entusiasmo. Como coloca Schwartzberg (1978) os profissionais do espetáculo e da política compartilham freqüentemente as mesmas atitudes, como se um *show business* se desdobrasse em *pol'business*:

O mundo do espetáculo e da política vai se entrosando cada vez mais. Como se, expostos às mesmas sujeições e igualmente forçados a seduzir o público, os *performers* [grifo do autor] do cinema e da política se compreendessem às mil maravilhas. (SCHWARTZENBERG, 1978, p. 153)

Durante a sessão também é comum os vereadores convidarem, informalmente, os jornalistas que estão fazendo a cobertura da Câmara para reuniões de que eles estarão participando, dizendo que isso poderá “render” matéria. É uma estratégia que os vereadores usam para tentar garantir visibilidade na mídia, o que às vezes acaba dando certo. Como foi mostrado no caso sobre o fechamento do Asilo Ebenézer, quando a vereadora Sandra Graça

(PDT) disse, durante a Sessão do dia 02/03/04, que como presidente da Comissão de Direitos Humanos, marcaria uma reunião com representantes do Asilo, da Vigilância Sanitária, do Conselho Regional de Enfermagem e da Secretaria Municipal do Idoso. A vereadora conseguiu agendar os jornais (FL) e (JL), que noticiaram o fato em matérias publicadas no dia 04/03/04.

5.2. O agendamento e suas prováveis consequências

Partindo da observação realizada nas Sessões Ordinárias da Câmara Municipal e do acompanhamento diário nas editorias de **Política** e **Cidade** dos jornais (FL) e (JL), verificamos que o agendamento entre imprensa/Câmara e Câmara/imprensa ocorre de diversas formas:

- 1) A imprensa agenda temas para o Legislativo que influenciam as ações dos vereadores através de pronunciamentos, requerimento, projetos de lei e abertura de Comissão Especial de Investigação, como aconteceu com a CEI da Cultura, mostrado no **Capítulo IV**.
- 2) Agenda temas para discussão em Comissões Permanentes como, por exemplo, o caso do fechamento do Asilo Ebenézer e a crise no Hospital Evangélico de Londrina.
- 3) Produz uma circularidade da informação (o caso, por exemplo, do Wal-Mart versus o Teatro Municipal e a Crise no Hospital Evangélico), em que o assunto saiu na imprensa, agendou a Câmara e voltou a agendar a imprensa novamente, o que demonstra uma influência mútua entre a agenda política e midiática.

- 4) A Câmara agenda a imprensa por meio de sua Assessoria de Imprensa que mantém um contato diário com os meios de comunicação local. Além disso, a imprensa também procura a Assessoria para se informar sobre as atividades do Legislativo.
- 5) Os vereadores tentam agendar a pauta jornalística procurando os jornalistas como mostra o depoimento do editor de **Política** do (JL); convidando os repórteres setoristas da Câmara para reuniões que serão realizadas e nas quais eles vão participar e tomando decisões a partir de temas que estão em evidência na imprensa, como foi mostrado nos casos do Wal-Mart, do Asilo Ebenezer e do Hospital Evangélico.
- 6) O agendamento pode levar a uma uniformidade na pauta jornalística, como mostrou o **Quadro 8**.

Nesse sentido, podemos dizer que a imprensa tem a capacidade de agendar componentes da atividade parlamentar. Como já havia constatado por McCombs e Shaw nos estudos sobre o *agenda-setting*, os políticos criam situações para chamar a atenção da imprensa e tentam fazer parte da agenda midiática pela seleção de prioridades que também acabam sendo eleitas pela imprensa, gerando uma influência mútua entre as agendas. Ao se encaixar nos assuntos de interesse da imprensa, os vereadores ganham destaque nas páginas dos jornais, o que para eles, é o mesmo que ter destaque para a opinião pública e uma forma de encurtar a distância que os separa.

Sobre isso, Gomes (2004) argumenta que os políticos sabem o que querem da mídia e o que devem fazer para conseguir espaço no cenário midiático. Para o autor, os políticos querem exposição favorável na esfera midiática de modo que lhes renda o máximo de benefício junto ao público. Gomes comenta que o primeiro modo de fazer isso é satisfazendo os critérios de seleção aplicados pelos agentes do subsistema informativo:

A oferta de discurso sobre os temas da pauta da imprensa e a oferta de comportamentos correspondentes às dramaturgias e espetáculos

mediáticos são formas muito eficientes de conseguir exposição midiática. Trata-se de estar na página ou estar na tela, sempre e constantemente, de preferência construindo ou reforçando imagens positivas. (GOMES, 2004, p. 155)

Gomes acrescenta ainda que a estratégia vencedora consiste em freqüentemente protagonizar fatos noticiosos ao gosto da imprensa, em apresentar discursos e bandeiras que atraiam a sua atenção, em ser bem percebido visualmente. Por esse motivo, os vereadores acabam agindo mais sobre aquilo que é veiculado pela mídia, enquanto assuntos importantes que não foram selecionados pela imprensa acabam tendo menos chances de entrar na agenda dos parlamentares. Entretanto, a imprensa sendo uma elite – por si só, mas também representante de outras – tem também seus interesses e prioridades que nem sempre coincidem com os da população. Não podemos pensar que os meios de comunicação privados chegam a ponto de representar a sociedade civil em todas as suas esferas.

O papel da Assessoria de Imprensa da Câmara e a dependência que os repórteres setoristas da Câmara têm em relação a este órgão podem fazer com que a mídia, em muitas ocasiões, não seja a fonte primária da informação devido à sua relação estrutural com o poder como observa Hall *et. al.* (1993, p. 230). Segundo os autores, nesse processo a mídia se coloca numa posição de subordinação aos definidores primários institucionais e ao privilegiar as fontes oficiais, corre o risco de reproduzir o discurso dominante. Para Hall *et. al.* (p. 228) isso é preocupante porque a mídia, além de definir para a maioria da população quais acontecimentos são significativos, também oferece poderosas interpretações de como compreender esses acontecimentos. Mas os autores têm o cuidado de admitir que esse processo não é totalmente fechado, reconhecendo que a mídia é institucionalmente distinta de outras esferas do Estado e possui sua própria lógica que pode levar a entrar em conflito com os definidores primários e as instituições que compõem a estrutura do poder podem entrar freqüentemente em disputas.

Essa dependência acaba sendo recíproca porque da parte dos vereadores a situação não é muito diferente. Por não representarem literalmente os grupos sociais pelos quais foram eleitos e estando, na maioria das vezes, distante deles, os vereadores procuram estar sintonizados com o que quer a sociedade, tendo como referência a imprensa. Buscando suprir a ausência de laços com a sociedade, os vereadores se rendem às regras da imprensa, acreditando assim atingir a opinião pública. A falta de contato com os cidadãos, a forte presença da mídia na sociedade contemporânea e a necessidade de orientação em relação aos temas tratados tornam os parlamentares suscetíveis ao agendamento da imprensa da forma como vem sendo demonstrado neste estudo.

Como as pessoas, de uma forma geral, têm pouco contato direto com os políticos, o conhecimento delas sobre eles acaba sendo por intermédio da imprensa. Como podemos observar, o meio político também tem pouco contato com os cidadãos e o conhecimento acerca dos assuntos e interesse que envolveriam a população acaba sendo suprido pela imprensa. Portanto, trata-se de uma lacuna ocupada pela mídia, que não é a esfera mais apropriada, considerando que os meios de comunicação têm interesses e prioridades que nem sempre coincidem com os interesses da população, como já foi exposto ao longo desta pesquisa, o que pode gerar distorções na atuação dos políticos.

5.3. A opinião dos vereadores e jornalistas

Como estamos estudando as relações entre Câmara e imprensa, além da pesquisa de campo, consideramos importante ouvir as opiniões de vereadores e profissionais da imprensa. Os depoimentos foram obtidos por meio de entrevistas gravadas a partir de um questionário contendo quatro perguntas, sendo que os entrevistados tinham liberdade para respondê-las sem a interferência do entrevistador. Para cada grupo ou profissional –

vereadores, editores, repórter e assessora de imprensa da Câmara – foram elaboradas perguntas diferentes.

A análise qualitativa dos depoimentos que será apresentada a seguir é importante para reforçar a pesquisa quantitativa descrita no **Capítulo IV** e a pesquisa de observação sistemática realizada na Câmara, cujos resultados foram mostrados no início deste Capítulo. As entrevistas tiveram como objetivo principal a obtenção de informações sobre o que pensam os vereadores a respeito da imprensa e como esta interfere em suas atuações políticas; como os editores se relacionam a Assessoria de Imprensa da Câmara, como selecionam as notícias e a relação entre o jornal no qual trabalham e a Câmara; como ocorre a cobertura das Sessões Ordinárias na visão da repórter setorista da Câmara e, por último, a opinião da assessora de imprensa da Câmara sobre a relação entre assessoria e profissionais da imprensa.

Acreditamos que a análise qualitativa dos depoimentos traz à tona dados importantes para que possamos fazer nossas considerações finais com mais critério e rigor científico.

Entrevista com vereadores **da Câmara Municipal de Londrina-PR**

Dos 21 vereadores que faziam parte da legislatura 2000-2004, selecionamos para entrevista os 11 líderes partidários: Félix Ribeiro (PMN), João Dib Abussafi Filho (PMDB), Roberto Scaff (PFL), Carlos Bordin (PP), Maurício de Souza Barros (PT), Jamil Janene (PDT), Rubens Canizares (PHS), Roberto Kanashiro (PSDB), Sidney Osmundo de Souza (PTB), Flávio Anselmo Vedoato (PSC) e Orlando Bonilha (PL). As entrevistas foram gravadas e realizadas no período de 1º/06/04 a 08/06/04. Para cada um deles foram feitas as quatro perguntas transcritas abaixo:

- 1) Na sua opinião qual a importância da imprensa (impressa e eletrônica) para a carreira de um político?**
- 2) O senhor tem o hábito de utilizar informações jornalísticas veiculadas pelos meios de comunicação (jornais, rádio e televisão) para fazer pronunciamentos durante as Sessões da Câmara, propor Projetos de Lei e Requerimentos?**
- 3) Na sua opinião a imprensa (impressa e eletrônica) é uma representante da sociedade civil?**
- 4) Como o senhor avalia a relação entre a Câmara Municipal de Londrina e os meios de comunicação locais?**

5.4. Análise qualitativa das entrevistas

Para analisar os aspectos qualitativos dos depoimentos utilizamos como técnica o modelo desenvolvido por Erin Research Inc. para estudos sobre meios de comunicação de massa. Esse modelo baseia-se em matrizes de opiniões semelhantes às utilizadas pela professora Dr^a Nely de Camargo, presidente do Centro de Estudos Transdisciplinares da Comunicação (CETCO), em São Paulo e, anteriormente, desenvolvido pelo Mediawatch National Office, em Toronto, Canadá.

As constatações apresentadas têm como objetivo registrar as opiniões dos vereadores (líderes partidários) da Câmara Municipal de Londrina-Paraná, sobre a relação entre os parlamentares e a imprensa. Na análise dos elementos das matrizes, interpretamos

e qualificamos as informações prestadas pelos vereadores através dos itens: **Importância da imprensa para a carreira de um político, Utilização das informações jornalísticas para pronunciamentos, requerimentos e projetos de lei; a Imprensa como representante da sociedade civil; e a Relação entre a Câmara e os meios de comunicação local.**

5.5. Análise dos elementos das matrizes de opiniões (I)

Para a determinação dos elementos necessários para a análise das entrevistas foram construídas matrizes baseadas nas respostas dos vereadores entrevistados. Cada matriz compõe-se do item, dos elementos encontrados e das opiniões dos vereadores.

□ **Importância da imprensa para a carreira de um político (ITEM 1)**

Em relação ao item 1, entre as respostas dos vereadores destacaram os seguintes elementos: fundamental importância e não é importante.

- **Fundamental importância:** a imprensa é importante para divulgar as propostas, idéias e *performances* do político. Em relação a esse elemento, o vereador Félix Ribeiro afirmou que **“da mesma forma que a imprensa promove ela destrói, podendo provocar situação de desconforto ao político, prejudicando sua imagem perante a opinião pública”**. Entretanto, ele considera que: **“a imprensa tem uma tendência a valorizar as pessoas de bem que estão na política”**. O vereador João Dib Abussafi reforça a importância da imprensa: **“faz a divulgação dos trabalhos dos políticos na Câmara e dos seus projetos”**. **“É através da imprensa que a comunidade tem informação sobre o trabalho do político porque a população não tem como acompanhar as sessões da Câmara”**, acrescenta o vereador Roberto Scaff. Já o vereador Carlos Bordin é mais enfático:

“A imprensa é importante para todos os segmentos da sociedade”. Para o vereador Maurício Barros, a imprensa é importante porque subsidia o debate, é um canal aberto, mas: **“Nós sabemos que a imprensa tem lá suas preferências e, quando partidária ela atrapalha, mas de um modo geral ela contribui muito para a carreira de um político e para a política como um todo”.** Ainda nesse sentido, o vereador Jamil Janene comenta que a imprensa: **“É importante quando ela é transparente”.** Para o vereador Rubens Canizares o político vive da **opinião pública** e a imprensa faz essa ponte, mas ela precisa ser isenta: **“No entanto, esse é um grande problema de alguns setores da imprensa, a isenção. A relação se torna difícil quando a gente se sente injustiçado. Às vezes a gente acha que a imprensa deveria dar uma cobertura maior, dar mais importância aos projetos que a gente imagina serem importantes”.** Ele assume a influência da imprensa sobre as ações do parlamentar. **“Faz a gente mudar de opinião sobre certos projetos. Um projeto de lei surge das idéias das pessoas, das notícias que você vê na imprensa”.** Para o Roberto Kanashiro a imprensa e o político devem sempre trabalhar para levar informações necessárias à comunidade. **“O político vive realmente de seu trabalho e das informações que a imprensa pode levar sobre suas atividades”.**

- **Não é importante:** para o vereador Sidney de Souza o papel da imprensa é esclarecer e levar informações à sociedade. **“O político quando tiver oportunidade deve demonstrar seu trabalho através da imprensa, mas sempre tendo em mente a coletividade”.** Na opinião do vereador Flávio Vedoato a imprensa deve defender os interesses da coletividade. Já o vereador Orlando Bonilha diz que não é a imprensa que faz um político: **“O importante para o**

político é o seu caráter, seu berço de nascimento. A imprensa só é importante para divulgar o trabalho do político e os seus atos”.

□ **Utilização das informações jornalísticas para pronunciamentos, requerimentos e projetos de lei (ITEM 2)**

No diz respeito ao hábito dos vereadores de utilizarem informações jornalísticas para fazer pronunciamentos durante as Sessões da Câmara, propor projetos de lei e requerimentos, os elementos apresentados nas entrevistas foram dois: é um hábito comum e não há esse hábito.

- **É um hábito comum:** A maioria dos vereadores entrevistados afirmou que tem o hábito de utilizar informações veiculadas pela imprensa para fazer pronunciamentos e propor projetos de lei e requerimentos. O vereador João Dib Abussafi observa que apesar de utilizar outros meios, como pedidos dos munícipes, é comum usar informações da imprensa escrita e falada. **“Nós temos que usar os meios de comunicação para nos orientar na nossa atuação política na Câmara”.** O vereador Roberto Scaff é mais enfático: **“Sem dúvida nenhuma! É normal a gente ver as notícias logo cedo no jornal e à tarde comentar na sessão da Câmara. Em termos de elaboração de projetos também acontece porque, às vezes, você vê a dificuldade da população estampada em uma matéria jornalística”.** O vereador Carlos Bordin também compartilha da mesma opinião: **“Uso com certeza! Nada melhor que a imprensa escrita ou falada para que você possa divulgar seu trabalho e saber o que está acontecendo. Logo cedo a atividade que faço antes de sair de casa é exatamente ler os jornais”.** O vereador Maurício Barros afirma que seu mandato é pautado pelos jornais porque a imprensa notícia exatamente aquilo que é o fato, no momento, no dia. **“Por isso, a pauta da Câmara tem muito a ver com a pauta da imprensa. Hoje mesmo eu fiz um**

pronunciamento com base em uma notícia que saiu nos jornais. Era sobre a questão dos diabéticos e acabei levando o assunto para ser discutido na Comissão de Seguridade Social da Câmara”. Já o vereador Jamil Janene arrisca uma porcentagem do uso de informações jornalísticas pelos parlamentares. **“Acho que 70% dos meus projetos nascem de informações que eu vejo na imprensa”**. O vereador Rubens Canizares também é bastante enfático nessa questão: **“Uso e não tenho vergonha de assumir. Diversos projetos de lei de minha autoria foram elaborados através de matérias de jornais e de escutar entrevistas no rádio. Eu não vejo nenhum problema nisso. Acho que essa é a grande função da imprensa. Muitas vezes usei informações jornalísticas não só para projetos de lei, mas também para fazer pronunciamentos aqui na Câmara. A gente não tem condições de saber tudo o que acontece, ver e acompanhar a dinâmica do município, por isso, a imprensa é uma colaboradora”**. O vereador Roberto Kanashiro admite que, ao contrário da imprensa, o vereador não tem como ter acesso a toda a comunidade. **“Nós temos realmente utilizado muitas informações que têm sido veiculadas pela imprensa no sentido de nos informar melhor sobre nossa cidade, Estado e País”**. O vereador Flávio Vedoato também ressalta: **“Hoje mesmo eu utilizei de material da imprensa para fazer pronunciamento aqui na Câmara”**. No entanto, para o vereador Félix Ribeiro o uso de informações jornalísticas não é rotineiro: **“Utilizamos mais os assuntos que têm a ver com a nossa área de atuação que é a saúde e a educação. Se tiver interesse para a comunidade a gente usa sim. Sempre que é possível aproveitamos o material veiculado pela imprensa”**.

- **Não há esse hábito:** apenas dois vereadores afirmaram não ter o hábito de usar informações jornalísticas para direcionar suas ações políticas. O vereador Sidney de Souza, por exemplo, disse que quando vai elaborar um projeto de lei, habitualmente procura diferentes fontes de informação e não só a imprensa. **“Tenho por hábito procurar a sociedade que será diretamente afetada com meus projetos. É evidente que as informações dos meios de comunicação são importantes, até porque a imprensa tem uma abrangência muito grande”**. Na visão do vereador Orlando Bonilha a imprensa precisa mais da Câmara do que a Câmara da imprensa: **“Não tenho o hábito de utilizar as informações da imprensa. É a imprensa que vem buscar aqui as informações e as soluções sobre os problemas da cidade. A Câmara, na minha opinião, é uma importante fonte de informação para a imprensa, muito mais que a imprensa para a Câmara”**.

□ **A imprensa como representante da sociedade civil (ITEM 3)**

Questionados sobre a imprensa como porta-voz da sociedade civil, os vereadores em sua maioria acreditam que ela é um espelho da sociedade e, portanto, reflete os anseios da população, o que pode explicar, em parte, o agendamento da imprensa na Câmara. Nesse item, os entrevistados apontaram três elementos básicos: sem dúvida; quarto poder e não representa a sociedade civil.

- **Sem dúvida:** na visão do vereador Félix Ribeiro a imprensa é sem dúvida uma representante da sociedade civil e organizada, com se fosse um poder específico. **“A imprensa tem uma força magnífica e deve estar inserida em todos os segmentos da sociedade. Eu acredito, tenho a convicção de que a imprensa é uma representante da sociedade civil organizada”**. Para o vereador João Dib Abussafi, uma vez que a imprensa tem uma responsabilidade sobre o que veicula e

um compromisso com a sociedade **“todos os meios de comunicação, televisão e rádio, realmente representam a sociedade civil”**.

- **Quarto Poder:** para Roberto Scaff a imprensa não é apenas o Quarto Poder, como também o mais forte deles. **“Eu defendo que a imprensa com a liberdade que ela tem, ela é um dos mais fortes poderes constituídos. A imprensa tem um poder de decisão grande sobre questões políticas e sobre a mobilização das massas”**. Esse poder da imprensa é reforçado pelo vereador Carlos Bordin: **“A imprensa coloca em evidência aquilo que ninguém sabia”**. **“Assim como a Câmara, a imprensa é uma caixa de ressonância da sociedade”**, defende o vereador Rubens Canizares. Para ele, a representatividade da sociedade **“está intrínseca nos jornais e na comunicação em geral”**. O vereador Jamil Janene também é bastante enfático nessa questão: **“É o maior canal de comunicação para a sociedade saber da situação em que se encontra a cidade e como estão as atividades dos políticos”**. Na visão do vereador Roberto Kanashiro a imprensa é uma legítima representante da comunidade. **“É uma das formas da população se manifestar”**. Para o vereador Flávio Vedoato a imprensa é uma representante da sociedade civil, mas não é um poder **“ela exerce um poder, o poder da comunicação. A imprensa não é apenas notícia, ela representa o pensamento da população”**.
- **Não representa a sociedade civil:** nesse elemento notamos algumas contradições por parte dos parlamentares. O vereador Maurício Barros, por exemplo, diz que acha temeroso afirmar que a imprensa representa a sociedade civil. **“O que eu posso dizer é que a imprensa tem um papel importante perante a sociedade, mas não acho que ela seja uma representante”**. Mas logo em seguida ele se contradiz: **“Na minha opinião, a imprensa reflete os anseios, o desejo da sociedade que são levados até às pessoas através da imprensa”**. O vereador

Sidney de Souza demonstrou uma posição mais definida sobre a representatividade da imprensa: **“Se eu considerasse a imprensa uma representante da sociedade civil, eu estaria instituindo um quarto poder, e nós temos apenas três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Apesar de muitas pessoas, inclusive, políticos gostarem de conceituar a imprensa como um poder, eu não concordo”**. Enquanto para Orlando Bonilha **“para representar a sociedade e ter credibilidade, a imprensa precisa ser neutra, mas isso nem sempre acontece”**.

□ **A relação entre a Câmara e os meios de comunicação locais (ITEM 4)**

Nesse item nossa intenção foi que o vereador qualificasse a relação da Câmara Municipal como os meios de comunicação da cidade. Os elementos destacados nas entrevistas foram três: amistosa e harmoniosa; falhas e barreiras; e ética e imparcialidade.

- **Amistosa e harmoniosa**: percebemos que os vereadores de uma forma geral evitam fazer críticas à imprensa e, quando fazem, procuram conciliar com elogios. O vereador Félix Ribeiro, ao mesmo tempo em que classifica a relação de **“amistosa, muito boa, não temos nenhum problema”**, demonstra uma certa mágoa: **“O que percebemos é que nem todos os vereadores têm as mesmas facilidades de aproximação com os órgãos de imprensa. Muitas vezes a imprensa valoriza mais as coisas negativas do que positivas, mas isso não é uma generalidade”**. Entretanto demonstra uma contradição: **“Mas gostaria de frisar que não existe nenhum tipo de restrições de ambos os lados, a não ser em raríssimas exceções, fatos isolados”**. Ele reclama da falta de divulgação de seus projetos na Câmara: **“Eu, por exemplo, tive um projeto de minha autoria aprovado que considero muito importante porque acabou com a votação secreta na Câmara, mas não**

teve cobertura da imprensa". Já o vereador João Dib Abussafi acredita que a Câmara **"...precisa ter um bom relacionamento com a imprensa porque dependemos da imprensa para divulgar nosso trabalho"**. A proximidade entre parlamentares e jornalistas fica bem evidenciada na resposta do Roberto Scaff: **"Eu, particularmente, sempre me relacionei bem com os jornalistas que fazem a cobertura da Câmara. Esse bom relacionamento com a imprensa é muito importante"**. O vereador Carlos Bordin destaca o papel da Assessoria de Imprensa da Câmara que facilita o bom entrosamento com os meios de comunicação da cidade: **"A nossa Assessoria de Imprensa tem uma atuação forte e faz um bom trabalho de relacionamento com os meios de comunicação"**. Ainda sobre a relação harmoniosa com a imprensa, o vereador Rubens Canizares destaca a amizade com os jornalistas: **"A gente sabe que pode contar com a imprensa, pode ter uma relação de amizade com os jornalistas para você ter subsídios para continuar seu mandato"**. Entretanto, faz uma autocrítica: **"Às vezes a gente acha que a imprensa não dá a devida cobertura, que não entende o espírito dos projetos, mas muitas vezes isso é culpa dos próprios vereadores que acabam não elaborando projetos que mereçam a cobertura da imprensa"**.

- **Falhas e barreiras:** para três vereadores a relação entre Câmara e imprensa nem sempre é harmoniosa. Segundo eles, a relação varia de vereador para vereador, e a imprensa não acompanha os processos de discussão dos projetos fora do plenário, o que acaba causando falhas na divulgação. **"Via de regra, a imprensa toma conhecimento do projeto de lei a partir do momento em que ele está em discussão na Sessão da Câmara, mas desconhece que houve todo um processo para que esse projeto fosse proposto"**, responde o Maurício Barros. Já para o vereador Roberto Kanashiro o relacionamento varia de vereador para vereador. **"A**

imprensa, às vezes, acaba privilegiando mais um vereador do que outro, dando mais cobertura aos projetos e atuações de um em detrimento de outros". Mesmo considerando que existem setores da imprensa que precisam ser respeitados porque fazem um bom trabalho, o vereador Jamil Janene responde que **"a relação entre Câmara e imprensa encontra algumas barreiras porque muitas informações acabam denegrindo a imagem da Câmara"**.

- **Ética e imparcialidade:** os vereadores Sidney de Souza, Flávio Vedoato e Orlando Bonilha destacaram em suas respostas que quando a imprensa age com ética e imparcialidade o relacionamento é amistoso, mas que isso nem sempre acontece porque existem setores da imprensa que não têm essa postura jornalística. **"Quando existe uma postura ética, eu entendo que o relacionamento entre Câmara Municipal e os meios de comunicação é excelente, mas quando a imprensa tenta impor seu ponto de vista pessoal, aí nosso relacionamento fica prejudicado"**, respondeu Sidney de Souza. **"É um relacionamento harmonioso, mas acho que a imprensa deveria ser mais imparcial, neutra com relação às informações divulgadas"**, sugeriu o vereador Flávio Vedoato. Para ele, atualmente, o cidadão não está mais votando no partido, mas na pessoa, e quando essa pessoa, no caso, o político, tem sua imagem denegrada pela imprensa por causa de **"...conchavos que existem, acaba sendo muito prejudicial para o político"**. Para Orlando Bonilha, como o Poder Legislativo não dispõe de recursos destinados à publicidade na imprensa, quando os vereadores são criticados não têm como contra-atacar. **"Cabe à nossa Assessoria de Imprensa divulgar o trabalho da Câmara, mas muitas vezes somos criticados de forma até demasiada, mas isso faz parte do processo"**.

Entrevista com editores de Política e Cidade dos jornais (FL) e (JL)

Selecionamos para entrevista os editores das editorias de **Política e Cidade** dos jornais Folha de Londrina (FL) e Jornal de Londrina (JL), que fazem parte do *corpus* de nossa pesquisa: Foram entrevistados Lucila Okamura, editora de **Cidade** (FL); Carla Nascimento, editora de **Cidade** (JL); Elizabeth Debertólis, editora de **Política** (FL) e Nelson Bortolin, editor de **Política** (JL). As entrevistas foram gravadas no período de 14/06/04 a 16/06/04. Para cada um deles foram feitas as quatro perguntas abaixo relacionadas:

- 1) **Você, como editor(a), utiliza-se da Assessoria de Imprensa da Câmara e/ou dos releases enviados, como fonte para produzir informações jornalísticas ou para enviar repórteres para cobertura das Sessões da Câmara?**
- 2) **Durante as Sessões da Câmara são discutidos vários assuntos, nesse caso, qual é o critério que você utiliza para selecionar informações e produzir notícias para o jornal em que trabalha?**
- 3) **Os vereadores da Câmara Municipal de Londrina têm o hábito de procurá-lo (a) (pessoalmente, por telefone ou por meio de seus assessores) para informar sobre suas atividades como parlamentares?**
- 4) **Na sua opinião qual a postura que o jornal no qual você trabalha tem sobre as diversas atividades políticas dos vereadores?**

5.6. Análise dos elementos das matrizes de opiniões (II)

Para a determinação dos elementos necessários para análise das entrevistas foram construídas matrizes baseadas nas respostas dos editores entrevistados. Cada matriz compõe-se do item dos elementos encontrados e das opiniões dos editores.

□ Utilização de material da Assessoria de Imprensa da Câmara (ITEM 1)

Nossa intenção nesse item foi verificar em que nível as editorias de **Política e Cidade** dos jornais (FL) e (JL) usam a Assessoria de Imprensa da Câmara como fonte para produção de textos jornalísticos. As respostas dos editores entrevistados revelam que a

Assessoria de Imprensa da Câmara funciona como uma ponte e que existe uma troca semanal de informações, como podemos observar no elemento descrito a seguir:

- **A gente usa bastante:** a editora Lucila Okamura respondeu que a Assessoria de Imprensa da Câmara tem o hábito de enviar semanalmente a pauta das sessões. **“A gente pega a pauta de votações para a gente se basear, fora isso a Assessoria também manda *releases*. A gente se baseia bastante para produzir matérias e depois selecionar”**. A editora Carla Nascimento confessou que utiliza muito os serviços da Assessoria de Imprensa da Câmara, mas ressalta: **“Com critérios jornalísticos. É preciso ter um filtro. Se o assunto é de interesse público nós vamos abordá-lo”**. Ela responde ainda que além de *releases* a Assessoria de Imprensa da Câmara também faz contato por telefone com a editoria avisando sobre eventos da Câmara. Para a editora Elizabeth Debertólis o trabalho da Assessoria de Imprensa da Câmara é fundamental. **“A gente usa muito como fonte, muito! É uma espécie de ponte. Não digo que vamos usar todo o material, mas existe uma troca legal de informações”**. Já o editor Nelson Bortolin responde que os *releases* recebidos da Assessoria da Câmara acabam virando notas **“...ou são motivos para que a gente procure vereadores para repercutir, inclusive, em matéria”**. Ele responde também que está sempre em contato com a Assessoria de Imprensa da Câmara para produzir a coluna diária de política do jornal.

□ **Critério de seleção dos assuntos discutidos nas Sessões da Câmara (ITEM 2)**

Nas sessões da Câmara Municipal são discutidos vários assuntos. Nossa intenção nesse item era saber qual o critério usado pelos editores para selecionar, entre os vários temas, aquele ou aqueles privilegiados como notícia, ou seja, que entrariam na pauta

dos jornais. Os elementos destacados foram: importância para a cidade e articulações políticas.

- **Importância para a cidade:** para a editora Lucila Okamura a seleção não é pelo tempo que a matéria fica em discussão na Câmara, mas “**...o que tem importância para cidade, quantas pessoas serão afetadas por aquela decisão dos vereadores**”. Em sua resposta, a editora Carla Nascimento demonstrou opinião semelhante: “**Usamos dois critérios: aquilo que vai trazer benefícios para a cidade, por exemplo, o que vai mudar na vida do cidadão. O projeto que os vereadores estão votando vai ter uma influência muito grande. O outro critério é quando percebemos que os vereadores estão fugindo de suas funções**”.
- **Articulações políticas:** para os editores Elizabeth Debertólis e Nelson Bortolin, por serem da editoria de Política, responderam que os critérios de seleção são mais os temas de cunho político e de mudança na estrutura regimental da Câmara: “**Por exemplo, mudanças no Orçamento do Município, no Regimento da Casa e articulações políticas de bastidores**”, respondeu Elizabeth Debertólis. Para Nelson Bortolin, as questões partidárias e as correlações de forças políticas têm mais chances de entrarem na pauta da editoria. “**Elogios e críticas que os vereadores fazem durante as sessões às matérias veiculadas pelo jornal também são de nosso interesse**”.

❑ **Contato do vereador com os editores (ITEM 3)**

Nosso objetivo nesse item foi verificar junto aos editores se os vereadores tinham o hábito de procurá-los para informar sobre suas atividades políticas, tentando com isso agendar a imprensa. Os elementos destacados nas respostas dos editores foram dois: muito raramente e quase diariamente.

- **Muito raramente:** dos quatro editores entrevistados, três responderam que não é comum os vereadores procurá-los pessoalmente, por telefone ou por intermédio de seus assessores. Esse contato é feito pela Assessoria de Imprensa da Câmara. **“Muito raramente. Às vezes acontece, assim, quando a gente publica uma matéria e eles não gostam, eles procuram, ligam para reclamar da matéria”,** respondeu a editora Lucila Okamura. **“A Assessoria de Imprensa da Câmara liga para dizer que o vereador tal vai fazer tal coisa. Isso é normal e rende pauta”,** afirma a editora Carla Nascimento. A editora Elizabeth Debertólis respondeu que não são todos que procuram, **“é uma minoria”. “Às vezes é mais a gente que procura por eles do que eles pela gente”.**
- **Quase diariamente:** o editor Nelson Bortolin declarou que os vereadores procuram os repórteres que trabalham na editoria de Política quase que diariamente: **“Para informar, para passar informações, informações de bastidores ou informações mesmo sobre seu mandato, pedindo uma nota ou sugerindo uma matéria, isso é bastante freqüente”.**

□ **Postura do jornal em relação às atividades dos vereadores (ITEM 4)**

Nesse item procuramos verificar qual era a opinião dos editores – que ocupam cargo de chefia dentro da redação – sobre a postura do jornal em relação às atuações políticas dos vereadores da Câmara Municipal de Londrina-Paraná. Os elementos destacados nas entrevistas foram: Crítica e independente; e poderia ser mais crítico.

- **Crítica e independente:** na opinião da editora Lucila Okamura o jornal Folha de Londrina (FL) tem uma postura, na maioria das vezes, crítica: **“Quando precisamos criticar nós criticamos. O que o jornal evita são críticas de cunho pessoal. Procuramos fazer isso de forma ética e o mais imparcial possível”.** A editora Carla Nascimento também respondeu que o Jornal de Londrina (JL) evita

críticas pessoais. **“Criticamos quando percebemos que os vereadores estão desviando do caminho, quando não estão cumprindo com seus deveres de legisladores. Cobramos o que tem que ser feito e criticamos os exageros”.** Já a editora Elizabeth Debertólis foi menos taxativa nessa questão: **“Nós mantemos uma certa distância, temos uma postura independente com relação à Câmara”.**

- **Poderia ser mais crítico:** o editor Nelson Bortolin frisou que estava fazendo uma autocrítica e que sua opinião não expressava, necessariamente, a do jornal no qual trabalhava. **“Acho que a gente poderia ser mais crítico, produzir mais matérias sobre... na Câmara, fiscalizar mais, cobrar mais dos vereadores, acho que isso é uma coisa que a gente não faz. Mas isso é uma autocrítica minha. O que eu penso, mas não é uma postura do jornal”.**

Entrevista com repórter setorista da Câmara

Entrevistamos a repórter Adriana Savicki, da editoria **Cidade** do jornal (FL) que fazia semanalmente a cobertura das sessões ordinárias da Câmara Municipal de Londrina. A entrevista foi gravada no dia 16/06/04 e foram feitas as quatro perguntas abaixo relacionadas:

- 1) **Qual a participação da Assessoria de Imprensa da Câmara na cobertura e veiculação de informações sobre as sessões da Câmara?**
- 2) **Qual o volume de trabalho que você tem nos dias de cobertura das sessões da Câmara Municipal de Londrina?**
- 3) **No decorrer da cobertura das sessões da Câmara você conversa com seus colegas de profissão de outros veículos para saber sobre o que eles vão privilegiar como notícia?**
- 4) **Sua editoria oferece pauta ou deixa a seu critério a cobertura das sessões da Câmara Municipal de Londrina?**

5.7. Análise dos elementos das matrizes de opiniões (III)

Para a determinação dos elementos necessários para análise desta entrevista, foram construídas matrizes baseadas nas respostas da repórter. Cada matriz compõe-se do item dos elementos encontrados e das opiniões da jornalista setorista da Câmara.

□ Da participação da Assessoria de Imprensa da Câmara (ITEM 1)

Nossa intenção nesse item foi verificar qual era o nível de participação da Assessoria de Imprensa da Câmara na cobertura e produção de notícias que seriam veiculadas pela imprensa no dia seguinte. Nesse item, o elemento destacado na entrevista foi: meio de campo.

- **Meio de campo**: para a repórter Adriana Savicki, devido ao horário de fechamento do jornal, é preciso ser ágil na captação das informações e, nesse sentido, a Assessoria da Câmara ajuda muito: “**...funciona como uma espécie de meio de**

campo, retira o vereador da sessão para que a gente possa entrevistá-lo e isso facilita nosso trabalho. A Assessoria nos mantém informados também sobre os projetos de lei e sobre as atividades dos vereadores, nos orientando qual parlamentar devemos entrevistar. Pra gente que tem um horário de fechamento de matéria apertado, esse meio de campo é uma mão na roda”.

□ **Volume de trabalho (ITEM 2)**

Procuramos verificar nesse item o volume de trabalho que a repórter tinha no dia da sessão da Câmara, ou seja, se além de fazer a cobertura da Câmara, ela também era pautada para outras matérias jornalísticas. O elemento destacado na entrevista foi: exclusivamente a Câmara.

- **Exclusivamente a Câmara:** a repórter responde que “...quando eu faço Câmara eu faço exclusivamente Câmara”. Para ela, o volume de trabalho depende muito do que está acontecendo, do peso do que está sendo discutido. “É muito variável, dependendo da demora da votação de um projeto, eu volto para a redação e depois telefono para a Assessoria para saber o resultado da votação”.

□ **Conversa com os colegas de profissão (ITEM 3)**

Durante nossa pesquisa na Câmara observamos que os jornalistas dos vários (jornal, rádio e televisão) que fazem a cobertura da sessão da Câmara conversavam entre si, perguntando o que iam privilegiar como notícia em sua cobertura jornalística. Nossa intenção foi verificar se realmente existe essa troca de informações, que poderia ser a causa do consenso na pauta jornalística. O elemento destacado foi: trocamos figurinhas.

- **Trocamos figurinhas:** em sua resposta a repórter Adriana Savicki confirma essa prática: “Eu acho que... eu acho que de um modo geral a gente conversa sim, não diria que é uma coisa muito fechada. Mas a gente acaba discutindo sim, o que está rolando e no meio da conversa a gente acaba trocando figurinhas. A

repórter destaca que isso não é um acordo fechado, mas que no meio do bate-papo a imprensa toda acaba se direcionando por um lado ou por outro. **“De uma forma geral a gente acaba conversando sim”.**

□ **Pauta (ITEM 4)**

Nosso objetivo nesse item foi verificar se a repórter saía da redação do jornal para fazer a cobertura da sessão da Câmara com uma pauta definida pelo editor , com o tema determinado e quem ela deveria entrevistar, pois isso poderia deixá-la menos dependente dos serviços da Assessoria de Imprensa da Câmara. O elemento destacado foi: vou sem pauta.

- **Vou sem pauta:** em sua resposta a repórter disse que de um modo geral ela ia fazer a cobertura da sessão da Câmara sem uma pauta definida: **“Às vezes acontece, um dia ou outro a gente vai lá com alguma pauta. Mas de um modo geral não, de um modo geral a gente vai... eu vou e eu mesmo que me pauto dependendo do que está rolando por lá”.**

Entrevista com a Assessora de Imprensa da Câmara Municipal de Londrina

Entrevistamos a jornalista Ana Paula Rodrigues Pinto, assessora de imprensa da Câmara Municipal de Londrina. A entrevista foi gravada e realizada no dia 11/06/04 e foram feitas as quatro perguntas abaixo relacionadas:

- 1) Os jornalistas (editores, pauteiros, repórteres) dos meios de comunicação locais procuram a Assessoria de Imprensa da Câmara para saber o que será discutido nas Sessões semanais da Câmara?**
- 2) Os vereadores solicitam à Assessoria de Imprensa da Câmara matérias veiculadas pela imprensa (impressa ou eletrônica) para fazer pronunciamentos ou elaborar Projetos de Lei e até mesmo, Requerimentos?**
- 3) Na cobertura feita pela imprensa (impressa ou eletrônica) durante as Sessões da Câmara, os jornalistas usam os serviços da Assessoria como fonte para saber o que de mais importante será discutido na Sessão daquele dia e pedem sugestões sobre quem deve ser entrevistado para falar sobre o assunto?**
- 4) Como você avalia a recepção pela imprensa (impressa ou eletrônica) dos *releases* que envia às redações dos meios de comunicação?**

5.8. Análise dos elementos das matrizes de opiniões (IV)

Para a determinação dos elementos necessários para análise desta entrevista, foram construídas matrizes baseadas nas respostas da assessora de imprensa da Câmara. Cada matriz compõe-se do item dos elementos encontrados e das opiniões da jornalista.

❑ Procura pela Assessoria de Imprensa da Câmara (ITEM 1)

Nosso objetivo nesta questão era verificar em que nível e frequência os editores, pauteiros e repórteres da imprensa londrinense procuravam a Assessoria de Imprensa para obter informações sobre o que seria discutido semanalmente nas Sessões Ordinárias da Câmara. O elemento destacado nessa questão: trabalho bem dirigido.

- **Trabalho bem dirigido**: a assessora de imprensa da Câmara Ana Paula Rodrigues Pinto respondeu que os responsáveis pela pauta das empresas jornalísticas procuram a assessoria para saber qual o assunto mais importante que será discutido nas sessões: **“Semanalmente eu envio para todos os veículos de comunicação local a pauta das sessões da Câmara, mas mesmo assim os pauteiros me ligam para saber o que é mais importante”**. A assessora frisou que procura fazer um trabalho de orientação de acordo com o veículo de comunicação: **“Existem determinados assuntos que interessam mais aos jornais impressos, outros aos rádios e outros à televisão. Aqui na assessoria eu faço um trabalho bem dirigido aos veículos”**.

- ❑ **Solicitação de material jornalístico (ITEM 2)**

Nossa intenção nesta questão foi confirmar com a assessora de imprensa da Câmara as respostas dadas pelos vereadores em pergunta semelhante. A confirmação pela Assessora era importante para caracterizar o agendamento dos vereadores pela imprensa. O elemento destacado foi: na maioria das vezes.

- **Na maioria das vezes**: Ana Paula Rodrigues respondeu que é comum os vereadores solicitarem à Assessoria material veiculado pelos jornais, rádios e televisão. **“Eles usam esse material para se posicionarem em plenário. Nem sempre... isso não quer dizer que nem sempre as informações sejam utilizadas para Projetos de Lei e para Requerimentos, mas na maioria das vezes são utilizadas para nortear a posição do vereador em relação a determinada situação da cidade”**. Entretanto, a assessora acrescentou que em determinadas situações as matérias veiculadas pela imprensa são usadas para propor Projetos de Lei e Requerimentos. **“Mas na verdade, o que eu vejo é que o vereador busca muito na repercussão da imprensa ou no fato veiculado pela imprensa nortear seu posicionamento dentro da Câmara nas mais diferentes formas”**.

□ **Durante a Sessão da Câmara (ITEM 3)**

No que diz respeito ao comportamento dos jornalistas durante a cobertura das sessões da Câmara, nosso objetivo era saber se os repórteres pediam orientação para a assessora de imprensa sobre o que eles deveriam abordar e quem eles deveriam usar como fonte. O elemento de destaque na resposta da assessora foi: interação.

- **Interação:** “Eles pedem sim. Durante a realização da sessão existe uma interação que acho muito interessante entre Assessoria e os jornalistas. No sentido de que eles se orientam de qual é o assunto mais importante”, respondeu a assessora. Ela acrescentou que procura deixar muito à vontade o veículo de comunicação para fazer a cobertura jornalística que achar mais conveniente. “Agora existe um trabalho de orientação. O trabalho de orientação é importante para que o veículo de comunicação possa enxergar, o jornalista possa enxergar quem é que é a pessoa naquele momento que fala sobre determinado assunto ou de quem é a competência naquele momento para aquela discussão”.

□ **Recepção pela imprensa (ITEM 4)**

Questionada sobre como avaliava a recepção e utilização pela imprensa dos *releases* sobre as atividades da Câmara que enviava às redações dos meios de comunicação, a assessora destacou em sua resposta o elemento: recepção boa.

- **Recepção boa:** a assessora Ana Paula Rodrigues respondeu que trabalhava com a agenda da semana, encaminhando às redações dos jornais a pauta das sessões da Câmara e também *releases* sobre as atividades do legislativo. “A recepção é boa. Eu acho que a recepção é boa do ponto de vista que os veículos de comunicação buscam a cobertura jornalística ou buscam fazer sua abordagem do assunto de diferentes formas, o que eu acho que é muito importante no processo

legislativo. Mas no geral, a imprensa aproveita bastante e muito bem o material que a Assessoria de Imprensa envia as redações. Muitos *releases* viram notas ou matérias jornalísticas, a imprensa londrinense, na minha opinião, faz uma cobertura muito boa da Câmara”. Ela salienta que existem conflitos nessa relação, “mas isso é importante porque gera o debate e acaba colocando a Câmara em evidência na imprensa”.

GRADES DOS ENTREVISTADOS

Grade das entrevistas com os vereadores

Item 1 <i>Importância da imprensa para o trabalho de um político</i>	Item 2 <i>Utilização das informações jornalísticas para projetos legislativos, reportagens e projetos de lei</i>	Item 3 <i>A imprensa como representante da sociedade civil</i>	Item 4 <i>A relação entre o vereador e os meios de comunicação locais</i>
De fundamental importância na carreira de um político. Divulga propostas, ideias e performances do político. Da mesma forma que a imprensa promove, ela desmista. A imprensa tem uma tendência a valorizar as pessoas de bem que estão na política.	O uso não é sistemático. Utilizamos mais os assuntos que têm a ver com a nossa área de atuação que é a saúde e a educação. Se tiver interesse para a comunidade, gente usa sim. Sempre que é possível aproveitamos o material veiculado pela imprensa.	Será dívida nenhuma. Ela não é só uma representante da sociedade civil organizada. Ela é considerada um órgão como se fosse um poder específico. A imprensa tem uma força magnífica e deve estar inserida em todos os segmentos da sociedade. A sociedade como um todo depende da imprensa. Eu acredito, tenho a convicção de que a imprensa é uma representante da sociedade civil organizada.	É uma relação muito amistosa, muito boa, não sinto nenhum problema. O que nos preocupava é que nem todos os vereadores têm as mesmas facilidades de aproximação com os órgãos de imprensa. Mas gostaria de frisar que não existe nenhum tipo de restrição de acesso ou laço. Eu, por exemplo, tive um projeto de minha autoria aprovado que considero muito importante porque acabou com a votação secreta na Câmara, mas não teve cobertura da imprensa.
A imprensa é importante porque faz a divulgação dos trabalhos dos políticos na Câmara e de seus projetos.	Tenho sim. Nós temos que usar o material da imprensa escrita e falada para que a gente possa fazer os pronunciamentos durante as sessões. É evidente que existem outros meios, como pedidos dos municípios para elaboração de projetos de lei. Nós temos que usar os meios de comunicação para nos orientar na nossa atuação política na Câmara.	Uma vez que a imprensa tem uma responsabilidade sobre a que veicula, ela tem um compromisso com a sociedade. Não só a imprensa escrita, mas todos os meios de comunicação, incluindo o rádio, realmente representam a sociedade civil.	Eu acho que a Câmara precisa ter um bom relacionamento com a imprensa, não só a Câmara, como a Assembleia Legislativa e o Senado Federal porque são dependentes da imprensa para divulgar esse trabalho.
As críticas da imprensa fazem com que o político se polisse mais. É através da imprensa que a comunidade tem informações sobre o trabalho do político. A população não tem como acompanhar as sessões da Câmara.	Sem dúvida nenhuma. É um hábito não só dos políticos, mas de todo cidadão. É normal a gente ver as notícias logo cedo no jornal e já tende a constatar na sessão da Câmara. Eu lembro de elaboração de projetos também acontece porque às vezes você vê uma dificuldade da população estampada em uma notícia jornalística.	A imprensa é como se diz o Quarto Poder. Eu defendo que a imprensa tenha a liberdade que ela tem, para ela é um dos mais fortes poderes constituídos. A influência da imprensa sobre as pessoas que têm acesso à informação é muito grande.	A Câmara graças a Deus tem um convívio harmonioso com a imprensa. Esse bom relacionamento é muito importante. Eu, particularmente, sempre me relacionei bem com os jornalistas que fazem a cobertura da Câmara. É um relacionamento cordial e muito aberto.
A imprensa transmite o que acontece dentro do plenário. Com uma população de 500 mil habitantes a gente não consegue transmitir para as eleições o acontecimento dentro do plenário. A imprensa é importante para todos os segmentos da sociedade.	Uso com certeza. Nada melhor que a imprensa escrita de falada para que você possa divulgar seu trabalho e saber o que está acontecendo. Logo cedo a atividade que faço antes de sair de casa é justamente ler os jornais.	A imprensa não só divulga o trabalho que as pessoas que representam o povo fazem, como também dá ajuda, dando indicativos ou mesmo fazendo descobertas. A imprensa divulga os políticos, coloca em evidência aquilo que ninguém sabia, questiona o poder.	A nossa Assessoria de Imprensa tem uma atuação muito forte e faz um bom trabalho de relacionamento com os meios de comunicação local.
É um canal aberto. Nós sabemos que a imprensa tem lá suas preferências e, quando partidária ela atrapalha, mas de um modo geral ela contribui muito para a carreira de um político e para a política como um todo.	Essa é um hábito meu aqui na Câmara. Nós paramos, pelo menos, no meu mandato, costumamos pelos jornais porque a imprensa noticia exatamente aquilo que é o fato. Por isso, a pauta da Câmara tem muito a ver com a pauta da imprensa.	Acho temerário afirmar que ela representa a sociedade civil. O que eu posso dizer é que a imprensa tem um papel importante perante a sociedade. A imprensa tem um papel importante na sociedade civil, mas não acho que ela seja uma representante. Na minha opinião, a imprensa reflete os anseios, o desejo da sociedade que são levados até as pessoas através da imprensa.	Existe falhas nesse relacionamento, portanto, seria necessária uma discussão, um debate sobre isso. Acho que nós ainda não sabemos lidar direito com a imprensa.
É importante quando ela é transparente. Ela divulga os trabalhos dos políticos e leva à população as situações deles, no bairro, na casa, na empresa.	Acho que 70% dos meus projetos nascem de informações que eu vejo na imprensa. A gente fica sabendo das coisas através da imprensa.	Parte da imprensa faz um excelente trabalho para a sociedade. A outra não está muito preocupada com as questões sociais, mas com interesses próprios. É o maior canal de comunicação para a sociedade saber da situação em que se encontra a cidade e como estão as atividades dos políticos.	A relação entre a imprensa e Câmara encontra algumas barreiras porque muitas informações acabam descredenciando a imagem da Câmara. Mas existem alguns setores da imprensa que a gente precisa respeitar porque fazem um excelente trabalho para a cidade.
Não vivemos da opinião pública e a imprensa faz essa ponte. A imprensa tem um papel bem feito, mas desde que seja sério, no entanto esse é um grande problema de alguns setores da imprensa, a questão. As vezes a gente acha que a imprensa deveria dar cobertura maior, dar mais importância aos projetos que a gente imagina serem importantes. Não consigo imaginar um mundo de vereador ou prefeito sem uma colaboração da imprensa para crítica e elogio. Faz a gente mudar de opinião sobre certos projetos. Um Projeto de Lei surge da ideia das pessoas, dos artigos que você vê na imprensa.	Uso e não tenho vergonha de assumir. Diversos projetos de lei de minha autoria foram elaborados através de matérias de jornais e de outras entrevistas no rádio. Eu não vejo nenhum problema nisso. A gente não tem condições de saber tudo o que acontece, ver e acompanhar a dinâmica do município, por isso a imprensa é uma colaboradora.	Acho que a imprensa representa a sociedade. Assim como a Câmara, a imprensa é uma caixa de ressonância da sociedade.	Eu acho que a imprensa faz uma boa cobertura da Câmara. A gente pode contar com a imprensa, pode ter uma relação de unidade com os jornalistas para você ter subsídios para continuar tocando seu mandato.
O político vive realmente de seu trabalho, das informações que a imprensa pode levar sobre suas atividades. A imprensa e o político devem sempre trabalhar para levar informações necessárias à comunidade.	Eu acredito que nós vereadores como agentes políticos não conseguimos acessar toda a comunidade, como a imprensa. Nós temos realmente utilizado de muitas informações que têm sido veiculadas pela imprensa no sentido de nos informar sobre a nossa cidade, Estado e País.	A imprensa é realmente um dos poderes, é uma das formas da população se manifestar. Ela é uma legítima e forte representante da comunidade. Através da imprensa é que os políticos ficam com informações sobre a população.	Esse relacionamento vem de vereador para vereador. Mas de um modo geral, a imprensa tem se colocado de forma bem aberta às questões relacionadas à Câmara. As vezes há críticas dos vereadores em relação a algumas informações que são veiculadas, mas acho que isso faz parte do papel da própria imprensa.
A imprensa não é necessariamente importante para a carreira de um político, mas ela pode esclarecer e levar informações à sociedade. O político quando tiver oportunidade deve demonstrar seu trabalho através da imprensa, mas sempre tendo em mente a coletividade.	Quando vou elaborar um projeto de lei tenho que primeiro procurar diferentes fontes de informação e não só a imprensa. Mas eu, necessariamente, não uso esse meio, mas sempre que possível, que é oportuno não acho não por entender a importância da comunicação, não apenas para o vereador, mas para a sociedade como um todo.	Eu entendo que a imprensa não é uma representante da sociedade civil, ela é um instrumento, uma imprensa privada. Não entendo a imprensa como um Quarto Poder e nem quero que assim o seja. Apesar de muitas penurias, inclusive, políticos gostaram de constituir a imprensa como um poder, eu não concordo.	Existem alguns meios de comunicação que têm uma postura ética e não produzem informações tendenciosas. Quando há uma postura ética, eu entendo que o relacionamento entre Câmara Municipal e os meios de comunicação é excelente. Agora quando a imprensa tende a impor o ponto de vista pessoal, aí torna o relacionamento mais prejudicial.
A imprensa é importante para defender os interesses da coletividade. Ela dá transparência aos atos porque o poder Legislativo não tem verbos para divulgar seus atos.	Háje mesmo eu utilizo de material da imprensa para fazer pronunciamento aqui na Câmara. Acho isso importante porque a imprensa tem o papel de alertar, chamar a atenção e isso é muito importante.	A imprensa não é uma representante da sociedade civil, ela é um poder, ela exerce um poder, o poder da comunicação. É um poder muito grande. A imprensa não é apenas notícia, ela representa o pensamento da população.	É um relacionamento harmonioso, mas acho que a imprensa deveria ser mais imparcial. O cidadão atualmente não está votando mais no partido, mas na pessoa e quando essa pessoa, no caso, o político, tem sua imagem deturpada pela imprensa por causa dos cochinhos que existem, acaba sendo muito prejudicial para o político.
Não é a imprensa que faz um político, é importante para um político é seu caráter, seu jeito de raciocínio. A imprensa só é importante para divulgar o trabalho do político e se, assim não.	Não tenho o hábito de utilizar as informações da imprensa. Acho que a imprensa precisa mais da Câmara do que a Câmara da imprensa. A imprensa vem buscar aqui as informações e as soluções sobre os problemas da cidade.	Para representar a sociedade e ser credibilidade, a imprensa precisa ser neutra. Ela tem que levar só a notícia na sua integridade e na sua realidade, ou seja, a verdade dos fatos.	Como o Poder Legislativo não tem verbas destinadas à publicidade, temos que contar com o apoio da imprensa para divulgar nosso trabalho aqui na Câmara. Muitas vezes nós somos criticados de forma um tanto demasiada, mas isso faz parte do processo.

Grade de entrevista dos editores

Item-1 <i>Utilização de material da Assessoria de Imprensa da Câmara</i>	Item-2 <i>Critério de seleção dos assuntos discutidos nas Sessões da Câmara</i>	Item-3 <i>Contato do vereador com os editores</i>	Item-4 <i>Postura do jornal em relação às atividades dos vereadores</i>
A Assessoria de Imprensa da Câmara envia pra gente a pauta do dia de votação. A gente pega a pauta de votações para a gente se basear, fora isso a Assessoria também manda releases. A gente se baseia bastante, bastante assim pra gente fazer e depois selecionar.	Importância para a cidade. Não é pelo tempo de discussão. É mais pela importância que tem e quantas pessoas afetam. Às vezes, assim ficam lá discutindo nome de rua, isso não é tão importante para a gente.	Muito raramente. Esse contato é mais via Assessoria de Imprensa. Assim, acontece quando a gente publica uma matéria, às vezes, eles não gostam, eles procuram, ligam pra gente para reclamar da matéria.	Na minha opinião a Folha de Londrina tem uma postura, na maioria das vezes, crítica. Quando é preciso criticar nós criticamos. O que o jornal evita são críticas de cunho pessoal. Procuramos fazer isso de forma ética e o mais imparcial possível.
Utilizamos bastante a Assessoria de Imprensa da Câmara. Sempre com critérios jornalísticos. É preciso ter um filtro. Se o assunto é de interesse público nós vamos abordá-lo. Assessoria da Câmara também liga avisando que vai ter um evento na Câmara.	Nós usamos dois critérios: o de serviços, o que aquilo vai trazer de benefício para a cidade, o que vai mudar para o cidadão. O projeto vai ter uma influência grande. Outro critério é quando percebemos que os vereadores estão fugindo de suas funções.	Como parlamentar ele não tem o hábito de procurar nem pessoalmente nem por telefone. Mas a Assessoria de Imprensa da Câmara liga para dizer que o vereador tal vai fazer tal coisa. Isso é normal. Isso é importante porque sempre rende pauta.	Criticamos muito quando os vereadores estão desviando de seu caminho, quando não estão cumprindo com seus deveres de legisladores. A gente tem muita informação de vida pessoal de vereadores, não nos interessa. Cobramos o que tem que ser feito e criticamos os exageros.
É fundamental o trabalho da Assessoria da Câmara para ajudar a gente nesse trabalho. A gente usa muito a Assessoria como fonte, muito. É uma espécie de ponte. Não digo que vamos usar todo o material, mas existe uma troca legal de informações com a Assessoria de Imprensa da Câmara.	Aquilo que é de interesse da editoria como o Orçamento do Município, mudanças no Regimento da Casa, articulações políticas.	É uma minoria. Não são todos que procuram não. O que chega pra gente sobre os vereadores é enviado pela Assessoria de Imprensa da Câmara. Às vezes é mais a gente que procura por eles do que eles pela gente.	Nós mantemos uma certa distância. Temos uma postura independente com relação à Câmara.
Sim, a gente usa semanalmente. Os releases também viram nota ou são motivos para que a gente procure vereadores para repercutir, inclusive, em matéria. Estamos sempre em contato com a Assessoria de Imprensa da Câmara para que possamos fazer nossa Coluna diária de Política.	Os que envolvem questões partidárias, correlação de forças entre partidos. Matérias que foram publicadas na editoria e receberam elogios ou críticas em Plenário, nós também costumamos selecionar para notícias	Os vereadores quase que diariamente procuram os repórteres da editoria para informar, para passar informações, informações de bastidores ou informações mesmo sobre seu mandato, que quer uma nota ou sugerir uma matéria, isso é bastante frequente.	Eu acho que a gente poderia ser mais crítico, cobrar mais dos vereadores. Produzir mais matérias sobre a Câmara, fazer um papel de fiscalizador mesmo. Mas isso é uma autocritica minha. O que eu penso, mas não é uma postura do jornal.

Grade de entrevista da repórter

<u>Item-1</u> <i>Participação da Assessoria de Imprensa da Câmara</i>	<u>Item-2</u> <i>Volume de trabalho</i>	<u>Item-3</u> <i>Conversa com os colegas de profissão</i>	<u>Item-4</u> <i>Pauta</i>
A Assessoria funciona pra gente como um meio de campo . Devido ao horário de fechamento apertado, é uma mão na roda. A Assessoria nos mantém informados.	Quando faço Câmara, faço exclusivamente Câmara . O volume de trabalho depende muito do que está rolando por lá. É muito variável.	Eu acho que de um modo geral a gente conversa sim. Não é uma coisa muito fechada. Mas a gente acaba discutindo sim, o que está rolando e no meio da conversa a gente acaba trocando figurinhas .	De um modo geral a gente vai sem pauta . Às vezes acontece de a gente ir com uma pauta. Mas de um modo geral não, de um modo geral a gente vai... eu vou e eu mesmo me pauto.

Grade de entrevista da assessora de imprensa da Câmara

<u>Item-1</u> <i>Procura pela Assessoria de Imprensa da Câmara</i>	<u>Item-2</u> <i>Solicitação de material jornalístico</i>	<u>Item-3</u> <i>Durante a Sessão da Câmara</i>	<u>Item-4</u> <i>Recepção da Imprensa</i>
Procuram sim. Jornalistas, pauteiros de jornal, rádio e televisão. Semanalmente eu envio a pauta das Sessões da Câmara. Eu faço um trabalho dirigido para cada veículo de comunicação.	Os vereadores solicitam material da imprensa para se posicionarem em plenário. Na maioria das vezes esse material é para nortear a posição do vereador em relação a determinada situação da cidade.	Durante as sessões existe uma interação que acho interessante entre a Assessoria da Câmara e os jornalistas. Existe um trabalho de orientação . Esse trabalho é importante para o jornalista saber quem é quem naquele momento.	A recepção é boa . No geral a imprensa aproveita bastante e muito bem o material que a Assessoria de Imprensa envia às redações. Releases viram notas ou matérias jornalísticas . A cobertura da Câmara pela imprensa é muito boa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A centralidade dos meios de comunicação na sociedade contemporânea, em especial na política, foi o que nos motivou a analisar o processo de agendamento entre a imprensa e a Câmara Municipal de Londrina. Nossa hipótese inicial foi de que a imprensa agenda a pauta das Sessões Ordinárias da Câmara e as ações políticas dos vereadores ao mesmo tempo em que a Câmara também agenda a imprensa, ocorrendo um movimento de circularidade da informação. Para comprovar essa hipótese de estudo estruturamos a Dissertação em cinco capítulos e utilizamos técnicas combinadas de coletas de dados que consideramos as mais adequadas para atingir nosso objetivo.

A fundamentação teórica sobre **Comunicação e Política** que compõe o **Capítulo I** foi importante para evidenciar as transformações ocorridas nos meios de comunicação e também na política nos últimos anos e suas possíveis conseqüências no fazer política na atualidade. Como nossa proposta era estudar o processo de agendamento, foi necessário fazer um resgate da hipótese do *agenda-setting* e sua evolução desde seu surgimento no início da década de 70. Considerando que esse modelo é ainda pouco aplicado nos estudos dos meios de comunicação, no **Capítulo II** tivemos a preocupação também de evidenciar

os pressupostos básicos do agendamento e os conceitos que determinam a fixação da agenda principalmente no campo político, sob a ótica de diferentes pesquisadores da área.

Como fizemos uma pesquisa em nível local, o **Capítulo III** foi importante para situar no tempo e no espaço o cenário de nosso estudo, principalmente para aqueles que não conhecem a realidade aqui pesquisada. No entanto, foi no **Capítulo IV – Imprensa e Câmara** que saímos do campo teórico para uma primeira aplicabilidade quantitativa do *agenda-setting* na Câmara Municipal de Londrina. Essa pesquisa foi importante porque mostrou como ocorre o processo de agendamento em um período relativamente longo – quatro meses e meio – a partir do qual conseguimos fazer algumas considerações possíveis sobre as conseqüências do agendamento e da circularidade da informação.

Esse capítulo revelou como os temas veiculados pela imprensa interferem na pauta das sessões ordinárias da Câmara e como agendam a atuação política dos vereadores. Em proporção bastante semelhante, evidenciou também que ocorre um processo contrário: a atuação da Câmara acaba por agendar a pauta dos jornais em um processo de retroalimentação. Esse levantamento de dados nos deu suporte para a observação sistemática não participante realizada em 10 (dez) sessões ordinárias da Câmara e para as entrevistas com vereadores e jornalistas, cujos resultados foram apresentados no **Capítulo V**. A partir da análise dos sete assuntos veiculados pelas editoriais de **Política e Cidade** dos jornais Folha de Londrina (FL) e Jornal de Londrina (JL) que tiveram agendamento na Câmara, comprovamos nossa hipótese de que a imprensa agenda a pauta das sessões da Câmara e também a atuação política dos vereadores. Em contrapartida, a reação dos parlamentares ao que é veiculado pela imprensa acaba alimentando a pauta dos jornais. Verificamos também que o processo de agendamento pode levar a um consenso na pauta jornalística como foi descrito no último capítulo desta Dissertação.

Entretanto, para uma análise mais criteriosa das Considerações Finais desta pesquisa foi necessário antes fazer uma interpretação das entrevistas realizadas com os vereadores e jornalistas, organizadas em matrizes de opiniões. Os depoimentos dos 11 vereadores entrevistados revelaram que a visão que eles têm da imprensa vem reforçar o processo de agendamento. Ao cruzar com as respostas dos jornalistas, verificamos que as relações entre o campo político e midiático sofrem de uma dependência mútua, o que pode levar ao efeito circular da informação. Em relação ao item (1), **importância da imprensa para a carreira de um político**, 72,8% dos vereadores responderam que ela é de fundamental importância, enquanto 27,2% disseram que a imprensa não é determinante na construção da carreira política.

No que diz respeito ao item (2), **utilização das informações jornalísticas para pronunciamentos, Requerimentos e Projetos de lei**, 81,8% dos entrevistados afirmaram que esse é um hábito comum, sendo que apenas 18,2% responderam que recorrem a outros meios para fazer pronunciamentos e propor suas matérias e projetos de lei. Esse resultado foi confirmado também na entrevista com a assessora de imprensa da Câmara. No item (2), **solicitação de material jornalístico**, ela respondeu que os vereadores têm o hábito de solicitar material veiculado pela imprensa para se posicionar em plenário e também para elaborar Requerimentos e Projetos de lei.

No item (3) – **a imprensa como representante da sociedade civil**, 72,8% dos parlamentares responderam que a imprensa representa os anseios da sociedade, sendo que três vereadores 27,8% disseram que ela não é uma representante da sociedade civil. Entretanto, foram constatadas algumas contradições nos depoimentos como, por exemplo, um deles disse que a imprensa **não é uma representante** da sociedade civil, mas que ela **representa o pensamento da sociedade**.

Em relação ao item (4) – **a relação entre a câmara e os meios de comunicação local**, houve uma maior diversificação nas respostas: 45,6% avaliaram que a relação entre a Câmara e os meios de comunicação de Londrina é amistosa e harmoniosa, 27,2% responderam que essa relação apresenta falhas e barreiras, enquanto os outros 27,2% disseram que a relação é boa quando a imprensa é ética e imparcial.

A partir da análise das respostas dos vereadores sobre a imprensa podemos considerar que, em parte, o agendamento na Câmara ocorre porque os parlamentares vêm a imprensa como um espelho da sociedade e, por isso, pautam suas atuações tendo a imprensa como referência, o que pode acabar gerando distorções no Poder Legislativo porque a imprensa, como já foi mencionado nesta Dissertação, não é uma representante da sociedade civil. Em contrapartida, o processo inverso também ocorre: a Câmara acaba agendando a imprensa, principalmente por intermédio do trabalho da Assessoria de Imprensa da Câmara.

Isso ficou evidenciado nas entrevistas com os quatro editores dos jornais (FL) e (JL). No item (1) – **utilização de material da Assessoria de Imprensa da Câmara**, 100% responderam que usam muito o material enviado pelo órgão para pautar os repórteres setoristas da Câmara e também para veicular informações sobre a atuação dos vereadores. Esse procedimento é reforçado no item (1), **procura pela Assessoria de Imprensa da Câmara**, na entrevista com a Assessora de Imprensa da Câmara. Em seu depoimento, ela confirma que os jornalistas procuram muito a Assessoria e que ela, enquanto assessora de imprensa, faz um trabalho dirigido para cada veículo de comunicação. No item (4), **recepção pela imprensa**, ela reforça mais uma vez esse procedimento, ao responder que a utilização pela imprensa do material jornalístico enviado é boa e que os *releases* sempre rendem notas ou matérias jornalísticas.

O agendamento da imprensa via Assessoria de Imprensa da Câmara ocorre também durante a cobertura jornalística das sessões, quando os repórteres setoristas da Câmara recorrem à Assessoria para obter informações sobre o que será discutido durante a sessão. Isso foi observado pelo pesquisador em questão durante sua permanência na Câmara e também na entrevista realizada com uma das repórteres setoristas da Câmara - que no item (1) **participação da Assessoria de Imprensa da Câmara**, respondeu que o órgão funciona como meio de campo e a mantém informada sobre o que de importante vai ocorrer durante a sessão. Além disso, como respondeu a Assessora de Imprensa da Câmara no item (3), **durante a Sessão da Câmara**, existe uma interação entre Assessoria os jornalistas e que ela faz um trabalho de orientação para que os repórteres setoristas saibam quem eles devem entrevistar, o que pode acabar repercutindo no processo de agendamento.

Apesar da Câmara pautar a imprensa principalmente por intermédio do trabalho diário da Assessoria de Imprensa, não podemos descartar a existência de um agendamento promovido por uma ação direta do vereador. No item (3) – **contato do vereador com os editores**, 3 (três) editores - o que corresponde a 75% dos entrevistados - responderam que **raramente** os vereadores os procuram para informar sobre suas atividades políticas, mas um deles (25%) afirmou que os parlamentares mantêm contato quase que diariamente para passar informações de bastidores e sugerir matérias sobre seu mandato.

A nossa preocupação de que o agendamento tem uma tendência a promover um consenso na pauta jornalística também ficou evidenciada no **Quadro 8**, do **Capítulo V**. Além disso, no item (3) – **conversa com os colegas de profissão**, a repórter setorista da Câmara, em seu depoimento, confirma que durante a cobertura das sessões os jornalistas têm como hábito trocar idéias para saber o que cada um vai privilegiar como notícia. Esse procedimento também foi detectado pelo pesquisador durante sua observação sistemática

na Câmara. Esses dados e mais a análise comparativa entre os jornais pesquisados nos permitem concluir que existem poucas diferenças significativas nos seus enfoques.

No entanto, é necessário levar em conta também que o trabalho jornalístico não goza de autonomia desejada pelos repórteres que cobrem a Câmara. Na verdade, esta categoria profissional está à mercê do próprio mercado que opera visando lucro, audiência e interesses políticos da empresa jornalística para a qual trabalham. Nesse sentido, conforme Bourdieu (1997), existem vários aspectos que podem e devem ser considerados quando se analisa o processo produtivo dos jornalistas: as relações de concorrência, de conivência ou de cumplicidade objetiva.

O cruzamento dos dados obtidos na pesquisa de campo e nas entrevistas com vereadores e jornalistas nos permite fazer algumas considerações sobre o processo de agendamento entre imprensa-Câmara/Câmara-imprensa: não há como negar que a imprensa exerce um papel importante de fiscalizar não só o Poder Legislativo, mas como toda a sociedade. Muitas vezes colabora para solucionar um problema, investigando e trazendo à tona questões latentes que não recebem a devida importância por parte do governo. Entretanto, o agendamento do Poder Legislativo pela imprensa gera preocupações porque, como já foi mencionado nesta Dissertação, as transformações sociais e tecnológicas tornaram os meios de comunicação onipresentes, agentes socializadores, produtores de sentidos e construtores de realidade. Se a imprensa é capaz de agendar as atividades parlamentares será também sua a agenda do público, que terá como prioridades basicamente as mesmas da mídia, como pressupõe a hipótese do *agenda-setting*: as pessoas se agendam em função do que a mídia veicula.

No entanto, como também já foi descrito anteriormente, as prioridades da imprensa nem sempre coincidem com as prioridades da população, que na esfera governamental deve ser representada pelo Poder Legislativo. Devemos considerar que, em

se tratando da imprensa, nem sempre o que é realmente importante é selecionado como notícia, mas sim o que é urgente e sensacional. E o que é urgente e sensacional nem sempre é importante. Nesse caso, ao se orientar pela imprensa para direcionar suas atividades parlamentares, como ficou evidenciado nesta pesquisa, os vereadores podem estar representando mais a imprensa – que é uma elite – do que a população.

Por outro lado, a dependência da imprensa das fontes oficiais - neste caso, a Assessoria de Imprensa da Câmara - pode resultar em um jornalismo meramente institucional, pouco investigativo e fiscalizador. A falta de tempo para levantar e apurar informações – geralmente uma desculpa bastante usada pelos jornalistas devido ao *deadline* rigoroso das redações - nem sempre se justifica. Esse aspecto pode ser melhor observado no item (4) – **volume de trabalho**, da entrevista com a repórter setorista da Câmara. Ela afirmou que nos dias de Sessão da Câmara ela faz exclusivamente a cobertura da Câmara e que o volume de trabalho é muito variável. Na essência, o que verificamos durante nossa observação na Câmara é que os repórteres, de uma forma geral, fazem uma cobertura jornalística das sessões de forma bastante uniforme, pragmática e burocrática. Essa prática se refletiu nas matérias veiculadas no dia seguinte pelos dois jornais pesquisados que, na maioria das vezes, traziam reportagens meramente descritivas e consensuais sobre a atuação dos vereadores.

Nesse sentido, o agendamento da imprensa pela Câmara acabou acrescentando muito pouco em termos de informação para o leitor comum que fica à mercê de um jornalismo que se orienta mais pelo que é urgente e sensacional. Em alguns casos, como ocorreu na Sessão Ordinária do dia 23/03/04, a discussão calorosa entre vereadores sobre a mudança do nome de uma avenida acabou sendo selecionada como notícia pela imprensa, enquanto o veto do Executivo em 11 projetos do Legislativo, que poderia ser melhor explorado pela imprensa, acabou ficando fora da pauta dos jornais. Na mesma sessão em

que se discutiu a mudança do nome da avenida Ayrton Senna para avenida Nassib Jabur, foi aprovada também a solicitação de uma medida judicial para que a Sercomtel (Empresa de Comunicação e Telefonia de Londrina) deixasse de cobrar dos assinantes de telefone fixo a taxa mensal de assinatura básica, medida que reduziria em aproximadamente R\$ 40,00 (quarenta reais) a conta telefônica dos assinantes. Era um tema de grande interesse da população, mas que não foi selecionado como notícia pelos jornais que deram como manchete a mudança do nome da avenida, como pode ser conferido no **Quadro 8**, página 143.

Depois deste longo trajeto pelas conexões entre comunicação e política, pela sociedade estruturada e ambientada pela mídia, pelas especializações e formatações, pelas adequações, poderes e estratégias, consideramos que esta Dissertação é um dos focos possíveis e viáveis do desenvolvimento de estudo sobre o tema do agendamento e suas possíveis implicações para no campo político e midiático.

Esperamos, portanto, que este estudo venha contribuir e estimular novas investigações científicas sobre imprensa e política, pois temos consciência de que o estudo do agendamento entre esses dois campos é muito mais complexo do que esta pesquisa pretendeu atingir. Justamente por isso, não intitulamos esta parte do trabalho de “Conclusão”. Isso não significa que não tenhamos tirado conclusões a partir das leituras e análises realizadas. As conclusões a que chegamos foram explicitadas ao longo dos capítulos que compõem esta Dissertação. No entanto, elas não possuem o caráter de verdades imutáveis; ao contrário, elas representam novas possibilidades de investigação. Entretanto, esperamos que as considerações aqui expostas venham contribuir para a literatura existente na área, despertando assim futuras pesquisas no meio acadêmico.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, A.Alves. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática. In: ABREU, A.Alves *et al.* **Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

ADGHIRNI, L. Z. Rotinas produtivas do jornalismo em Brasília. In: MAUILLAND, M. e PORTO, D. S. (orgs). **O jornal - da produção ao sentido**. Brasília: UnB, 2002.

ANDRADE, M. M. de **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação**. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 2003.

BARROS, A. J. P. de e LEHFELD, N.A.S. de. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 7ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2000.

BARROS, C.F. Impor sobre o que falar – a hipótese do agenda-setting. In:_____. **Ética na comunicação** – da informação ao receptor. São Paulo: Moderna, 2001.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M.W. e GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BELLUZZO, R.C.B e FERES, G.G. **Recomendações para a padronização na apresentação das dissertações e teses**. Bauru: Unesp, 2002.

BOOTH, W.C., COLOMB, G.G. e WILLIAMS, J.M. **A arte da pesquisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRETON, P. & PROULX, S. **Sociologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2002.

CHAIA, V. **Jornalismo e política: escândalos e relações de poder na Câmara Municipal de São Paulo**. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

_____. Eleições no Brasil: o medo como estratégia política: In: RUBIM, A. C. (Org.) **Eleições presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política**. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

CHAMPAGNE, P. **Formar a opinião: o novo jogo político**. Petrópolis: Vozes,1998.

COLLING, L. Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados. **Revista Famecos**. Porto Alegre, n.14, p.88-100, abr., 2001.

_____. Os estudos sobre o Jornal Nacional nas eleições pós-ditadura e algumas reflexões sobre o papel desempenhado em 2002. In: RUBIM, A. C. (Org.). **Eleições presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política**. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

CORNU, D. **Jornalismo e verdade** – para uma ética da informação. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

COSTA, O. **Rádio e Política em Londrina**: um estudo sobre a eleição de radialistas de 1968-2000. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, defendida na Universidade Estadual de Londrina-PR, 2002.

DEBRAY, R. **O estudo sedutor – as revoluções midiológicas do poder**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FALLOWS, J. **Detonando a notícia, como a mídia corrói a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FAUSTO NETO (Org.) **Lula presidente**: televisão e política na campanha eleitoral. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

FELIPE MIGUEL, L. Os meios de comunicação e a prática política. **Revista Lua Nova de Cultura e Política**. São Paulo, Cedesc, nº. 55, p.155-194, 2002.

_____. A descoberta da política – a campanha de 2002 na Rede Globo. In: RUBIM, A. C. (Org.). **Eleições presidenciais em 2002 no Brasil**: ensaios sobre mídia, cultura e política. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

HALL, S. *et.al.* A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA (Org.) **Jornalismo, questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993.

HOHLFELDT, A., MARTINO, L. e FRANÇA, V. V. **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências, Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Os estudos sobre a hipótese de agendamento. **Revista Famecos**. Porto Alegre, nº.7, p.42-51, nov., 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico do Brasil, 2002**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

JOFFILY, J. **Londres-Londrina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KUCINSKI, B. **A síndrome da antena parabólica**: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

LATTMAN-WELTMAN, F. Mídia e transição democrática: a (des) institucionalização do pan-óptico no Brasil. In: ABREU, A. Alves *et al.* **Mídia e política no Brasil**: jornalismo e ficção. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

LASCH, C. **A rebelião das elites e a traição da democracia**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.

LIMA, A. V. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

LUSTOSA, I. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MARQUES DE MELO, José. **História do pensamento comunicacional**. São Paulo: Paulus, 2003.

MATOS, H. A política como entretenimento: uma visão do espetáculo midiático. In: BARROS FILHO (Org.) **Comunicação na polis: ensaios sobre mídia e política**. Petrópolis: Vozes, 2002.

McCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. A evolução da pesquisa sobre o agendamento: In: TRAQUINA, N. **O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000.

_____. A função do agendamento dos media. In: TRAQUINA, N. **O poder do jornalismo – análise e textos da teoria do agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000.

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA, Edição atualizada em Janeiro de 2004.

RODRIGUES, A. D. Acontecimento: In: TRAQUINA, N. (Org.) **Jornalismo, questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993.

RODRIGUES, M. R. **Imprensa, Congresso e Democracia**. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Nacional de Brasília (UnB), em 1997.

_____. Agendando o Congresso Nacional: do *agenda-setting* à crise da democracia representativa. In: MOTTA, L.G. (org.) **Imprensa e poder**. Brasília: UnB, 2002.

RUBIM, A.C. & AZEVEDO, A. F. **Mídia e política no Brasil: textos e agenda de pesquisa**. Revista Lua Nova, São Paulo, Cedesc, nº 43, 1998.

RUBIM, A.C. **Sociabilidade, comunicação e política contemporânea** – sugestões para uma alternativa teórica. Revista Textos de Cultura e Comunicação, nº 27, UFBA, 1992.

_____. **Comunicação e poder** – televisão e eleições presidenciais: In: Revista Comunicação e Política, Rio de Janeiro, Cebela, nº 11, 1990.

_____. Eleições e (idade) mídia. In: BARROS FILHO (Org.) **Comunicação na polis: ensaios sobre mídia e política**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. A visibilidade e estratégias nas eleições de 2002: política, mídia e cultura. In: _____. **Eleições presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política**. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

SENNETT, R. **O Declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SARTORI, G. **Homo Videns: televisão e pós-pensamento**. Lisboa: Terramar, 2000.

SERRANO, Estrela. **Jornalismo e elites do poder**. Revista eletrônica Ciberlegenda, do curso de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, n. 12, 1999: www.uff.br/mestcii/estrela.htm. Acesso: 10/01/2004.

SCHWARTZENBER, R.G. **O estado espetáculo**. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

SILVEIRA, F. **Imprensa e política: o caso Belinati**. Londrina: Humanidades, 2004.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOUSA, J. P. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

THOMPSON, J.B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **A mídia e modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRAQUINA, N. A redescoberta do poder do jornalismo: análise da evolução da pesquisa sobre o conceito e agendamento (*agenda-setting*). In: _____. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

_____. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004.

TRIGUEIROS NETO, M. **História da imprensa de Londrina: do baú do jornalista**. Londrina: UEL, 1991.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. 7ª edição, Lisboa: Presença, 2002.